

Ana Mafalda Carvalho Gomes

2º Ciclo de Estudos em Sociologia

***Empreendimentos solidários e integração social pelo trabalho: o caso da
Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável
(ASMARE)***

2012

Orientador: Prof. Dr. Cristina Clara Ribeiro Parente

Co – orientador: Prof. Dr. Allan Claudius Queiroz Barbosa

*Ao meu pai, por me mostrar que, com determinação e paciência,
é possível superar as estruturas.*

Resumo

Face a uma economia cada vez mais pautada pela lógica de eficácia e eficiência económica, a escalada do desemprego e a multiplicação de pessoas em situação de vulnerabilidade social têm levado à amplificação dos empreendimentos da economia solidária. Estas organizações contribuem privilegiadamente para a integração de grupos sociais marginalizados, tendo como objetivo criar oportunidades de autonomização socioeconómica.

A economia solidária alicerça-se em práticas sustentadas de cooperação, autogestão e responsabilidade social e ambiental. Tais princípios são voltados para a satisfação dos interesses dos envolvidos e não apenas para fins económicos.

O nosso estudo centra-se no caso da Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) localizada em Belo Horizonte – Brasil, cuja missão consiste em integrar indivíduos em situação de desqualificação social através da força de trabalho.

Para a concretização dos objetivos de pesquisa aplicou-se uma metodologia intensiva de carácter eminentemente qualitativo em que se privilegia o percurso histórico da ASMARE, os seus mecanismos de funcionamento, a compreensão dos seus instrumentos de adaptação às reconfigurações recentes da sociedade brasileira e que têm consequências diretas na sua estrutura organizativa e económica, bem como as repercussões na vida dos catadores.

Conclui-se que a ASMARE situa-se entre o tipo-ideal de empreendimento de carácter associativo e o de empreendimento económico de carácter familiar com níveis de solidariedade e cooperação. Constata-se que exerce impacto positivo na vida dos catadores e proporciona oportunidades habitacionais, escolares e laborais. Por fim, confirmam-se a influência das pressões económicas, políticas e sociais na afirmação e continuidade associativa.

Palavras – chave: economia solidária, integração social pelo trabalho, catadores de material reciclável, ASMARE, Brasil.

Abstract

Facing an economy that is increasingly guided by the logic of economic efficiency and effectiveness, the increase of unemployment and the multiplication of people in social vulnerability have led to the amplification of the solidarity economy enterprises. These privileged organizations contribute to the integration of marginalized social groups, aiming to have opportunities for socio-economic empowerment. The solidarity economy is founded on sustained practices of cooperation, self-management and social and environmental responsibility.

These principles are aimed at satisfying the interests of those involved and not just for economic purposes. Our study focuses on the case of *Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável* (ASMARE) located in Belo Horizonte - Brazil, whose mission is to integrate individuals in a situation of social disqualification through the workforce.

To get the objectives of research, was applied an intensive methodology eminently qualitative that focuses on the historical background of ASMARE, their operating mechanisms, the understanding of their means to adapt to the recent reconfigurations of Brazilian society that have direct consequences in its organizational structure and economic, as well as the impact on the lives of scavengers.

The conclusion shows that ASMARE is between the ideal type of associative enterprise and the economic development of familiar character with levels of solidarity and cooperation. It appears to exert positive impact on the lives of collectors and provides housing, school and working opportunities. Finally, confirms the influence of economic, political and social pressures on their affirmation and associative continuity.

Keywords: social economy, social integration through work, recyclable material collectors, ASMARE, Brazil.

Résumé

Résultat de une économie chaque fois plus réglé pour la logique de efficacité et efficacité économique, la hausse du chômage et la multiplication des personnes dans vulnérabilité sociale ont conduit à l'amplification des entreprises d'économie solidaire. Ces organismes contribuent à l'intégration des groupes sociaux marginalisés, qui vise à créer des opportunités pour autonomisation socio-économique

L'économie solidaire est fondée sur les pratiques de coopération, l'autogestion et la responsabilité sociale et environnementale. Ces principes visent à satisfaire les intérêts de ceux qui sont impliqués, et pas seulement à des fins économiques.

Notre étude se concentre sur le cas de l'Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) situé à Belo Horizonte - Brésil, dont la mission est d'intégrer des personnes en situation de disqualification sociale par le travail.

Pour atteindre les objectifs nous avons développé une investigation intensif qui se concentre sur le contexte historique de ASMARE, leurs mécanismes de fonctionnement, la compréhension de leurs instruments de s'adapter aux reconfigurations récentes de la société brésilienne et avoir des conséquences diriger dans sa structure organisationnelle et économique, ainsi que l'impact sur la vie des chiffonniers.

Nous concluons qu'ASMARE se situe entre le type idéal du caractère associatif de l'entreprise et le développement économique de caractère familial avec les niveaux de solidarité et de coopération. Il semble qu'exerce des effets positifs sur la vie des éboueurs et offre des possibilités de logement, l'école et le travail. Enfin, confirment l'influence des pressions économiques, l'affirmation politique et social et la continuité dans associatif.

Mots-clés : économie sociale ; de l'intégration sociale par le travail ; les collecteurs de matières recyclables ; ASMARE ;Brésil.

Agradecimentos

Um trabalho de dissertação não é uma atividade isolada e puramente pessoal, envolve também a colaboração e interesse de outros intervenientes fundamentais, de formas distintas, para o seu cumprimento.

Manifesto a minha gratidão:

À Professora Doutora Cristina Parente, orientadora desta pesquisa, a quem devo a ajuda incessante em todos os preparativos para a concretização do projeto que agora finalizo. Agradeço a disponibilidade, motivação e empenho a cada reunião, assim como os contributos teórico-metodológicos que se tornaram essenciais para o seguimento do trabalho. Para mim, seria injusto, não referir o prazer que é trabalhar com a professora Cristina, sempre atenciosa e, no entanto, crítica, capaz de incentivar a autonomia necessária para a investigação académica. Agradeço ainda o apoio e amizade durante a minha deslocação ao Brasil e todos os contactos que forneceu para a minha integração e pesquisa de terreno.

Ao Professor Doutor Allan Barbosa, coorientador, agradeço o voto de confiança e os comentários prestados ao conteúdo do trabalho. Manifesto igualmente o meu agradecimento em relação aos esforços efetuados na flexibilização de condições para a realização do estudo de caso no outro lado do Atlântico.

À ASMARE, associação na qual desenvolvi o estudo, pela sua receptividade e acolhimento. Em particular à Doutora Flávia Gonzaga, que se mostrou sempre disponível para a marcação de entrevistas e pelas suas preciosas sugestões empíricas.

Aos catadores de material reciclado que conheci e entrevistei, agradeço a disponibilidade e interesse. Ter contacto com a sua realidade diária e ouvir os seus testemunhos constituiu um marco importante no meu percurso académico e pessoal.

À minha família.

Aos meus pais e à minha irmã. Ao meu pai, por ter sido a pessoa que mais me apoiou quando decidi viajar para o Brasil e com isso me ter mostrado o quanto o amor pode ser altruísta. Não tenho dúvidas que o culminar desta etapa não seria possível sem o exemplo que ele representa para mim. À minha mãe, pela sua paciência e respeito nos meus momentos mais solitários de leitura e escrita. À minha irmã, que graças às novas tecnologias acompanhou o meu dia a dia durante a viagem.

Às minhas tias e tios pelas suas preocupações e pelo amor que não se cansam de mostrar por mim. Em especial à minha madrinha por ser das pessoas mais bondosas que

conheço, colocando sempre os outros em primeiro e acolhendo-me sempre com boa disposição quando fazia da sua casa um espaço alternativo de estudo.

Aos meus primos e primas, uns mais próximos, outros mais distantes, mas nunca ausentes. À Mariana, que acompanhou mais uma etapa minha, com quem partilhei, mais do que sessões de trabalho, dúvidas metodológicas e vivências empíricas, o meu crescimento. Tu fazes a diferença. À Joana, pela simplicidade insubstituível dos seus gestos. À Maria, por alegrar, com os seus primeiros sorrisos, os meus dias.

Aos meus colegas e amigos. À Cátia e à Luísa, pela rotina inicial que conseguimos alcançar. Pela alegre companhia, reflexividade e sugestões conjuntas que se tornaram fulcrais na primeira fase de trabalho. À Andreia pelo carinho, capacidade de escutar, caminhadas revigorantes e partilha de dúvidas e experiências de terreno. À Silvéria pela carta calorosa que percorreu o oceano e que tantos sorrisos me roubou, pelos desabafos e momentos de distração. À Gabriela e Rafaela, que não deixaram de assinalar a sua preocupação para comigo. Ao Flávio, pela amizade que nutrimos há tantos anos e que se intensifica pelo interesse na Sociologia. Ao Marcos, pela empatia, pela paciência, pelos momentos ora de filosofia, ora de alegria que já ninguém nos tira. À Mónica e ao Vidal, que apareceram para ficar e dançar comigo na chuva.

À minha *família* e amigos brasileiros sempre tão prestativos e acolhedores. À família Cardoso de uma generosidade e a alegria imensa. À Vanessa pelo seu otimismo contagiante, afeto, conversas inesquecíveis, diálogos sobre economia solidária e cartas trocadas, sem aviso prévio. Ao Miguel pelo seu interesse na pesquisa e as conversas intermináveis sobre Portugal e o Brasil. À Francielle, Hugo, Allana pela simpatia e carinho. Ao Marcelo, Ana Paula e Nilo pelos dias inesquecíveis no Rio e que deixam sempre saudades. À família Ribeiro pela ternura e acolhimento. À Anandra, minha companheira diária de trabalho, pelas deslocações matinais, pelo incentivo, pela troca de ideais interdisciplinares, pelos passeios e momentos gastronómicos, enfim, por uma amizade que ficou. Ao Leo e à Glauciene, pelos dias animados que me proporcionaram, a esta última pelo acolhimento espontâneo, sugestões de trabalho, aventuras, abraços; por termos partilhado a rotina uma da outra *lá e cá* e isso ter deixado só boas recordações. À Beatriz, pelo debate inesperado e a sua experiência antropológica que me entusiasmou ainda mais a trabalhar com os catadores da ASMARE. À Daniele, que me ajudou com as traduções e trouxe consigo a energia positiva de Minas Gerais.

Índice

	Páginas
Resumo.....	V
Abstract.....	VI
Resumé.....	VII
Agradecimentos.....	IX
Lista de quadros	XII
Lista de figuras.....	XIII
Lista de siglas.....	XIV
Introdução.....	1
 Capítulo I – Problemática Teórica, Abordagens conceptuais e Perspetivas Analíticas.....	 5
1.1 Teoria e Práxis: Origens e redefinições da economia solidária.....	5
1.2 Pistas de clarificação da ambiguidade conceptual em torno dos conceitos da economia não – capitalista.....	9
1.2.1 O terceiro sector, sector não lucrativo e economia social.....	10
1.2.2 A economia social e empresas sociais.....	13
1.2.3 O empreendedorismo social.....	15
1.2.4 A economia solidária.....	17
1.2.5 Uma síntese em torno dos conceitos analisados.....	21
1.3 Definição e reconfiguração do universo da economia solidária no Brasil.....	23
1.3.1 Afirmação e consolidação da economia solidária em território brasileiro.....	23
1.3.2 O impulso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares na consolidação da economia solidária.....	29
1.4 Economia solidária e tecnologia social: uma ligação prática	31
Capítulo II - A Economia Solidária do ponto vista empírico: caracterização sumária do objeto, modelo analítico e estratégias metodológicas.....	35
2.1 Da contextualização à justificação do objeto: a escolha da ASMARE..	35
2.2 Finalidades e eixos empíricos orientadores.....	36
2.3 Da teorização à operacionalização de conceitos: uma proposta analítica.....	39

2.4 Plano Metodológico: instrumentos e procedimentos de recolha de dados.....	45
Capítulo III – <i>Reciclando vidas</i> : a ação da ASMARE enquanto empreendimento solidário na transição da marginalidade para a integração social	55
3.1 Caracterização histórica da associação e dos associados.....	55
3.2 Perfil dos entrevistados.....	60
3.3 Aproximação da ASMARE ao modelo da economia solidária.....	63
3.4 O trabalho como mecanismo na integração social e o impacto da ASMARE na vida dos catadores de material reciclável.....	70
3.5 Pressões contingenciais nos processos organizativos e gestores da ASMARE.....	77
3.6 Da catção as para a gerência: a história de vida de um ex-catador.....	89
Reflexões conclusivas.....	95
Bibliografia.....	101
Anexos.....	109
Índice de Anexos.....	108

Índice de quadros

Páginas

Quadro 1 - Operacionalização dos princípios orientadores da economia solidária.....	40
Quadro 2 - Categorização do modelo de economia solidária da ASMARE.....	41
Quadro 3 – Evolução organizativa da ASMARE.....	56
Quadro 4 - Análise <i>Swot</i> da ASMARE.....	87

Índice de figuras

	Páginas
Figura 1 - Impacto da ASMARE na integração social pelo trabalho dos catadores de material reciclável.....	43
Figura 2 - Constrangimentos externos no crescimento e desenvolvimento da ASMARE.....	45

Lista de Siglas

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

AMDA - Associação Mineira de Defesa do Ambiente

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária

ASMARE - Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável

CBO - Código Brasileiro de Ocupação

CNC - Conselho Nacional de Cooperativismo

EMES – Rede Europeia de Empreendimentos Sociais

FMB – Fórum Brasileiro da Economia Solidária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável

MST – Movimento Sem Terra

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesses Públicos

PAC - Projectos Alternativos Comunitários

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

RTS - Rede de Tecnologia Social

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

SENAES /MTE - Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SIES - Sistema de Informações em Economias Solidárias

SLU - Sistema de Limpeza Urbana

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UE – União Europeia

WWF - World Wildlife Found

Com a proliferação de formas de trabalho precárias e desemprego associados à crise económica nas décadas de 80 e 90 do século XX, o cooperativismo ganha um novo fôlego e retoma a sua força política e interventiva. A crise do assalariamento introduz transformações nas modalidades de trabalho, abrindo caminho para o trabalho associado, uma nova forma de perspetivar e atuar no sistema económico.

A economia solidária surge no século XIX como resposta dos trabalhadores aos mecanismos repressores do sistema capitalista mediante a formação de cooperativas que agregavam indivíduos excluídos do mercado de trabalho e precisavam de obter rendimentos. No presente, os empreendimentos da economia solidária promulgam um novo modelo de organização e gestão do trabalho em que é atribuído valor e responsabilidades aos indivíduos no decorrer do processo produtivo. Além da vertente profissional, estas iniciativas introduzem nas suas dinâmicas princípios de solidariedade, autogestão e cooperação (Singer, 2004).

A pertinência do nosso estudo relaciona-se com a possibilidade de investigar um campo de conhecimento em redefinição e renovação pois as suas origens remontam ao século XX. O setor da economia social e solidária não reúne consenso nos seus pressupostos e práticas junto de académicos e profissionais e multiplicam-se conceitos divergentes no seu sentido e orientação. É assim importante no âmbito das ciências sociais construir e validar saberes que permitam um maior esclarecimento do mesmo. Em particular, a opção de estudar a economia solidária na sua vertente brasileira permite a compreensão de um fenómeno ainda pouco sedimentado em Portugal sob o prisma da visibilidade e das políticas públicas. A escolha de uma organização de catadores de material reciclável, organizada sob a forma de associação autogestionária com finalidades de integração social, representou para nós um desafio teórico e metodológico permitindo-nos perceber a utilidade profissional e teórica da sociologia no enquadramento e problematização dos aspetos sociais e económicos que marcam os empreendimentos deste tipo.

Mais do que isso, trata-se de um campo transversal a várias dimensões da sociedade, o que torna a economia solidária passível de ser investigada sob vários prismas. A complexidade inerente ao conceito exige a sua discussão de acordo com vários níveis de análise que nos esforçamos por aplicar ao longo do nosso trabalho de dissertação de mestrado.

A exposição da pesquisa encontra-se disposta em três capítulos, organizada tematicamente por subpontos. A lógica subjacente à sua apresentação é aquela que segue as

fases de uma investigação e que com os devidos ajustamentos tornam os conteúdos compreensíveis para os leitores.

Iniciamos o primeiro capítulo com a dimensão conceptual onde se problematiza conceitos e diferentes abordagens teóricas. Na dimensão contextual, debatemos a economia solidária em circunstâncias sociais específicas. Procuramos demonstrar a variação das designações e sentidos que são atribuídos ao conceito de economia solidária em diferentes regiões do mundo num esforço de sistematização das noções que compõem o setor social, trançando-se proximidades e discordâncias. Discutimos também os diferentes significados que o conceito de economia solidária assume ao longo da sua formação histórica e institucional. De seguida, examina-se a aceção de economia solidária no Brasil, local onde se realizou o nosso estudo, através da exposição dos paradigmas dominantes e dos agentes institucionais e académicos promotores da sua afirmação. Enfatiza-se a dimensão que reforça a economia solidária como política pública, um nível de discussão recente mas que paulatinamente alcança destaque no panorama europeu e nomeadamente em Portugal com a Lei de Bases. Termina-se este capítulo com a exposição de perspetivas que relacionam a precarização do emprego, a prevalência de grupos marginalizados e as potencialidades da economia solidária.

O segundo capítulo está dividido em duas grandes secções. Evidenciamos a dimensão referente à pesquisa centrada no estudo de caso da Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), um empreendimento da economia solidária do Brasil composto por catadores de material reciclável e que atua como agente de geração de rendimentos e integração social. Posteriormente incidimos na dimensão metodológica, ou seja, no plano de recolha e tratamento de dados escolhidos para analisar as práticas de economia solidária. Para isso, recorreremos a uma metodologia intensiva assente na aplicação das técnicas de observação direta e de entrevistas semidiretivas. O conteúdo destas últimas foi tratado a partir de grelhas de análise de conteúdo e da construção da história de vida de um dos entrevistados, privilegiando-se um tratamento qualitativo da informação.

No terceiro capítulo apresentamos de forma faseada os resultados obtidos do decorrer da aplicação das técnicas já mencionadas. A explicação do surgimento e processo de consolidação da ASMARE enceta esta parte do trabalho em que se atribui relevo aos marcos temporais e factuais mais importantes. A análise longitudinal realizada pretende enquadrar a associação não só no movimento de capacitação da população de rua que cata material reciclável mas igualmente na sua evolução enquanto associação da economia solidária. Deste

ponto passa-se para a caracterização social e demográfica dos indivíduos por nós entrevistados.

Após esta contextualização discutem-se os dados obtidos e que pretendem responder às perguntas de partida elaboradas. Num primeiro momento, empreendemos uma abordagem meso social em que se avalia a aproximação da ASMARE às características do modelo da economia solidária. Neste sentido, interrogamos os entrevistados sobre a presença ou ausência dos princípios ideais de um empreendimento da economia solidária e de que modo a ASMARE se inclui neles. No final, posicionamos a associação numa tipologia de empreendimentos da economia solidária de modo a defini-la sob o ponto de vista organizacional e gestor.

Segue-se uma análise micro estrutural das modalidades de integração pelo trabalho dos catadores decorrentes do modelo associativo da ASMARE. Neste subponto contactamos com as aspirações escolares e profissionais dos trabalhadores e as transformações ocorridas nas suas vidas desde a entrada na associação. A partir destas informações procurámos perceber se o facto de ocuparem funções laborais na ASMARE despoletou alterações nas vivências diárias e nas aspirações futuras.

O debate dos resultados termina com a exibição dos fatores externos que influenciam as dinâmicas operadas no interior da ASMARE. É a partir dos constrangimentos macro estruturais assinalados pelo entrevistado e pelos documentos analisados que mostramos as virtualidades e limitações desta organização.

Finalizamos este trabalho com uma reflexão global sobre as respostas alcançadas sob orientação das perguntas de partida que serviram de guia analítico. Traçamos um balanço da consolidação da economia solidária no Brasil e indicamos pistas de investigação futuras em território português, tendo como referência o estudo de caso.

Uma nota importante que consideramos relevante mencionar. Seguimos muito de perto os contributos de Paul Singer na sua obra de 2004 “ Introdução à Economia Solidária”. Este livro representou para nós uma iniciação em matérias deste género e um guia no questionamento do tema. Em simultâneo, contou o facto de Singer sintetizar o movimento da economia solidária de forma global e com particular incidência no Brasil. Com isto, queremos dizer, que foi o nosso autor máximo de referência e que por essa razão recorreremos por diversas vezes aos seus argumentos.

Problemática teórica, abordagens conceptuais e perspetivas analíticas

O presente capítulo pretende refletir sobre a emergência e consolidação da economia solidária através da apresentação das suas transformações conceptuais e pragmáticas, com especial enfoque no contexto brasileiro. Como veremos, as transformações do significado do trabalho influenciam não só as relações e dinâmicas laborais e organizacionais como também permitem-nos perceber as reconfigurações do tecido social no seu todo.

Procuraremos demonstrar a importância que tem no Brasil a implementação de uma rede consolidada de práticas da economia solidária no projeto de integração pelo trabalho de grupos socialmente excluídos. Serão considerados os acontecimentos que contribuíram para a formação desse mercado paralelo e informal e que benefícios transferem para os trabalhadores socialmente vulneráveis nela envolvidos.

1.1 Teoria e Práxis: Origens e redefinições da economia solidária

As práticas da economia solidária têm adquirido intensidade e dinamismo no interior do mercado informal de trabalho. Não obstante a sua consolidação seja recente, existem um conjunto de causas e acontecimentos que moldaram o seu formato atual. De facto, o que hoje conhecemos como economia solidária é o reflexo de dois séculos de recuos e avanços sucessivos que tornam o debate em torno da sua missão e princípios tão intensos.

No século XIX através de um grupo de socialistas utópicos, dentre os quais Saint – Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772 – 1827), do movimento do social cristianismo preconizado por Frederic Le Play (1806 - 1882) e das ideologias do liberalismo económico radical, surgem as primeiras organizações alternativas ao sistema capitalista dominante. As mais proeminentes foram o cooperativismo (em especial o de consumo), o mutualismo e o associativismo (Quintão, 2004).

A constatação das precárias condições de trabalho que afetavam a saúde dos trabalhadores, entre eles crianças, levou a que alguns pensadores projetassem medidas de apoio. Robert Owen (1771-1859) destacou-se por fixar um horário de trabalho e não aceitar menores para trabalharem na sua indústria têxtil. Foi similarmente responsável pela criação de escolas para os mais novos. Desta opção resultaram maiores níveis de produtividade e lucro (Singer, 2004). Já na sua génese, o cooperativismo ambicionava superar os constrangimentos do sistema capitalista.

Na economia capitalista, defende Karl Marx (1992), os trabalhadores são alienados pois não controlam aquilo que produzem. Dá-se por esta via a *objectificação* do trabalho, ou seja, os operários não se revêm no produto final que ajudam a criar, subjugando-se à força da sua materialidade. Nesta lógica capitalista de produção o trabalho é apenas um meio para auferir rendimento e os trabalhadores não retiram qualquer satisfação intrínseca das tarefas que realizam.

Face ao aumento da pobreza e do desemprego, Owen anunciou uma proposta ao Governo Britânico na qual sugeria a criação de Aldeias Cooperativas onde as pessoas necessitadas e excluídas do mercado laboral cuidariam da terra, tendo assim a possibilidade de criar os seus próprios meios de sustento (Singer, 2004). Por esta via seriam reinseridos no sistema de produção e o Estado não precisava de suportar subsídios. Esta sugestão não foi aceite pelo Governo que via neste modelo um ataque ao modo de produção capitalista. Porém, Owen não desistiu da ideia e mais tarde é responsável pela criação nos Estados Unidos da América de uma Aldeia Corporativa que, apesar dos seus esforços, acaba por não corresponder as expectativas iniciais. Todavia, os princípios que defendia resistiram e foram disseminados pelos seus seguidores, formando-se cooperativas um pouco por todo o lado, incitadas igualmente pelos ideais sindicalistas (idem).

Em França o precursor do cooperativismo, Charles Fourier (1777-1837), postulava a criação de organizações sociais capazes de satisfazer os interesses e vocações dos trabalhadores - o falanstério - comunidades onde se conservava, em oposição às Aldeias Cooperativas preconizadas por Owen, a propriedade privada e nos quais se partilhavam os meios de produção entre os seus associados. A concentração de riqueza era precavida com a aplicação de duas medidas. A primeira decretava que os possuidores de menor número de ações auferiam de um valor proporcionalmente superior dos que detinham maior número de ações e a segunda decretava a existência de um rendimento básico para todos, até mesmo aqueles que não trabalhavam (Singer, 2004).

Os *Pioneiros Equitativos de Rochdale* (1844) foram a primeira grande cooperativa de produção têxtil na Inglaterra sob orientação dos fundamentos owenistas, perfilhados até os dias de hoje. O primeiro princípio promulgava “que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa”, o que reflete a defesa da democracia participativa, da distribuição igualitária de poder decisório e do modelo organizacional baseado na autogestão. De seguida instituíam que “o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceite quem desejasse aderir”. Pressuposto conhecido como o da «porta aberta», no qual estava patente a não discriminação

no acesso ao trabalho na cooperativa bem como o alargamento dos benefícios dos sócios mais antigos aos mais novos, objetivo que é descurado com alguma frequência. A terceira norma determinava que “sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juro fixa” ou seja, haveria a distribuição das sobras em função do valor investido. A seguir legislava-se que “as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa”. Por outras palavras, advogava-se a distribuição das aplicações financeiras em função do valor do investido: os sócios adquirem os produtos mesmo que a preços mais elevados do que a concorrência pois sabem que no final receberão uma parcela das sobras. De igual modo, afirmavam que “as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista”, recusando investimento por crédito para assim evitar dívidas. “Os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados)”, reiterando o compromisso de qualidade, princípio hoje retomado devido às transformações dos próprios mercados. O incentivo à divulgação dos pressupostos do cooperativismo: solidariedade e altruísmo e a divulgação de manuais e jornais com informações acerca dos propósitos da economia solidária não eram descurados pelo que uma das regras que ditavam era que “a cooperativa se empenharia na educação cooperativa”. Por último, “a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas, garantindo a liberdade religiosa e política e não interferência nas crenças e ideologias dos sócios (Singer, 2004, p. 39 – 40).

Durante o século XX o cooperativismo, o associativismo e as mutualidades alargaram a sua ação sob requisitos de sustentabilidade económica, liberdade, participação dos seus membros nos processos de decisão e a valorização das pessoas sobre o capital. É neste período que se afirma o conceito de economia social em França e, em paralelo, a institucionalização do cooperativismo, associativismo e mutualismo.

O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi importante nos países da Europa Ocidental pelo surgimento do Estado – Providência. Nesta época o alcance do Estado foi reforçado mediante prestação de serviços sociais de larga abrangência o que afetou o desenvolvimento das associações e mutualidades que se viram relegadas para um papel secundário. Por sua vez, as cooperativas e as mutualidades voltadas para mercado, como por exemplo a banca, conquistaram um lugar de destaque, adaptando-se às estruturas do campo económico já estabelecido. Apesar disso, tais instituições não construíram nem possuíam identidade vincada contrabalançando os seus princípios entre orientações que caracterizam o setor público, por um lado e o setor privado, por outro (Quintão, 2004).

As conquistas sociais que os assalariados conquistaram depois da Segunda Guerra Mundial camuflaram as perspetivas mais críticas acerca das suas condições de trabalho e de

submissão ao sistema capitalista vigente. Desta forma, os movimentos sindicais tornaram-se veículos privilegiados de contestação dos direitos dos trabalhadores por conta de outrem (Barbosa, 2007; Gaiger, 2009). O facto de estarem empregados e através disso possuírem um certo reconhecimento social dissimulava a posição de sujeição e alienação típicos dos mecanismos do modo de produção capitalista.

Em conjunto, estes fatores concorreram para a perda de centralidade das empresas da economia solidária e para o surgimento de contratos de trabalho nas cooperativas. Embora se tenha mantido os cânones da formação inicial de organizações da economia solidária era notório um afastamento face aos seus princípios fundadores (Singer, 2004).

Com a agudização do decréscimo económico dos anos de 1970 e consequente redução dos apoios do Estado Providência, a Sociedade Civil é chamada a intervir. Surge um pouco por toda a Europa Ocidental um novo setor de atividade designado de terceiro setor que se reforça para responder a necessidades que o mercado e o Estado não satisfazem (Quintão, 2004). O novo contexto social, político e económico é também propício à elaboração de respostas inéditas para os problemas crescentes de pobreza e exclusão social. Tais organizações funcionam sob a forma de donativos, ajudas públicas, trabalho de voluntários, comercialização de produtos e serviços e cooperação com outras instituições (idem). Paralelamente, “no limiar do século XX, a Economia Social começou a apresentar sinais de debilitamento. De um lado o movimento operário perdeu aos poucos o seu élan mobilizador (...) De outro lado, a Economia Social sofreu um processo de assimilação ao regime dual Estado – mercado” (Gaiger, 2009, p. 83).

A massificação do desemprego estrutural fragilizou a estabilidade até então vivenciada pelos assalariados, manifesta na confiança de permanência num emprego para toda a vida. Adicionalmente, nas décadas que se seguiram constatou-se a transferência de pólos de industrialização para economias nas quais os direitos dos trabalhadores não haviam sido adquiridos. A deslocação das indústrias para os países situados na América Latina e no Sul da Ásia, regiões nas quais o estatuto do trabalhador não tinha ainda adquirido a rigidez e formalidade reivindicada pelo movimento sindicalista, atrai os investidores apenas preocupados com a maximização do seu capital (Lima, 2005). Não imunes a estas mudanças, os sindicatos perderam força e credibilidade, o desemprego era galopante e os trabalhadores viram-se obrigados a ceder à flexibilização do trabalho.

O surgimento de uma nova economia social orientada para a prestação de serviços sociais, criação de trabalho e comércio justo aproxima-a a alguns pressupostos do terceiro setor, que adquire protagonismo na década de 1980. A emergência de novos problemas

sociais relacionados com o desemprego e exclusão social a que este tipo de economia procurava responder levou a que alguns autores a denominassem de economia solidária e social, noção já recorrente na América Latina, que remete “essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática de trabalhadores, visam o ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã” (Singer, 2004 p. 85).

Portanto, a economia social e solidária adquire novamente importância e retorna aos seus pilares originais: democracia, igualdade, autogestão e recusa do assalariamento. As transformações políticas que se sucederam tiveram impactos nesta tendência, nomeadamente a dissolução do socialismo soviético e a constatação de alguns insucessos por parte da ala social-democrata na Europa e na América Latina que não foram capazes de travar a privatização de setores outrora públicos e a mundialização da economia (idem).

1.2 Pistas de clarificação da ambiguidade conceptual em torno dos conceitos da economia não - capitalista

No debate em torno das organizações que diferem do modelo organizativo e gestor das empresas capitalistas ainda resiste alguma ambiguidade quanto ao significado das terminologias que compõem o seu universo conceptual. A confusão em relação a esses conceitos tem-se reduzido no campo académico em resultado do crescente número de pesquisas efetuadas. No entanto, no domínio público a aquisição de destaque desta problemática não foi acompanhada por esclarecimentos rigorosos que permitissem a sua compreensão (Filho, 2002).

Procuramos neste ponto esclarecer noções que, não raras vezes, são aplicadas com o mesmo sentido mas que possuem particularidades culturais bem definidas. Como se demonstrará o contexto espaço-temporal em que surgiram bem como as finalidades em que foram construídas tornam este campo polissémico e envolto em atualizações teóricas constantes.

Discutimos de seguida os conceitos relativos ao terceiro setor, economia social e empresas sociais, empreendedorismo social e economia solidária de forma a salientar as divergências e convergências teóricas entre os mesmos e dar conta do campo conceptual em análise.

1.2.1 O Terceiro Setor, Setor Não Lucrativo e Economia Social

Dentro da comunidade científica é notória uma preferência pelo termo de terceiro setor (Quintão, 2004) devido à sua capacidade em abranger a diversidade conceptual que caracteriza esta realidade empírica, por agregar realidades temporais e espaciais específicas e revelar heurísticidade em comparações internacionais (Parente *et al*, 2011). Convém, contudo, ressaltar que as especificidades do terceiro setor encontram variações significativas consoante o país em que a sua ação é pesquisada e que o modelo de análise a que são sujeitas depende não só da tradição académica como igualmente da sua estrutura política, económica e cultural (Evers; Laville, 2004).

A emergência do terceiro setor deu-se no século XIX mediante ações da sociedade civil. As organizações do terceiro setor possuem identidade jurídica e atuam de forma autónoma. Não esperam a obtenção de ganhos financeiros das suas atividades e promovem o trabalho voluntário. Dois aspetos importantes acerca da sua composição devem-se ao facto de se afastar de filiações políticas e religiosas (Filho, 2002). A sua atuação não é suplementar ao Estado mas antes alternativa, sendo que a sua capacidade financeira está sujeita a consórcios com outros setores (Franco, 2003).

Na década de 1970 ressurgiu com maior vigor e abrangência devido à criação de comissões orientadas para a produção de pesquisas vinculadas a publicações periódicas na área (Ferreira, 2009). As organizações que compõem o terceiro setor são voltadas, na sua maioria, para o emprego, exclusão social, direitos humanos e economias locais. São organizações heterogéneas e de áreas de atuação distintas, dentre elas, destacamos as associações, as cooperativas, as mutualidades, as fundações, os sindicatos e os clubes (Quintão, 2004).

Do ponto de vista económico, o terceiro setor evidencia-se pela produção de bens e serviços dos mais variados tipos. Promotor de emprego e de projetos colabora analogamente, do ponto de vista social, em iniciativas que visam a integração de grupos desfavorecidos. Além disso, coopera no desenvolvimento local ao promover a qualidade de vida e a potenciação de recursos endógenos.

A discussão em torno do conceito de terceiro setor encontra eco em duas escolas distintas, a Escola Americana e a Escola Europeia. A perspetiva americana, ancorada ao Projeto da Universidade de John Hopkins, examina o surgimento das chamadas organizações não lucrativas ou voluntárias enquanto meio para colmatar as fragilidades de abrangência dos serviços prestados à população por parte do setor público e privado (Quintão, 2004). O termo

setor não lucrativo encontra-se bastante disseminado nos Estados Unidos e enfatiza as limitações colocadas na repartição de lucro, excluindo, por isso, as organizações de membros como as cooperativas e mutualidades. Trata-se de instituições reguladas segundo normas estabelecidas; apesar de beneficiarem de ajudas financeiras estão afastadas do domínio Estatal; afastam-se de interesses lucrativos e, caso existam, devem ser aplicados na estrutura organizacional; possuem órgãos de governação próprios e funcionam de forma voluntária (Franco *et al*, 2005). As organizações do setor não lucrativo atuam na área da educação, saúde, serviços sociais, serviços culturais e associativos (Quintão, 2004).

No debate europeu, o conceito de economia social abarca as organizações afastadas do poder estatal, orientadas sobre pressupostos de democracia participativa, com objetivos sociais subjacentes à produção de bens ou prestação de serviços e com reservas quanto à distribuição de mais-valia. Este princípio ao possibilitar a inclusão dos movimentos cooperativos e mutualistas institui disparidades maiores em comparação à abordagem americana (Almeida, 2005).

Para os teóricos europeus as mutualidades e as cooperativas contribuíram em grande escala para a definição das organizações da economia social porque em oposição às organizações ditas voluntárias e assistencialistas desencadearam o surgimento de uma economia complementar. As cooperativas e as mutualidades, defendem Evers e Laville (2004), ainda que em alguns casos repartam os lucros, fazem-no de forma limitada. Os seus critérios de gestão assemelham-se ao das associações e os parâmetros sociais são orientações de base. Estes dois movimentos, advogam os autores, possuem uma ação no panorama europeu que as inclui no terceiro setor, o que não acontece na realidade dos Estados Unidos. Portanto, nesta linha de pensamento, a diferenciação não deve ser entre organizações lucrativas e organizações não lucrativas mas antes entre organizações capitalistas e organizações da economia social.

Ferreira (2009) define o terceiro setor a partir de quatro momentos que o moldam e fortalecem. Considera a autora que o terceiro setor representa um “campo discursivo” pois no seu interior existe polémica constante entre instituições e agentes acerca das suas modalidades teóricas e práticas. Seguindo esta lógica de abertura, provém de um campo de relações com os organismos políticos, o mercado e a sociedade, não limitando os seus intervenientes e apostando em parcerias amplas. O contexto espaço - temporal é outra das dimensões que compõem este setor porque surge num momento histórico e social específico. Na década de 1980 surgem iniciativas alicerçadas no trabalho voluntário, difundem-se Organizações Não Governamentais (ONG), o investimento social privado e a prática da responsabilidade social

aumenta, estando lançados os pilares para a constituição do terceiro setor (Franco, 2003). De igual modo, o terceiro setor, um sistema económico alternativo, agrega diferentes formas de aplicabilidade das suas premissas, os seus subsistemas que estimulam a sua consolidação.

No Brasil as primeiras iniciativas do terceiro setor são sobretudo de carácter filantrópico sendo a Igreja Católica a principal benfeitora. É durante o período de ditadura militar que as organizações do setor se afirmam e constituem-se palco para a expressão e reivindicação popular. Porém só na década de 1980 e 1990, altura em que Organização das Nações Unidas (ONU) aciona projetos direcionados para as necessidades dos países pobres, é que o terceiro setor brasileiro adquire reconhecimento por parte das ONG. A conquista da democracia política direccionou a atenção da ONU para outras regiões do mundo afetadas por regimes ditatoriais o que desencadeia a procura, por parte dos movimentos sociais, de financiamentos públicos e privados. Na atualidade as organizações sociais sem fins lucrativos são reconhecidas no Brasil por várias designações entre elas destacamos a de ONG, movimentos sociais, organizações da Sociedade Civil e empreendimentos do terceiro setor (Silva; Santos, 2012).

O terceiro setor no Brasil, de acordo Silva e Santos (2012), recorre a parcerias públicas o que não pode ser avaliado negativamente na medida em que a aprovação estatal continua a ser um elemento poderoso na sequência da redemocratização inacabada do país. Adicionalmente, as autoras apontam o exercício abusivo de alguns agentes do poder público que ameaçam o surgimento de novas organizações e desencadeiam atos de corrupção no setor. Por essas razões falam da urgência do terceiro setor se estabelecer autonomamente por via da entrada de novas iniciativas e intervenientes.

Merece ainda destaque o conceito de terceiro sistema criado pela Comissão Europeia em 1997 num projeto-piloto em que se avalia os impactos do setor no emprego. O terceiro sistema desempenharia uma ação fundamental na redução do desemprego estrutural. Trata-se de um ramo da economia que valoriza as especificidades históricas e culturais de cada país. Ocupa um lugar intermédio entre o Estado e o Mercado sem que o seu objetivo seja a obtenção de lucro (Quintão, 2004).

Incluem-se no Terceiro Sistema as organizações que: “ 1) perseguem objetivos sociais e meios ambientais mais do que a maximização dos lucros, 2) fixam limites à propriedade privada e individual dos benefícios, 3) trabalha para e com as populações locais, partilhando interesses comuns e 4) possuem autonomia de gestão e tendem a fazer participar nela os seus trabalhadores, voluntários e utilizadores” (Estivill, 2008). O programa envolveu iniciativas

cujas finalidades consistiam em fomentar estratégias de inclusão no mercado de trabalho mediante a produção de bens e serviços que garantissem o desenvolvimento sustentável.

A apreciação deste projeto demonstrou que se tratavam de ocupações laborais com remunerações superiores aos subsídios de desemprego e condições de trabalho melhoradas. Os trabalhadores, na sua maioria em situação de exclusão social no período que se antecedeu à ocupação deste tipo de trabalho, possuíam uma participação ativa no modelo de gestão organizacional (Estivill, 2008).

Sumariamente, criador de novos postos de trabalho e rendimento, o terceiro sistema, contribuiu para a inclusão social e fomento de uma rede económica solidária. Entretanto, esta noção foi abandonada e a Comissão Europeia na opta pelo conceito de economia social¹.

1.2.2 A economia social e empresas sociais

O conceito de economia social predomina na França, país do seu aparecimento no começo do século XIX, Bélgica, Quebeque (Canadá), Portugal, Espanha, Itália e Suécia (Quintão, 2004). O conceito de economia social, estudado pela Escola Europeia, é uma modalidade económica complementar ao sistema económico vigente e abrange juridicamente o movimento associativo, mutualista e cooperativo. A sua formação encontra-se muito ligada ao movimento associativo operário de origem católica e à ideologia de esquerda. Contudo, a sua gradual institucionalização juntamente com o ingresso de profissionais técnicos retira-lhe essa carga política inicial. Recentemente, a economia social elabora estratégias promotoras de emprego e de necessidades sociais cuja abrangência do Estado não consegue dar conta (Defourny, 2001).

Na perspectiva de Chávez (2007) é possível examinar as configurações jurídicas da economia social mediante dois vetores, o de mercado e aquele que não é de mercado. No primeiro inclui-se as cooperativas e mutualidades controlados por outras organizações do mesmo tipo e que ambicionam colocar produtos no mercado com vista a receber retorno financeiro. No segundo situam-se as associações e organizações de carácter voluntário que elaboram produtos ou prestam serviços de forma gratuita ou com custos simbólicos que somente cubram os gastos.

A Resolução do Parlamento Europeu sobre economia social datada de 2009² reforça a importância desta para a edificação do modelo social europeu na medida em que potencia a

¹ Resolução do Parlamento Europeu de 19 de fevereiro de 2009 sobre economia social (2008/2250 (INI))

criação de organizações promotoras de bens, serviços e empregos. Voltada para a integração laboral, a economia social parte de princípios de não discriminação e cria estratégias que favorecem integração também ao nível social e cultural.

Esta resolução demonstra que a economia social sobrevaloriza os indivíduos em detrimento do capital e orienta a sua ação mediante princípios de democracia, cooperação, autogestão, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Neste mesmo documento são reconhecidos os constrangimentos políticos a que economia social está sujeita quando afirmam que esta “só poderá prosperar e desenvolver todo o seu potencial se puder beneficiar de condições políticas, legislativas e operacionais adequadas, tendo em conta a riqueza da diversidade das instituições da economia social e as suas características específicas” (p.19); também nos aspetos legais defendem “que as empresas da economia social não deveriam estar sujeitas à mesma aplicação das regras da concorrência a outras empresas e que precisam de um enquadramento jurídico seguro, baseado no reconhecimento dos seus valores específicos, a fim de não estarem em desvantagem em relação às outras empresas” (p. 19).

Ressalvamos deste documento o reforço do reconhecimento do conceito de economia social e a tomada de decisões favoráveis para o seu reajustamento no quadro da conjuntura europeia.

Em Portugal, o projeto de lei nº 68 \ XII que estabelece a lei de bases da economia social encontra-se em discussão no domínio da especialidade³. Legitima o papel da economia social no âmbito do trabalho comunitário, na criação de emprego em diversas áreas como a da saúde, desporto, educação, agricultura, ambiente e cultura. Tal declaração é criada com o intuito de conferir estatuto e orientações legais às organizações que se incluem no setor. Entre outras asserções, os artigos da lei definem o conceito de economia social, as organizações que nela se incluem, os seus fundamentos, o modelo organizativo e a relação com entidades públicas e políticas.

No âmbito da Rede Europeia de Empreendimentos Sociais (EMES) foi proposto em 1996 o conceito de empresa social, uma atividade produtora de bens e / ou serviços, que espera retorno financeiro que garanta a sua sustentabilidade. A novidade destas empresas em relação as demais sustenta-se no facto de ser formada por grupos de indivíduos e servir os seus interesses e as comunidades em que se inserem (Perista; Nogueira, 2008). O parecer do Comité Económico e Social Europeu de outubro de 2011 sobre empreendedorismo social e empresas sociais declara que “ as empresas sociais são uma das pedras angulares do modelo

² Resolução do Parlamento Europeu de 19 de fevereiro de 2009 sobre economia social (2008/2250 (INI))

³ Projeto de lei nº 68 \ XII relativo à Lei de Base da Economia Social

social europeu, estão intimamente ligadas à Estratégia UE 2020 e contribuem de forma significativa para a sociedade em geral”, acrescentando que “importa descrever a «empresa social» na base de características comuns, entre as quais, os objetivos sociais, o reinvestimento dos lucros, a multiplicidade de estatutos jurídicos e a participação das partes interessadas”⁴

Neste documento verifica-se um esforço de esclarecimento do conceito de empresas sociais uma vez que o seu significado foi interiorizado em função das especificidades culturais de cada Estado – Membro. Assim, define-se empresas sociais como empreendimentos que valorizam os resultados sociais em função dos económicos, ou seja, são empresas cujos fins lucrativos exigem apenas a garantia da manutenção financeira e o pagamento dos seus membros. A distribuição das sobras é repartida pelos envolvidos. As empresas sociais podem assumir diferentes estatutos legais, desde associações, cooperativas, fundações e empresas sem fins lucrativos e caracterizam-se pela sua autonomia, autogestão e democracia participativa. São criadas com e para os cidadãos numa tentativa de garantir coesão e integração social.

O conceito de empresa social ao agregar o conceito de empreendedorismo social, que examinamos adiante, institui-se como uma medida que permite aos teóricos definir organizações que se desenvolvam a partir do conceito de economia social.

1.2.3 O empreendedorismo social

O conceito de empreendedorismo social tem as suas raízes teóricas no conceito de empreendedorismo clássico. Neste caso, a aposta no empreendedorismo é uma iniciativa centrada na autocriação de oportunidades de trabalho marcada, segundo Schumpeter (1996), por inovação e criatividade. Trata-se de uma inovação na verdade momentânea na medida em que depois de produzir mudanças nas estruturas organizacionais acaba por se generalizar e perder o seu carácter diferenciador. O indivíduo empreendedor será alguém que examina as oportunidades que o mercado oferece e rentabiliza-as sob estratégias que rompam com o modelo tradicional de produção \ prestação de serviços (Parente *et al*, 2011).

A diminuição do crescimento económico, a desregulação da economia e das próprias relações laborais mais o desgaste das organizações ligadas ao capitalismo permite que o empreendedorismo seja visto como uma via de potenciação do mercado e de absorção dos

⁴ Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o tema “Empreendedorismo social e empresas sociais”, 475. a Sessão Plenária de 26 e 27 de outubro de 2011 (2012/C 24/01)

indivíduos que não encontram lugar nas dinâmicas laborais (Parente *et al*, 2011). O empreendedorismo rompe com as tradicionais formas de gestão e organização do trabalho ao afastar-se do assalariamento e do primado do individualismo. Para Schumpeter (1996) estes pequenos negócios trazem movimento e mudança aos mercados, empregando igualmente grupos excluídos da esfera laboral.

Sob o pressuposto do desenvolvimento sustentável, o empreendedorismo social é um modelo refinado de inovação social, visto como uma opção ao capitalismo de caráter exclusivamente fixado no lucro e na competitividade económica. Valoriza as conquistas sociais e ambientais e não apenas a vertente económica de obtenção de resultado financeiro. Sustenta-se em propostas de mudança organizacional e social que visam equilibrar os aspetos económicos e sociais, prevalecendo os segundos (Bornstein, 2007). Tais propostas de mudança ou alternativas de produção de valor têm um caráter educativo inerente, que perpassa primeiramente nos processos de participação promovidos com as populações vulneráveis.

Ora, o papel do empreendedor social no setor social é revitalizar as suas iniciativas sob o desejo de transformação da sociedade. Recorrendo à descrição de Schindler e Naigeborin (2004) “ o perfil do empreendedor social inclui a obsessão pela mudança, a capacidade de antever tendências e problemas, a liderança e a capacidade de empreender e liderar uma organização. Outras características também o definem: inovação, criatividade, impacto social e valores éticos” (p.177).

Um dos eixos orientadores das iniciativas de empreendedorismo social reside na sistematização das formas de solução de situações concretas de modo a aplicá-las a outros contextos, a replicabilidade que algumas instituições do setor preferem designar de inovação social⁵.

O empreendedorismo social é um conceito dotado de alguma ambiguidade e imprecisão em resultado da ausência de consenso entre as principais escolas que teorizam acerca dele (Parente *et al*, 2011). Em geral, considera-se empreendedorismo social as ações que acarretam consigo a vontade de introduzir nas organizações do terceiro setor e na economia social ou solidária princípios de inovação como instrumento de superação de problemas sociais. Engloba a premissa de envolvimento com organizações que não procuram o lucro mas sim ações de dinamismo e redescoberta de práticas e ações organizacionais renovadas. A definição mais recorrente considera o empreendedor como aquele que busca

⁵ Tais como o Centro de Formação e Investigação em Empreendedorismo Social (IES) e o Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (MIES)

trajetos alternativos aos tradicionais. Por sua vez, o empreendedor social é aquele que maximiza as vantagens coletivas de um negócio em favor de ganhos económicos postos à disposição de uma missão social (Dees, 2008).

O conceito de empreendedorismo social conquistou particular destaque no contexto americano. Na Europa recorre-se a outras conceções para dar conta deste processo, nomeadamente o conceito de empresa social.

Pode-se apontar a existência de duas escolas que problematizam a questão do empreendedorismo social (Nicholls; Young, 2006). Na Escola Europeia a o inovador social é tido como um agente dinâmico e transformador da causa em que atua, conferindo-lhe melhorias, novos procedimentos e modelos gestionários. Nesta corrente o empreendedorismo é um modo de despoletar a resolução de dilemas sociais (Noya, 2010).

A Escola Americana apresenta uma abordagem centrada nas organizações do setor não lucrativo (Boschee; Maclurg, 2003; Martin; Osberg, 2007). O empreendedor é perspetivado enquanto agente que age no sentido de combater insuficientes intervenções do Estado na cobertura de necessidades sociais e problemas de pobreza e exclusão social. Para esta linha de pensamento, o empreendedorismo social tem um sentido mais abrangente porque inclui na sua esfera para além das organizações sem fins lucrativos, o setor público e privado desde que orientados para a resolução daquelas questões.

É também na Escola Europeia que encontramos a ligação entre empreendedorismo social e a economia social (Defourny; Nyssens, 2010). As empresas sociais resultam da conjugação dos princípios elementares da economia social com os pressupostos de inovação do empreendedorismo social. As empresas sociais agregam os valores de voluntariado, cooperação, democracia, autogestão e sustentabilidade, típicos da economia social, e os objetivos de transformação dos processos organizacionais por via da introdução de novos modelos de trabalho como preconiza a corrente do empreendedorismo social.

1.2.4 A economia solidária

Nos anos 1990 em França emerge o conceito de economia solidária que enfatiza os princípios tradicionais da economia social ao destacar a importância de organizações promotoras de iniciativas que aliam a questão social, económica e política de resolução dos problemas sociais. Destaca a democracia e gestão participada que deve estar presente neste tipo de organizações (Quintão, 2004). A economia solidária recupera portanto o ativismo político originário da economia social, traz-lhe um novo fulgor e a reorientação para práticas

de solidariedade junto a grupos excluídos da sociedade (Singer, 2004). A sua expansão intensifica-se na América Latina e dá um novo fôlego ao campo económico dos países que a compõem.

Em particular “no Brasil fala-se de economia popular solidária, de socioeconomia solidária, de economia solidária e autogestionária. Mas aparece igualmente, às vezes, o termo economia social, usado alternativamente para a economia solidária.” (Lechat, 2002, p. 132). Recorre-se ao termo de economia solidária “onde o trabalhador se apodera de uma cidadania ativa em vista da construção de uma outra cultura económica e gerencial” (idem).

Serva e Andion (2006) colocam os autores que empregam o conceito de economia solidária na corrente neomarxista na medida em que perspectivam as organizações de cariz autogestionárias sem fins lucrativos como um modo de produção diferente do capitalismo. Dentro desta abordagem os autores mais proeminentes são Singer, Lisboa e Gaiger.

Em Singer (2004), a economia solidária é um sistema que embora complementar ao capitalismo é também um dos seus elementos integradores moldado hegemonicamente. Corresponde, por isso, ao veículo de aproximação ao todo económico daqueles que se situam numa condição de marginalização e que por outras vias não conseguiram aceder.

Para Lisboa (2005), a economia social incorpora uma diversidade de agrupamentos coletivos que estimulam o trabalho e o rendimento. Inseridas no mercado, as diferentes conceções da economia solidária ficam sujeitas às suas pressões. Há uma separação da economia solidária das demais pois não se limita ao assistencialismo e prevê retorno financeiro que lhe confira possibilidades de re - investimento, expansão e autossustentabilidade ao contrário de outros conjuntos organizacionais do setor social.

No entanto, a economia solidária não se torna escrava do capital, ambiciona-se antes um retorno justo e afastado da subordinação dos indivíduos às lógicas de produção capitalistas e de devastação desmesurada dos recursos. Neste linha de pensamento, Lisboa caracteriza a economia solidária à luz dos contributos de Marx como um novo modo de produção “pois tratam-se de novas relações tanto na produção como na repartição de excedente” (2005, p. 14).

A economia solidária prevê portanto um mercado equitativo e solidário voltado para o desenvolvimento sustentável. Corresponde a um modo de produção que se intensifica com o incremento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e com a consolidação da Sociedade de Rede. “Mais que ser «uma alternativa económica», uma busca por novas maneiras de produzir e acumular, a economia solidária está a construir uma nova experiência de ser não utilitarista e possessiva, uma nova ontologia.” (idem: p. 112.)

Argumenta Lisboa (2005) que “ para aferir se um empreendimento pertence ou não à economia solidária, faz-se necessário construir uma série de indicadores em três níveis: ambiental, social (de forma a avaliar o vínculo entre as pessoas) e económico, de modo a vislumbrar o metabolismo interno da empresa bem como o sentido da sua vida económica” (p. 114). No primeiro nível, avalia-se a aproximação a práticas de sustentabilidade que, por exemplo, equacionem o controlo das águas e de resíduos que estejam envolvidos no processo produtivo.

O nível social remete para a apreciação de práticas de igualdade de género e raciais, a abertura a indivíduos que se encontram em situação de exclusão social, a preocupação com a sua qualidade de vida no domínio da saúde, da habitação e da educação.

A constatação do cumprimento dos pressupostos económicos que se relacionam com o terceiro nível realiza-se através da averiguação da existência ou não de disparidades salariais entre os cargos diretivos e o Estado, na proporção de assalariados, na quantidade de horas de trabalho semanais e na infração da lei do trabalho infantil. Avalia-se a aposta na formação e qualificação profissional, o grau de participação de todos os elementos que integram a organização e a divisão igualitária dos excedentes económicos. Mais, questiona-se os vínculos e parcerias compactuadas com os organismos públicos e a predisposição para integração de redes que favoreçam o seu crescimento. Um outro elemento de julgamento da aproximação das organizações ao campo da economia solidária prende-se com práticas de preços justos que respeitem o esforço dos envolvidos bem como do meio ambiente. Em síntese, para Lisboa (2005, p. 13):

“ A economia solidária conjuga de forma inovadora os dois sentidos do económico: o substantivo e o instrumental. Não se trata apenas dum cruzamento de lógicas (da competição e da solidariedade), mas da reformatação da lógica mercantilista numa lógica económica que amalgama o económico e o social: ela é uma economia dinâmica e inovadora que, simultaneamente, também possibilita uma reforma social, uma sociedade justa (Lisboa, 2005, p.13).

Apesar de prevalecer uma diversidade de definições acerca da economia social e solidária, constata-se uma consonância na aceitação do seu carácter autogestionário, democrático e cooperativo. Mais do que isso, é cada vez mais perspetivada enquanto via de potenciação de trabalho e rendimento. Ressalvamos que embora a economia social e solidária exija vantagem competitiva e de adaptação ao mercado, o facto da sua sustentabilidade

depende de uma gestão muitas vezes pouco profissionalizada constitui uma das suas maiores fragilidades (Culti; Koyama; Trindade, 2010).

As organizações da economia solidária pautam-se pelo seguimento de princípios de participação democrática mediante novos procedimentos de gestão do trabalho, dos recursos e de envolvimento das pessoas. A este respeito Quintão (2004) defende que “mais do que expressar uma diferença conceptual relevante, a utilidade desta designação é chamar a atenção sobre as novas gerações de organizações que, de uma forma geral, expressam necessidades específicas em relação às tradicionais e instituídas organizações da economia social” (p. 8).

É importante reter que a economia solidária integra as relações de mercado; aliás a integração neste campo contribui para o seu crescimento e aprendizagem. De igual modo, não é, como algumas vezes é considerada, um modo diferente de caridade, pelo contrário, os trabalhadores da economia solidária possuem uma relação de trabalho mais ou menos formalizada com a organização onde exercem funções, tendo que cumprir regras sustentadas nos pressupostos aqui já mencionados.

A economia solidária, segundo alguns autores (Culti; Koyama; Trindade, 2010 e Gaiger; Corrêa, 2011) possui quatro características centrais, nomeadamente a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a visibilidade económica. Examinemos então cada um desses conceitos segundo os argumentos desses teóricos.

A cooperação consiste num processo baseado na partilha coletiva de propósitos, interesses e bens. Tem que ver igualmente com a transparência do funcionamento da organização quanto às suas finalidades, metas e resultados. Disseminada a partir do século XX, a autogestão, é mais do que um modo de organização, constitui-se enquanto aglomerado de práticas de participação coletiva na administração do processo de trabalho. Sustenta-se no espírito de liberdade de comunicação e de respeito pelas diferentes expectativas e vontades. Cada trabalhador é responsável pela perceção do seu papel e na importância que assume para a organização em que está inserido.

Já a solidariedade enfatiza o trabalho coletivo no qual se valoriza o contributo de cada elemento para o trabalho que está a ser levado a cabo. Tem que ver com a consciência da possibilidade de elevar o nível de vida da comunidade no âmbito económico, social e ambiental. Remete para o empenhamento em causas que afetam as condições de vida das populações. Para Durkheim (1977) a solidariedade interfere no grau de integração dos indivíduos ao contexto. A solidariedade pode ser de vários tipos e regula a maior ou menor dependência dos membros à sociedade.

Por fim, a viabilidade económica remete para o facto da economia solidária centrar os seus interesses no local e no regional através da criação de emprego, lucro e de melhoria do território. Pretende, por isso, ser um meio de obtenção de rendimento para as pessoas que aí trabalham mediante a produção de bens ou prestação de serviços capazes de garantirem a sua sustentabilidade. A sua finalidade económica é direccionada para o desenvolvimento endógeno.

A economia solidária pode contribuir para a promoção do desenvolvimento endógeno local e regional; a responsabilidade social e a integração social. Incentiva ainda a sustentabilidade económica e ambiental. Além de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos diretamente envolvidos na sua estrutura organizativa adquire ressonância na comunidade onde se encontra localizada (Culti; Koyama; Trindade, 2010; Gaiger; Corrêa, 2011).

Em suma e recorrendo ao caso francês (Filho, 2002), a economia social atua como um prolongamento dos organismos estatais, materializando-se em cooperativas, mutualidades, fundações e uma parte de associações. A aproximação de ideais políticos a estes movimentos concebe a economia solidária, uma espécie de reformulação dos pressupostos da economia social com uma vertente ativa no domínio da intervenção social e política.

Quando falamos em economia social brasileira devemos recuar aos seus primórdios cooperativos datados do século XIX. O associativismo é um fenómeno mais recente e que fica a dever o seu desenvolvimento às iniciativas da Igreja Católica e ao investimento do Estado. Os anos de 1970 representam um marco temporal na redefinição desta corrente económica, abrem-se oportunidades de profissionalização do setor e as ONG juntamente com os novos movimentos sociais conferem credibilidade e visibilidade ao trabalho de terreno em curso.

1.2.5 Uma síntese em torno dos conceitos analisados

O conceito do terceiro setor encontra as suas origens nas tradições teóricas americana e europeia, sendo um conceito de síntese que limita os subsistemas que o integram mediante o raciocínio de lucratividade e não lucratividade. No caso americano a maioria das suas ações aproximam-se de iniciativas filantrópicas de assistência e doação (Filho, 2002). Assim, uma análise mais pormenorizada, mostra que ficam de fora uma proporção significativa de cooperativas e mutualidades.

O conceito de economia social, proeminente da Europa Continental, esforça-se por ultrapassar esta limitação e enfatiza o critério definidor dos seus empreendimentos nos

direitos de propriedade. Por outras palavras, o que separa uma empresa capitalista de uma organização da economia social é que a primeira procura alcançar interesses económicos individuais enquanto a segunda foca-se na obtenção de benefícios, não só económicos, para um grupo ou comunidade (Ferreira, 2009). Na ótica de Fernandes (1994) tal terminologia não consegue abranger as especificidades dos empreendimentos não-governamentais da América Latina e em concreto do Brasil.

O movimento da economia social e economia solidária na sua formação aparecem muito veiculados às manifestações políticas, em especial das ideologias de esquerda e com forte influência marxista, o que se contrapõe à génese do terceiro setor, mais afastado de ideologias partidárias. Se o terceiro setor é impulsionado pela insuficiente atuação do Estado – Providência, a economia social e solidária é incitada pelas condições precárias de trabalho que afetavam os grupos mais desfavorecidos da sociedade. Regra geral, o terceiro setor direciona a sua ação para a intervenção independente junto de comunidades que careçam de algum tipo de necessidade e a economia social e solidária procura potenciar a criação de meios a partir dos quais os indivíduos consigam obter rendimentos e integrar-se no todo social. Já as empresas sociais, conceito desenvolvido pela EMES⁶, extrapolam os eixos organizativos e práticos das cooperativas e mutualidades no que se refere aos ganhos económicos, admitindo a partilha dos mesmos pelos respetivamente cooperados e associados.

O conceito de economia solidária aproxima-se do de economia social mas também de empreendedorismo social, ao estar vocacionado para populações vulneráveis e ao procurar criar fontes de rendimento autónomas através do empoderamento dos envolvidos. A economia solidária encontra no Brasil forte sedimentação política, organizacional, académica e pública, traduzindo-se em empreendimentos de cariz autogestionário e solidário que privilegiam a integração de grupos em vulnerabilidade social.

Não obstante os conceitos examinados revelarem discrepâncias quanto ao tipo de organizações a incluir no seu interior e que critérios se aplicar, representam um paradigma alternativo ao modo como o Estado, o mercado, a sociedade e a economia sdevem relacionar (Ferreira, 2009). A conexão destas abordagens reside na sua intermediação entre o Estado e o Mercado (Filho, 2002).

⁶ Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o tema “Empreendedorismo social e empresas sociais”, 475. a Sessão Plenária de 26 e 27 de outubro de 2011 (2012/C 24/01)

1.3 Definição e reconfiguração do universo da economia solidária no Brasil

1.3.1 Afirmação e consolidação da economia solidária em território brasileiro

As primeiras experiências de cooperativismo no Brasil datam do século XIX, algumas delas orientadas segundo o modelo de falanstério outras fundadas a partir dos ideais preconizados por Fourier. Nas cidades emergiu o cooperativismo de consumo, tendo sido afetado com a emergência das grandes superfícies comerciais. Nas zonas rurais o cooperativismo agrícola não obstante tenha crescido em larga escala não colocava em prática procedimentos autogestionários. Além disso, tinham trabalhadores assalariados pelo que não podiam ser catalogados como integrantes da economia solidária (Singer, 2004).

Em concreto, as práticas de economia solidária no Brasil aconteceram a partir de 1980 com o apoio de movimentos religiosos e dos novos movimentos sociais, em especial das organizações não-governamentais. No seu interior verifica-se uma multiplicidade de experiências de empreendedorismo tais como, os bancos populares, as cooperativas de crédito, os bancos comunitários, o *comércio justo* e o cooperativismo popular (Filho, 2007). Constatam-se também os designados clubes de troca onde se cria uma moeda própria para as relações comerciais no interior da comunidade (Singer, 2004).

O crescimento do capitalismo industrial no período que sucedeu a Segunda Grande Guerra despoletou novas formas de desigualdades sociais. Se os que se situavam no topo da hierarquia social tiveram acesso em abundância a bens e serviços de maior qualidade, aqueles que se situavam na base viram as suas condições de vida e rendimentos reduzidos a um padrão mínimo de sobrevivência. A ausência de planeamento industrial nos primeiros anos de ditadura agudizou as tensões entre as classes dominantes e as classes dominadas, prevalecendo os interesses dos primeiros sobre os interesses dos segundos. A força e influência da classe burguesa era tão intensa que suprimiu a criação de benefícios e instituições voltadas para a proteção social. No período do Estado Novo (de 1964 a 1985) poucas foram as medidas direcionadas para a criação de proteção social. Assiste-se mesmo à minimização das ações da Sociedade Civil devido a pressões do regime político (Henrique, 1998).

Entretanto, e em paralelo com essa situação, emergem novos movimentos sociais, entre os quais a ala progressista da Igreja Católica, os seguidores da Teoria da Libertação e grupos de defesa da preservação do ambiente, que impulsionam o fortalecimento da Sociedade Civil. Forma-se também o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) de cariz

federal e liderado pelo Ministro da Agricultura e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) de cariz privado e sem fins lucrativos, ocupando-se da gestão e inspeção legal das cooperativas emergentes (Serva; Andion, 2006).

De assinalar o impacto que teve o florescimento das ONG na reconfiguração dos empreendimentos da economia solidária, quer na introdução de pessoal qualificado responsável pela introdução de conhecimentos técnicos promotores da dinamização das organizações deste setor, quer na sua abrangência internacional potenciadora de redes com maior envergadura política e social (Serva; Andion, 2006). Anos mais tarde, e em resultados das transformações sociais e políticas mundiais, as ONG mais antigas optam por direcionar maiores investimentos para os países com dificuldades crescentes de pobreza e exclusão social. Essas ONG brasileiras passam a depender de ajudas estatais, transferindo o seu espectro de ação para todo o território nacional (Serva; Andion, 2006).

As transformações políticas e organizacionais que tiveram lugar depois de 1964 abriram caminho para um crescimento económico acelerado e, por conseguinte, ao reforço da agudização das disparidades entre grupos sociais, em particular os que estavam mais ligados às atividades agrícolas e ao pequeno comércio (Henrique, 1998). Apesar disso foram raras as medidas criadas no sentido de esbater essas mesmas desigualdades. O fim do regime ditatorial impulsiona uma reformulação do cooperativismo que encontra parceiras com as ONG mais antigas, os movimentos sociais e mesmo com as políticas públicas. As ONG carregam consigo a introdução de problemáticas sociais e culturais com reduzida visibilidade em contexto brasileiro.

Na verdade, o Estado Providência Brasileiro possui certas características que o diferenciam dos demais modelos de proteção social. Enquanto na maioria dos países as classes populares influenciaram com as suas lutas a formação do Estado Providência, no Brasil a reduzida capacidade de intervenção do operariado e dos camponeses reproduziu-se na sua constituição e orientação, “desta forma o Estado foi assumindo novas formas e dando origem a um paralelismo que corporizou as características centrais das relações de produção capitalista em desenvolvimento (...)” (Gomes, 2006, p. 223).

Altamente centralizado e paternalista, o *welfare state* brasileiro caminhou no sentido da privatização dos seus supostos eixos de atuação. Gomes defende que “pode-se inferir que o sistema de seguridade social no Brasil, no contexto e nas características que assumiram a luta de classes e a composição dos blocos hegemónicos, ao contrário das experiências de países europeus no período pós- II Guerra Mundial, não reuniu condições suficientes para ser constituído” (idem: p.226).

O regime de ditadura militar acentua a flexibilização do trabalho iniciada já em 1930. Não obstante a existência de índices de trabalho formal elevado, o trabalho informal⁷ era mantido e perspectivado como um instrumento de aproximação das pessoas ao mercado (Barbosa, 2007). A diminuição do crescimento económico, o endividamento externo e o processo de libertação do anterior regime ditatorial desencadearam movimentos em torno da luta pela melhoria das condições laborais.

Depois do golpe militar as intenções de implementação de um sistema de segurança social ganharam um novo alento. Todavia a instabilidade política e económica do país condicionaram a sua instalação universal tal e qual nos moldes europeus.

O Brasil à semelhança de outros países vivenciou a já referida crise económica de 1970 cujas repercussões tiveram um efeito direto no agravamento das condições económicas, da produção e acumulação de capital. Em resultado, constou-se a diminuição da oferta de trabalho (desemprego estrutural), a precarização do emprego e a proliferação do trabalho informal. Em paralelo, verificou-se a saturação do modo de produção fordista e a revolta com o sistema dominante refletido na luta de classes (Barbosa, 2007).

Nos anos de 1980 o país enfrentava uma forte dívida externa, tendo o Estado se submetido a indicações internacionais, perdendo força e credibilidade financeira (Henrique, 1998). Adicionalmente, este período foi marcado por grandes reformas políticas a começar pelo esforço de redemocratização do país. Nesta sequência iniciaram-se processos de descentralização política patentes nas demandas da Constituição de 1988 cujas orientações iam no sentido de transferência do poder central para os estados, princípio já inerente às Federações, como é o caso do Brasil. Porém, a Constituição de 1988 não foi capaz de corrigir a discrepância representativa entre os Estados, princípio elementar do federalismo, verificando-se também dificuldades no seu ajustamento com as aspirações neoliberais do modelo político brasileiro (Gomes, 2006). Neste âmbito, evidencia-se o fracasso do projeto de segurança social para todos os cidadãos ameaçado pela debilidade económica do setor público.

O neoliberalismo ganha força nos inícios da década de 1990 conduzindo a economia brasileira para a abertura do seu mercado ao capital estrangeiro e a privatização do setor das empresas e dos serviços públicos (Henrique, 1998). Todavia as taxas de desemprego de longa duração continuam a aumentar. Em semelhança com os países do centro exigia-se a redução

⁷ O trabalho informal consiste em atividades laborais que não estão sujeitas a regras e direitos instituídos legalmente, isentos, por isso, de benefícios e obrigações contributivas. Este tipo de trabalho é maioritariamente mal pago e com baixos índices de produtividade. No Brasil, os trabalhadores informais são conhecidos por “trabalhadores sem carteira assinada” (Barbosa, 2007).

dos benefícios laborais em prol de uma maior libertação do Estado e do Patronato com encargos sociais. Tais medidas não tiveram o resultado esperado, a taxa de desemprego continuou a aumentar, a produtividade abrandou e dependência financeira do Brasil manteve-se elevada. Desta forma, a flexibilização do trabalho e a redução da segurança social abrem caminho para novas modalidades de emprego tais como o trabalho informal, o autoemprego e aposta na economia solidária (Barbosa, 2007).

Em 1991 é criada a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) que compactua com organizações que orientam as suas atividades no sentido do desenvolvimento sustentável e da solidariedade social. A Lei 9.790, aprovada em 1999, estabeleceu a criação da Organização da Sociedade Civil de Interesses Públicos (OSCIP) direcionada para parcerias entre as organizações que a compõem e na qual o Estado suportaria financeiramente os programas no âmbito desta organização. Esta cooperação vê a sua força minimizada anos mais tarde com a reformulação das políticas públicas (Serva; Andion, 2006).

A criação de uma rede da economia solidária tão coesa e disseminada veio suplementar a reduzida intervenção do Estado Brasileiro, estabelecendo-se como uma via complementar de obtenção de rendimentos, proteção e integração social. Nota-se mesmo a possibilidade de relação entre o modelo inacabado de *welfare state* do Brasil e o alcance dos empreendimentos de economia solidária em todo o seu território, contrastando com a realidade europeia, que por exemplo, edificou um protótipo de Estado Providência assistencialista e universal que colocou para segundo plano a atuação de cooperativas e mutualidades (Gomes, 2006). Se bem que, as atuais transformações económicas e políticas na Europa apontam para a revitalização desses setores.

No conjunto estes fatores favoreceram o crescimento e valorização do trabalho informal. Face aos problemas sociais que surgiram no período posterior à ditadura militar manifestou-se a urgência de implementação de um novo paradigma de gestão da questão pública com particular enfoque no poder local (Costa, 1996).

Constata-se que no Brasil a formalidade e a informalidade convivem lado a lado (Barbosa, 2007), ou seja, os trabalhadores acionam fontes de obtenção de rendimentos provenientes da sua atividade laboral regulamentada e de atividades realizadas na economia subalterna.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são trabalhadores informais os indivíduos que apresentem uma destas características: trabalhadores por conta própria (menos os profissionais liberais); familiares não renumerados, trabalhadores que realizam serviços domésticos, empregadores e empregados de pequenas empresas.

No Brasil em 2003 e 2004, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam mais trabalhadores informais (240 mil) do que trabalhadores formais (23 mil). Por esses motivos nota-se que “ a informalidade não é mais transitória, como era considerada ao tomá-la como excedente de mão de obra que, em épocas de crescimento, incorporava os contingentes remanescentes na formalização das relações de trabalho e, em períodos recessivos, constituía uma espécie de colchão amortecedor, que acolhia a mão de obra excedente, com a função de reduzir o custo de trabalho e de reprodução social para o capital” (Barbosa, 2007, p. 45).

A conjuntura apresentada favoreceu a afirmação das organizações da economia solidária e a aposta no empreendedorismo. A diminuição do crescimento económico, a desregulação da economia e das próprias relações laborais mais o desgaste das organizações ligadas ao capitalismo permite que o empreendedorismo seja visto como uma via de potenciação do mercado e de absorção dos indivíduos que não encontram lugar nas dinâmicas laborais. O empreendedorismo rompe com as tradicionais formas de gestão e organização do trabalho ao afastar-se do assalariamento e do primado do individualismo. Para Schumpeter (1996) estes pequenos negócios trazem movimento e mudança aos mercados, empregando igualmente grupos excluídos da esfera laboral.

É no governo de Lula da Silva que as práticas da economia solidária se expandem. Trata-se de uma grande transformação na medida em que até a essa altura as políticas públicas eram apenas veiculadas somente para o trabalho assalariado, qualificação profissional e pensões de desemprego. A consolidação da economia solidária foi impulsionada em 2003 na sequência da criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). Daqui decorreu a criação do Sistema de Informações em Economias Solidárias (SIES) que agrega dados relativos aos empreendimentos da economia solidária, desde o seu registo, aos seus objetivos e iniciativas desenvolvidas. Esta base de dados permite o conhecimento atualizado deste tipo de empreendimentos, constituindo-se como uma ferramenta importante na formulação de indicadores caracterizadores desta realidade e, posteriormente, na elaboração de medidas políticas públicas.

Posto isto, o SIES estruturou o conceito de economia solidária em três grandes pilares designadamente o de dinâmicas económicas, de empreendimento e de solidariedade. Assim, entende a economia solidária como “o conjunto de atividades económicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (cit por Culti; Koyama; Trindade, 2010, p.10). A par disso foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores de

Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG) e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP).

O desemprego galopante e o consequente aumento de pessoas em situação de marginalidade social das décadas de 1980 e 1990 abriu caminho para a consolidação de empresas da economia solidária – cooperativas e associações. Os Projetos Alternativos Comunitários (PAC) foram planeados para criar emprego e rendimentos para população desfavorecidas. Tais projetos acabaram por assumir-se enquanto empresas da economia solidária, uns ainda dependentes financeiramente de associações religiosas e outros conquistando paulatinamente a sua emancipação. O controlo de empresas em falência abriu espaço para a criação da ANTEAG e o Movimento Sem Terra (MST) representou um incentivo à agricultura através da formação de cooperativas autogestionárias.

Entre 1980 a 1990 a economia solidária era desvalorizada, de reduzido conhecimento político e inexistente pesquisa no campo académico. A partir da década de 1990 conquista visibilidade pública e política. Os centros de investigação dividem-se, uma fração, mais cética, perspetiva a outra economia com desconfiança, a outra, propagandista, arranca com movimentos de esclarecimento e disseminação dos seus pressupostos. O novo milénio coloca a economia solidária no debate político em sequência da instauração de organismos vocacionados para a sua regulamentação; no debate académico ao constituir-se como objeto de investigação científica e, por fim, no debate público devido à conquista de visibilidade junto das populações, e em particular, dos grupos mais desfavorecidos (Gaiger, 2009).

Atualmente o movimento da economia solidária é impulsionado pelas organizações que seguem os seus pressupostos e se agregam em redes e parcerias; as ONG e as instituições académicas e científicas que contribuem para a sua visibilidade e desenvolvimento e os organismos públicos e políticos promotores de iniciativas voltadas para a sua creditação e crescimento (MTE \ SENAES \ FBES, 2007).

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) é criado em 2001 com o intuito de acionar planos de formação profissional capacitadoras do papel laboral dos trabalhadores que nela se inserissem. A sua regulação é realizada por membros do Estado, da OCB e de um trabalhador das sociedades cooperativas.

1.3.2 O impulso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares na consolidação da economia solidária

O dinamismo da rede de economia solidária brasileira está patente no conjunto de organismo e eventos realizados. Desde 1998 que são concretizados encontros nacionais e internacionais de divulgação e debate dos princípios da Economia Solidária. O primeiro em Porto Alegre, o Encontro Latino – Americano de Cultura e Socioeconômica Solidária evidenciou o papel da economia solidária enquanto modelo social com potencialidades de posicionamento no mercado mundial dos países envolvidos. Em 2000 aconteceu o I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias e a criação, com já mencionado, da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária fundada com o propósito de formar coligações entre os principais agentes da economia solidária (idem).

Seguiu-se a fundação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e das ITCPs, medida de política que incentiva o apoio das universidades às economias solidárias, compostas por professores e alunos de várias áreas disciplinares que tentam produzir conhecimento e instrumentos de transmissão dos princípios da economia solidária (Dagnino, 2010).

A tecnologia social é num método de trabalho que parte das necessidades reais das pessoas em condição de marginalização social e a partir daí constrói propostas de solução desses mesmos problemas (idem). Trata-se de instrumentos que devem elevar a qualidade de vida das populações e cujas estratégias sejam possíveis de ser generalizadas a diferentes contextos. Rejeita medidas políticas formuladas de forma descontextualizada, concebidas sem trabalho de campo e desfasadas da realidade dos indivíduos em condição de exclusão. Os seus preconizadores argumentam que tais medidas têm-se revelado pouco eficientes e incapazes de transformar a vida das pessoas.

Os trabalhadores das organizações da economia solidária possuem níveis educacionais e formação profissional reduzida (Barbosa, 2007). A ITCP funciona como medida promotora de tecnologia social como um meio de apoio e amparo para as organizações da economia solidária ao fornecerem um conjunto de infraestruturas, instrumentos e conhecimentos que visam formar os elementos envolvidos nestes projetos autogestionários. O seu papel consiste em ajudar as cooperativas a fortalecerem os seus conhecimentos a adquirirem autonomia suficiente para o fazerem sozinhas. A ITCP aposta na formação dos trabalhadores da economia solidária e na desconstrução das suas representações e práticas de envolvimento e participação nas tomadas de decisão (idem). Por outras palavras,

os trabalhadores foram desde de cedo socializados segundo uma cultura de subordinação e aceitação das decisões tomadas pelas chefias. Ora no contexto do cooperativismo isso deixa de fazer sentido tornando-se premente mostrar-lhes a importância do seu empenhamento para a concretização das suas matrizes centrais (Dagnino, 2010).

A fraca capacidade tecnológica das cooperativas e a sua dificuldade em acompanhar os avanços e atualizações realizados pelas empresas capitalistas provoca um maior desgaste dos trabalhadores em termos de dispêndio de horas de trabalho para cumprir uma tarefa (produtividade). Os instrumentos acionados pela tecnologia social têm como finalidade promover a qualidade de vida dos grupos envolvidos em projetos de integração social (Barbosa, 2007). Contudo o debate em torno da questão da tecnologia social ainda é pouco consensual. A formação da Rede de Tecnologia Social (RTS) pretende estimular o crescimento endógeno das comunidades através de instrumentos e técnicas de mudança acordados com as comunidades e que favoreçam a sua integração social (idem).

De destacar ainda a criação da Fundação Unitrabalho orientada para a investigação sobre a economia solidária e da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) centrada no investimento em pesquisas e criação de cooperativas de crédito. Em 2001 surgiu a Rede Brasileira de Sócio – Economia Solidária composta por várias organizações da economia solidária (Singer, 2004).

De 2001 a 2004 no Fórum Social Mundial as discussões acerca da economia solidária intensificam-se. Em 2001 forma-se a Rede Global de Socioeconomia Solidárias que inclui 21 países que se aliam na difusão e promoção de bens e serviços locais. A I Plenária Brasileira de Economia Solidária em 2002 “ discutiu e definiu a articulação nacional de trabalhadores envolvidos com economia solidária e entidades de assessoria” (Barbosa, 2004, p. 177). Já em 2003 no III Fórum Social Mundial Lula da Silva anuncia a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Na II Plenária Brasileira de Economia Solidária a Secretaria Nacional de Economia Social é dirigida por Paul Singer.

Defendem Serva e Andion (2006) que a economia solidária no Brasil vem adquirindo o estatuto de campo, no sentido bourdiano do conceito, conquanto ainda se encontre em conquista da sua independência completa tende a ser regulada por normas e procedimentos próprios. Trata-se de um campo heterogêneo no qual prevalecem lutas simbólicas pelo seu domínio.

1.4 Economia solidária e integração social pelo trabalho: o caso dos catadores de material reciclável

Habitualmente relaciona-se a economia solidária com trabalhadores marginalizados e com reduzidas competências formativas e profissionais. Contudo tal ideia é abusiva pois muitos desses indivíduos trabalharam sempre por conta própria, existindo uma parcela significativa que rejeita a possibilidade de retornar ao emprego no mercado de trabalho não solidário. A ideia que a economia é destinada a pessoas *inempregáveis* é prejudicial para as próprias identidades dos trabalhadores e para a ação que este novo modelo da economia tenta incrementar (Culti; Koyama; Trindade, 2010).

Não obstante essa generalização seja abusiva, muitos dos empreendimentos económicos solidários são compostos por indivíduos que, por várias razões, não encontraram lugar no mercado de trabalho. Exemplo disso são os empreendimentos da economia solidária composta por catadores de material reciclável. Nos designados países periféricos o trabalho de catação é um veículo de geração de renda assente no trabalho informal, as suas finalidades envolvem mais a necessidade de integração por via do trabalho do que uma componente de consciência ambiental. A figura do catador do Brasil, no qual se centra o nosso objeto empírico, assemelha-se aos “zabbaleen” da Índia, os “ferrywallas” de Dhaka (ver país), os “recicladores” da Columbia), nestes contextos embora os mecanismos de atuação sejam variáveis têm em comum a precaridade das condições de trabalho, o afastamento social e a insuficiência de incentivos das instâncias políticas (Dias, 2002)

No Brasil a presença destes trabalhadores remonta à década de 1930, tendo-se verificado um aumento da década de 1980 e posterior intensificação na década de 1990 O perfil destes trabalhadores sofreu alterações ao longo do tempo. Se num primeiro momento tratavam-se de moradores de rua, desprovidos de vínculos sociais, sucedeu que o agravamento do desemprego incitou a que agregados familiares tornam-se da catação o seu principal meio de sustento (Dias, 2002).

O crescimento de cooperativas de catadores de lixo por todo o território brasileiro contribui para a integração pelo trabalho deste grupo profissional. Porém, estas empresas da economia social, por não serem autossustentáveis nem dotadas de uma modelo organizacional coeso, limitam-se à separação dos resíduos sólidos, os quais são comprados por sucateiros que, por sua vez, os revendem em volume superior a empresas transformadoras. Com efeito, a mais-valia deste procedimento é investida no sistema capitalista. O sucateiro, também designado por “homem da balança” constitui o intermediário entre os catadores de lixo e estas

indústrias de transformação de lixo. Os principais favorecidos desta rede são os sucateiros e as empresas compradoras enfraquecendo a afirmação financeira deste tipo de cooperativas (Barbosa, 2007).

Recorremos aos contributos de Paugam (2006) que entende a desqualificação como um processo no qual as pessoas vivenciam o declínio do seu estatuto social. Esta situação é acompanhada por emoções de humilhação, sentimentos de perda e de inferiorização social, assim “as pessoas que fazem este tipo de experiência têm a sensação de ser desqualificadas, isto é, de estar numa situação socialmente inferior àquela que conheceram anteriormente” (p. 15).

No seu estudo “A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza” Serge Paugam (2006) examina a construção social do significado de pobreza e de grupos de pessoas que necessitam de assistência. Neste sentido, elabora uma tipologia que caracteriza a população assistida pelo rendimento mínimo francês. Para isso emprega a noção de *fragilidade* referente a pessoas que experimentam um processo de declínio social e profissional e que rejeitam a condição de assistido, corresponde a um momento de habituação e está relacionada com dificuldades de integração no mercado de trabalho ou de desemprego; a noção de *dependência* relativa a indivíduos que dependem financeiramente das ajudas prestadas pela ação social; e a noção de *fragilidade* articulado com momentos em que as ajudas terminam e as pessoas passam por uma situação crescente de vulnerabilidade e de agudização de exclusão social.

Em concreto ao recorrermos a este conceito pretendemos perceber se o perfil social, económico e profissional dos catadores se insere na categoria de “marginalidade conjurada”. A marginalidade corresponde, segundo a perspetiva do autor, a pessoas com histórias de vida desde muito cedo ligadas à vulnerabilidade social e cujas rotinas diárias se resumem à satisfação das suas necessidades básicas. Socializados em lares instáveis onde predominam frequentemente a violência e o alcoolismo mantêm relações de reduzida ou inexistente proximidade com a família. Grosso modo, não possuem recursos profissionais agudizando a sua situação de afastamento social. Muitos, consumidores e traficantes de droga são estigmatizados pelo seu modo de vida marcado pela precariedade, indiferença e descuido.

Especificamente a “marginalidade conjurada” remete para indivíduos tentam a reintegração na sociedade. Reconhecem a importância de modificar os seus padrões e objetivos de vida, no entanto têm consciência das dificuldades que têm que enfrentar. Mais do que isso, as representações sociais da sociedade influenciam todo este processo de reinserção.

A integração das pessoas em contextos laborais como em organizações, empresas ou, no caso do nosso estudo, em associações, permite-lhes a construção de identidades individuais, baseadas em processos de vivências coletivas. Desta forma, o local de trabalho é apontado como um espaço privilegiado de socialização exercendo influência na percepção dos indivíduos sobre si mesmos e sobre os seus pares (Sainsaulieu, 1997). Atualmente ter um emprego traduz-se em mais do que uma fonte de rendimento, atribui também estatuto aos indivíduos. O afastamento face ao mercado laboral coloca os indivíduos numa situação de vergonha social em detrimento dos estereótipos de inutilidade daqueles que trabalham (Castel, 1998). A conquista de um emprego por parte dos que se encontram à margem da esfera do trabalho é dificultada pela reduzida procura em relação à oferta, abalando a confiança, expectativas e identidade pessoal (Valentim, 2009).

Quando usamos o conceito de identidade em sociologia destacamos a sua dimensão relacional, isto quer dizer que se define em contexto social e em processos dialéticos de identificação e diferenciação (Pinto, 1991). Como defende Shnapper (1997) o estatuto social está relacionado com a posição que os indivíduos ocupam no mercado de trabalho pois é isso “que dá a um indivíduo o sentimento da sua própria dignidade e leva os outros a respeitar esta dignidade” (p. 53).

As identidades socioprofissionais são imagens individualmente construídas sobre si mesmo, criadas a partir das categorizações do campo profissional e da posição que o indivíduo ocupa nesse campo específico (Dubar, 1997). Identidades essas que são arquitetadas através de um processo biográfico – construção de uma imagem de si próprio mediante as características refletidas pelas instituições e nas quais o indivíduo se identifica - e um processo relacional – edificação de uma identidade para o outro ajustada com o verificação de competências, capacidades aptidões e representações de si próprio, expostas pelos sujeitos nos espaços de trabalho em que estão inseridos.

A Economia Solidária do ponto vista empírico: caracterização sumária do objeto, modelo analítico e estratégias metodológicas

No presente capítulo traçamos uma breve contextualização do nosso objeto de estudo, a ASMARE, contextualização essa que será retomada com maior detalhe no capítulo subsequente. Neste ponto revelamos as finalidades da pesquisa e os eixos que a orientam, fundamentais na construção do modelo de análise.

Em simultâneo, expomos as estratégias metodológicas empreendidas no trabalho em curso. Optamos por esquemas analíticos intensivos orientados pela lógica indutiva de recolha e tratamento de dados que privilegiam a compreensão de sentidos e significados dos discursos dos indivíduos envolvidos na pesquisa.

2.1 Da contextualização à justificação do objeto: a escolha da ASMARE

O nosso projeto incide no estudo de caso de uma organização de economia solidária do Brasil, a ASMARE localizada na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte possui, de acordo com os censos de 2010 do IBGE, 2375151 habitantes e uma densidade populacional de 7177 habitante por km². As principais atividades económicas da cidade, segundo dados do mesmo instituto em 2009, eram o comércio e serviços (69,8%); o setor público (15,8%) e a indústria (14,5%). No final de 2001 a taxa de desemprego era de 4,3%, qualificada como a segunda menor do país. Em contrapartida, o rendimento médio dos trabalhadores era de 1572, 20 reais (cerca de 660 euros), 4,7% inferior á média nacional. Quanto ao número de favelas, um indicador importante na medição do nível de desigualdade económica no interior do Brasil, contavam-se 101 no mesmo ano, posicionando-se no sétimo lugar de cidade brasileira com maior número de aglomerados habitacionais deste tipo.

A ASMARE⁸ promove mecanismos de integração social de pessoas em situação de vulnerabilidade. Para a concretização da sua missão aposta em parcerias com outras instituições que tornam possível o desenvolvimento de várias acções do seu âmbito de interesse. Atuando em três vertentes – ambiental, económica e social – é considerada uma boa

⁸ Informação retirada do documento “Projeto Revitalização ASMARE 2010” criado e cedido pela associação e do “Relatório Técnico de 2011 dos Empreendimentos dos Catadores de Material Reciclável e da Coleta Seletiva do Município de Belo Horizonte”.

prática ao nível do empreendedorismo social, facto que será evidenciado adiante pelos dados empíricos.

Destacamos o carácter exploratório desta pesquisa cujo tema se encontra em discussão na esfera política contemporânea e cujas premissas de análise se centram numa realidade na qual o trabalho de terreno ainda está numa fase de arranque. A investigação neste domínio, em Portugal, é ainda insuficiente, pelo que se justifica a exploração deste estudo de caso em território brasileiro. Mais ainda, revela-se pertinente o caso do Brasil, onde os princípios desta forma de organização assumem uma maior consolidação política e consequentes repercussões nas dinâmicas sociais.

Num período em que a economia solidária em Portugal reemerge dando-se passos marcantes, importa conhecer os princípios de gestão e organização, bem como o impacto que podem assumir na vida de grupos desfavorecidos. Como lembra Shnapper “é preciso tornar a dar às pessoas que não participam na produção concorrencial o sentimento, justo, de que têm a sua utilidade social – toda a gente tem a necessidade de se sentir útil. Um dos meios é profissionalizar os novos setores de atividade. Ao profissionalizá-los, poderá dar-se uma verdadeira dignidade aos seus atores” (1997, p. 90).

2.2 Finalidades e eixos empíricos orientadores

A investigação científica orienta-se por um conjunto de questões sobre um determinado assunto que servem de ponto de partida para a problematização da realidade social (Quivy; Campenhoudt, 2003). A pergunta de partida geral que orientará o nosso trabalho é a seguinte: *Como tem desenvolvido a ASMARE a missão de integração social de população vulnerável através do exercício de uma ocupação?* Os eixos analíticos que guiarão o nosso estudo são apresentados de seguida.

O eixo contextual e caracterizador incide sobre a história da ASMARE e nas mudanças verificadas desde a sua formação até à atualidade, focando as condicionantes sociais e históricas, os entraves e agentes impulsionadores e a sua relação com os organismos estatais. No geral, é nossa intenção elaborar uma evolução temporal dos seus diferentes momentos de crescimento enquanto instituição, bem como as relações que se foram estabelecendo com outros agentes dentro e fora do seu campo específico de atuação. Aqui será também averiguado a sua maior ou menos aproximação aos princípios delimitadores dos empreendimentos da economia solidária. De igual modo, através de uma grelha previamente

definida, posicionamos a ASMARE numa tipologia de empreendimentos da economia solidária.

O eixo de integração social remete para a observação da importância que os catadores atribuem à ASMARE na sua vida desde uma possibilidade de transformação pessoal até à transição de uma condição de exclusão para uma condição de integração social.

A integração dos catadores por via do trabalho representa uma das principais finalidades da ASMARE. As tarefas que estes trabalhadores aí desempenham além de lhes permitir obter rendimentos, torna-os elementos participativos do sistema económico e social. Contudo, a ASMARE como qualquer outra organização para funcionar exige determinados modelos de organização e gestão. Estas não estão isentas de constrangimentos sociais, políticos e económicos que podem destabilizar os seus parâmetros de atuação. O mais recente constrangimento que a afeta diretamente está relacionado com a aprovação de uma normativa que mudará alguns dos seus mecanismos e práticas.

A nova Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS – Lei nº 12.305/ 2010, de forma genérica, promove a redução de lixo e a sua utilidade para a produção de energia. Enfatiza a importância da reciclagem dos resíduos sólidos e da partilha de responsabilidade ambiental entre cidadãos, estado e empresas. Os municípios passam a ser responsáveis pela gestão dos resíduos domésticos e urbanos e, por sua vez, as empresas pelos desperdícios que produzem. Por exemplo, o setor da construção civil não pode mais encaminhar os desperdícios para os galpões.

Esta prescrição legislativa responsabiliza as prefeituras a extinguirem lixões e a promoverem a reciclagem nas residências através de infraestruturas destinadas a esses fins. Os municípios têm assim quatro anos para acabar com as lixeiras e aterros controlados, sendo apenas permitidos aterros com desperdícios não passíveis de reciclagem ou reaproveitamento. Devem também, no período de dois anos, definir um Plano de Gestão Integrada de Resíduos e instalar um sistema de coleta seletiva. Uma das grandes alterações desta norma é a proibição de aterros sanitários a céu aberto sem licença.

Os efeitos mais diretos na ASMARE são a atribuição de maior responsabilidade às corporativas de catadores de lixo que possuem primazia na coleta seletiva e isenção de licitação. Além disso proíbe a catação de lixo nas ruas e a residência em aterros sanitários. A questão que se coloca é saber como a ASMARE se vai adaptar a estes novos constrangimentos?

Caracterizamos o perfil dos trabalhadores que compõem esta organização tendo em conta o percurso de vida dos catadores: da sua marginalização à profissionalização. Esta

intenção deveu-se muito aos dados recolhidos numa primeira entrevista exploratória à assistente social da ASMARE, em que a própria referiu indicadores que apontavam para a mudança do perfil educacional dos catadores. A partir daqui consideramos necessário repensar de forma reflexiva novas formas de integração laboral que respondam às suas competências e expectativas. Além disso, esta análise recai similarmente na compreensão do papel da organização no processo de integração social dos catadores.

Ao estudarmos o grupo de catadores de ASMARE estamos a examinar as suas trajetórias sociais. Neste sentido, analisamos se as funções que exercem na atualidade constituem um primeiro contacto com o mercado de trabalho, isto é, uma alternativa forçada ou uma escolha devido à necessidade de obtenção de rendimentos; se a profissão de catador se coaduna com as suas expectativas de vida ou se o exercício da atividade de catador resultou de um percurso de desqualificação social.

Para finalizar, no eixo organizativo e gestionário pretende-se perceber como a ASMARE organiza internamente o modelo de gestão de pessoas para responder aos seus objetivos económicos e produtivos. Focaremos também as potencialidades e fragilidades da organização em se posicionar no mercado. Procuraremos saber como é que a ASMARE responde aos desafios externos que se colocam, mobilizando os catadores para a adaptação da organização às novas exigências impostas. Pretendemos igualmente compreender como os associados estão a percecionar as transformações ocorridas nas dinâmicas da ASMARE, em particular, a diminuição de resíduos recicláveis que chegam ao galpão e como perspetivam adaptar-se a esta nova realidade.

A nova legislação ao responsabilizar as empresas (como as do setor da construção civil de onde provem grande parte do material com que os catadores trabalham) pelo controlo e reaproveitamento de resíduos sólidos reduz e fragiliza a produção da ASMARE. Avaliaremos similarmente como os catadores percecionam as mudanças instituídas pela lei número 12.305/ 2010 e de que modo consideram que isso pode alterar a sua prática profissional.

Concebemos informação acerca dos pontos fortes e fracos desta associação e posteriormente é exposta a sua capacidade de adaptação à nova lei de resíduos sólidos. Com a instituição da lei número 12.305/ 2010 importa ainda perceber de que modo as competências dos catadores se coadunam com as medidas instituídas.

Retomamos neste ponto um dos debates mais antigos da Sociologia do Direito que diz respeito ao sentido da relação das leis com o contexto social e cultural na qual são decretadas. Se de um lado, alguns autores, em que o expoente máximo é F.K. Savigny,

defendem que as normas são formuladas em consonância com as condições e modos de pensamento da sociedade em que emergem, outros, como J. Bentham, em oposição a este argumento, advogam que as leis são portadoras de mecanismo de transformação social (cit por Santos, 1986).

As leis são produto da regulação de problemas que as sociedades têm que enfrentar, tornando-se também por essa razão, motores de mudança social. A lei nº 12.305/ 2010 é exemplificadora dessa interdependência. Comprovada cientificamente a degradação progressiva do meio ambiente e o caráter prejudicial do hiperconsumo, aterros sanitários não controlados e a urgência do reaproveitamento de materiais, esta norma visa controlar os efeitos da poluição excessiva. Logo, esta lei visa, em simultâneo, retificar condutas consideradas ambientalmente erradas e por essa via modificar essa situação para uma considerada socialmente melhor.

2.3 Da teorização à operacionalização de conceitos: uma proposta analítica

Neste subponto transitamos para a construção do modelo analítico da pesquisa, fase de definição dos conceitos, indicadores e dimensões que quando correlacionados permitem responder às perguntas de partida que orientam o nosso trabalho (Marconi Lakatos, 2001 e Quivy; Campenhoudt, 2003). Na abordagem por nós seguida as perguntas de partida direcionam o foco de observação e de recolha de dados, constituindo-se como preposições que tencionamos aprofundar empiricamente. Daqui subjaz a preparação de uma proposta de modelo de análise resultante da reflexão acerca das abordagens teóricas problematizadas no capítulo I. Decorre igualmente a elaboração de quatro esquemas apresentados sobre a forma de quadro ou figura que guiaram o estudo agora concluído.

A nossa primeira pergunta de partida interroga o seguinte: *a ASMARE segue princípios alternativos aos pressupostos do modelo de produção capitalista afirmando-se, do ponto de vista organizacional e gestor, enquanto empreendimento económico solidário?* Partimos do quadro 1, construído tendo por base a problemática teórica proposta, para conferir a aproximação ou afastamento da ASMARE ao modelo da economia solidária. Não obstante várias pesquisas, os seus membros e a comunidade a definam enquanto tal, os objetivos do nosso estudo requerem uma confirmação do seu grau de rutura em relação aos mecanismos processados no interior das organizações que visam exclusivamente a maximização do lucro e mais-valia. Até porque sabemos quão difíceis de implementação são

Quadro 1 – Operacionalização dos princípios orientadores da economia solidária

Categorias	Dimensões	Indicadores
Autogestão	Administração conjunta e partilhada dos membros na gerência do processo de produção \ prestação de serviços	Relato dos membros quanto à influência da sua opinião nos processos de gestão
Cooperação	Metodologia de trabalho assente no envolvimento partilhado e consentido de tarefas e atividades	Indagação do conhecimento dos membros acerca da divisão do trabalho e posição acerca das mesmas
Democracia participativa	Todos os membros do empreendimento solidário têm poder de decisão e liberdade de opinião em qualquer das medidas e ações promulgadas	Tipo de votação aplicado Frequência dos trabalhadores nas reuniões realizadas
Desenvolvimento local	Preocupação com a melhoria da qualidade de vida da comunidade, preservação e potenciação ponderada dos recursos	Tipo e número de parcerias com organizações locais Questionamento de realização de projetos comunitários
Educação e formação cívica	Investimento na aprendizagem contínua dos membros	Dinamização de ações de formação Aposta em cursos Campanhas de higiene e segurança no trabalho
Integração social	A presença dos membros na organização favorece positivamente a sua rede de relações profissional, social e familiar	Níveis de absentismo Participação nas atividades promovidas Ocupação dos tempos livres Tipo de agregado familiar
Liberdade religiosa, política e ideológica	Os sócios são aceites e respeitados independentemente das suas crenças, costumes, opiniões e preferências políticas	Ausência de testemunhos de discriminação Constatação de indivíduos com diferentes religiões, preferências políticas e ideologias
“Porta aberta”	Não existe limite de membros e é aceite qualquer indivíduo que pretenda participar na organização	Verificação da existência ou não de restrições numéricas da aceitação de trabalhadores Averiguação de registos de situações de distinção no acesso
Propriedade coletiva	Pratica-se a partilha de infraestruturas e instrumentos de trabalho	Questionamento e observação do modo de organização e divisão do local e material de trabalho
Responsabilidade social	Preocupação e criação de ações que amenizem os problemas sociais que afetam a população circundante	Investimento em programas comunitários dos mais variados tipos: ambientais, educativos, criativos, culturais, etc.
Solidariedade	Defesa da importância da ação de todos os membros para a concretização da missão organizacional	Contacto com os discursos em relação ao trabalho em equipa, dependência face ao trabalho dos outros
Visibilidade económica	Criação de postos de trabalho, geração de rendimento e investimento no património local	Presença de trabalhadores Pagamento de salários Produção de bens \ prestação de serviços Iniciativas de abertura à comunidade

Fonte: Adaptado de Singer, 2004; MTE \ SENAE \ FBES, 2007; Valentim, 2009.

os princípios do trabalho colaborativo, da participação e da autogestão em qualquer empreendimento de trabalho, em particular, no caso em apreço direccionado para populações vulneráveis, alvos de pobreza exclusão social.

Esta nossa preocupação baseia-se igualmente naquilo que Paul Singer (2007) aponta como um dos principais problemas do universo das economias solidárias, nomeadamente a proliferação de cooperativas de fachada (*coopergatos* ou *cooperfraudes*). Apesar de não existirem dados exatos da sua proporção, os indícios recolhidos em trabalhos de campo

indicam que é um fenómeno recorrente que corrompe com os seus ideais originários e fragiliza os direitos dos trabalhadores e cooperantes que, do ponto de vista prático, laboram em circunstâncias da economia formal, aqui entendida enquanto sinónimo da economia solidária mas que do ponto de vista legal exercem funções em organizações de tipo capitalista. A ASMARE é excluída deste tipo de empreendimentos. Aliás o levantamento de dados e consequente análise documental efetuados na fase de exploração demarcam o seu posicionamento alternativo ao modelo capitalista de produção. No entanto, procedemos a uma revisão detalhada da sua estrutura gestonária de modo a corroborarmos, ou não, empiricamente essa informação que nos foi facultada ainda num momento exploratório.

Partindo da suposição de aproximação da ASMARE ao tipo-ideal de economia solidária, pretendemos em última instância situar o arquétipo definidor do seu modo de atuação económico, social e organizacional.

Quadro 2 - Categorização do modelo de economia solidária da ASMARE

		Características
<u>Tipologia</u> <u>De</u> <u>Empreendimentos</u> <u>Económicos</u>	<i>Empreendimentos Económicos com traços predominantemente solidários</i>	Democracia participativa
		Autogestão
		Repartição igualitária das sobras
		Partilha de instrumentos de trabalho, de técnica e de venda
	<i>Empreendimento de Carácter Associativo</i>	As decisões são determinadas em conjunto, no entanto existem dirigentes que representam a associação
		Os rendimentos variam em resultado do contributo e trabalho individual
	<i>Empreendimentos Económicos de Carácter Familiar com Níveis de Solidariedade e Cooperação</i>	Níveis de democracia e de solidariedade variáveis
		Relativa debilidade financeira
		O seu carácter democrático deve-se mais aos vínculos dos seus membros do que propriamente ao cumprimento dos traços caracterizadores da economia solidária
		A formação deste tipo organização remete para situações de afastamento do mercado de trabalho associados a pobreza e exclusão social.
	<i>Empreendimentos Económicos com Traços predominantemente Empresariais Competitivos</i>	As resoluções partem de gerentes
		Os trabalhadores são maioritariamente assalariados
		Os pilares elementares da economia solidária não passam de um formalismo não cumprido na prática organizacional.

(Fonte: Adaptado de Icaza, 2004)

O quadro 2 exhibe os quatro modelos de empreendimentos económicos solidários reconhecidos na investigação elaborada por Icaza (2004) e usados para situar, com maior precisão, a ASMARE no contexto de empreendimento económico alternativo ao modelo capitalista de produção.

A segunda pergunta interroga se *a ASMARE promove a integração pelo trabalho dos catadores de material reciclável*? A sociologia desde há muito que se dedica ao estudo da força dos laços sociais enquanto variável explicativa da maior ou menor inclusão social. O investimento nesta problemática está presente na noção de solidariedade, proposta por um dos clássicos da Sociologia, Émile Durkheim (1977) em que se acentua a importância do papel de cada indivíduo para o todo social. A solidariedade corresponde portanto a uma forma de organização social, uma das premissas basilares para a prevalência de uma sociedade minimamente consensual. Por conseguinte, a coesão social, ao significar a harmonia das dinâmicas e instituições sociais, pressupõe a concretização do processo de integração dos indivíduos a grupos sociais e estes à sociedade.

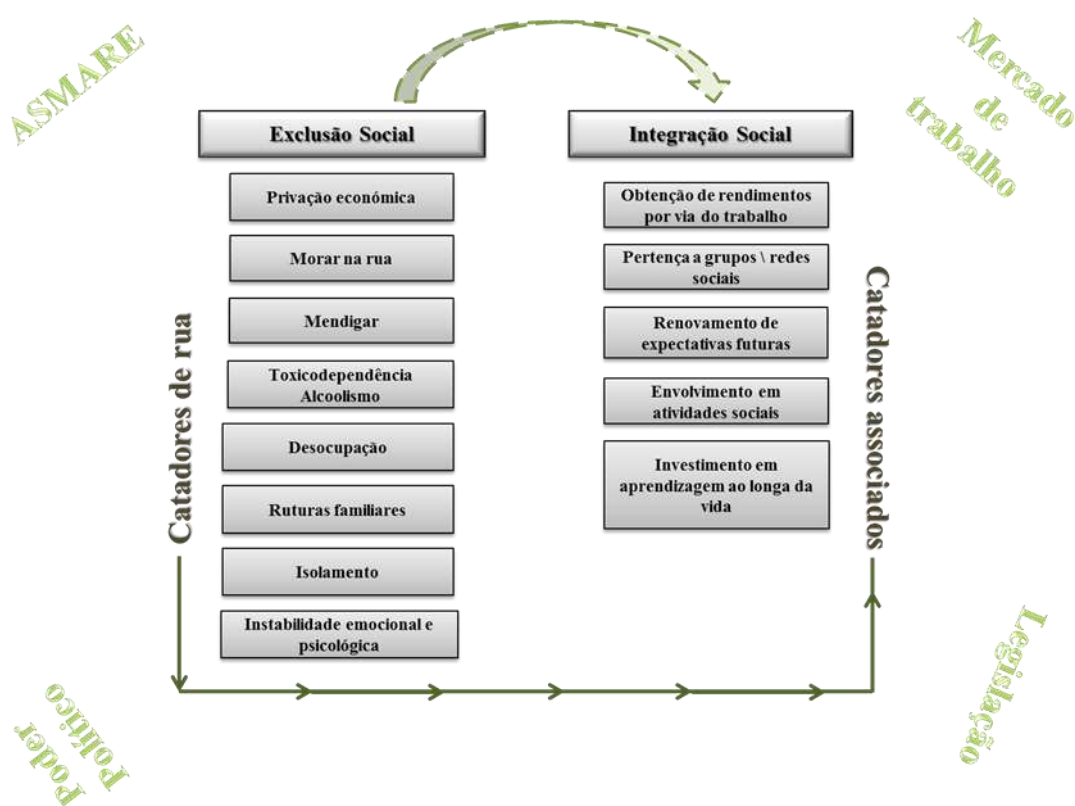
Conceptualmente discute-se a heurística dos conceitos de inserção e integração. A este propósito Donzelot (1995) defende que a integração e a inserção traduzem duas conceções diferentes da relação entre o indivíduo e o grupo. Para Capucha (1998) a inserção social é um processo dual que incita os grupos em pobreza e exclusão a aderir a programas que permitam o acesso aos direitos de cidadania e proteção social. Para isso, as instituições oferecem às pessoas tais oportunidades, disponibilizando meios e oferecendo apoios. A inserção passa pelo recurso regular ou esporádico aos serviços de ação social, estabelecendo-se uma relação de dependência, ou seja, de inferioridade social e que mais tarde se traduz em autoestimas fragilizadas.

Com forte influência do funcionalismo, a noção de integração social enfatiza a intensidade dos laços que unem os indivíduos, em particular, a um grupo, e em geral, à sociedade no seu todo. Subjacente a esta proposta teórica está o conceito durkheimiano (1977) de integração social que remete para a pertença dos indivíduos a grupos sociais nos quais partilham regras, normas, costumes e crenças. A coesão dos indivíduos a um grupo pode influenciar os seus comportamentos, o autor comprovou essa tendência através da sua investigação acerca do suicídio (Durkheim, 2001). Segundo ele quanto menor forem os vínculos que unem as pessoas à sociedade maior será a sua propensão para voluntariamente acabar com a vida. Com a tese da divisão social do trabalho Durkheim (1977) chama a atenção não só para os efeitos associados aos indivíduos que gradualmente se afastam dos

seus vínculos sociais como também para o peso desses mesmos laços para as vivências quotidianas.

Optamos pelo uso do conceito de integração pois como lembra Shnapper (1997) este “tem a vantagem de lembrar que existem relações recíprocas. Insere a ideia, essencial para compreender a vida social, das permutas entre as pessoas, mesmo que sejam desiguais” (p. 70). A integração social pressupõe a delegação de poder de participação e atuação no todo social. Parte da ideia que os grupos empobrecidos ou excluídos devem ter necessariamente uma participação ativa no funcionamento de grupos sociais organizados. Esta é uma condição básica para se operar a integração. Conquanto o conceito de integração social expresse o ajustamento dos indivíduos à estrutura social isso não significa que as disparidades se atenuem ou desapareçam (idem). Dito por outras palavras, a integração social não significa que os indivíduos sejam iguais entre si mas antes que estão inseridos em grupos onde partilham e reproduzem interesses e ideologias comuns.

Figura 1 – Impacto da ASMARE na integração social pelo trabalho dos catadores de material reciclável



A figura 1 pretende dar conta da situação de afastamento social em que os catadores se encontravam antes de trabalharem na ASMARE e as possibilidades de integração social que a associação, em conjunto com outros agentes externos, proporcionam aos membros.

Essa “fase extrema” de que fala Castel (1990) consiste numa rutura progressiva com o mercado de trabalho, a família e círculos de amizade. Enquanto fenómeno multidimensional é possível definir cinco tipos de exclusão social (Costa, 1998): a económica, referente a situações de privação múltipla por falta de recursos, designada comumente como pobreza; a social associada ao isolamento, à falta de autonomia pessoal e autossuficiência (muito aliada ao tipo económico); a cultural referente a minorias étnicas devido a fenómenos como o racismo, a xenofobia e o nacionalismo extremo; de origem patológica de natureza psicológica ou mental, que dizem respeito a fatores que conduzem a ruturas familiares ou na sequência de situações de sem-abrigo; e comportamentos autodestrutivos relacionados com a toxicod dependência, o alcoolismo, a prostituição, etc. Contudo nem todas as formas de exclusão se traduzem na falta de acesso aos sistemas sociais básicos na medida em que um indivíduo pode ser excluído de alguns sistemas sociais e não de outros.

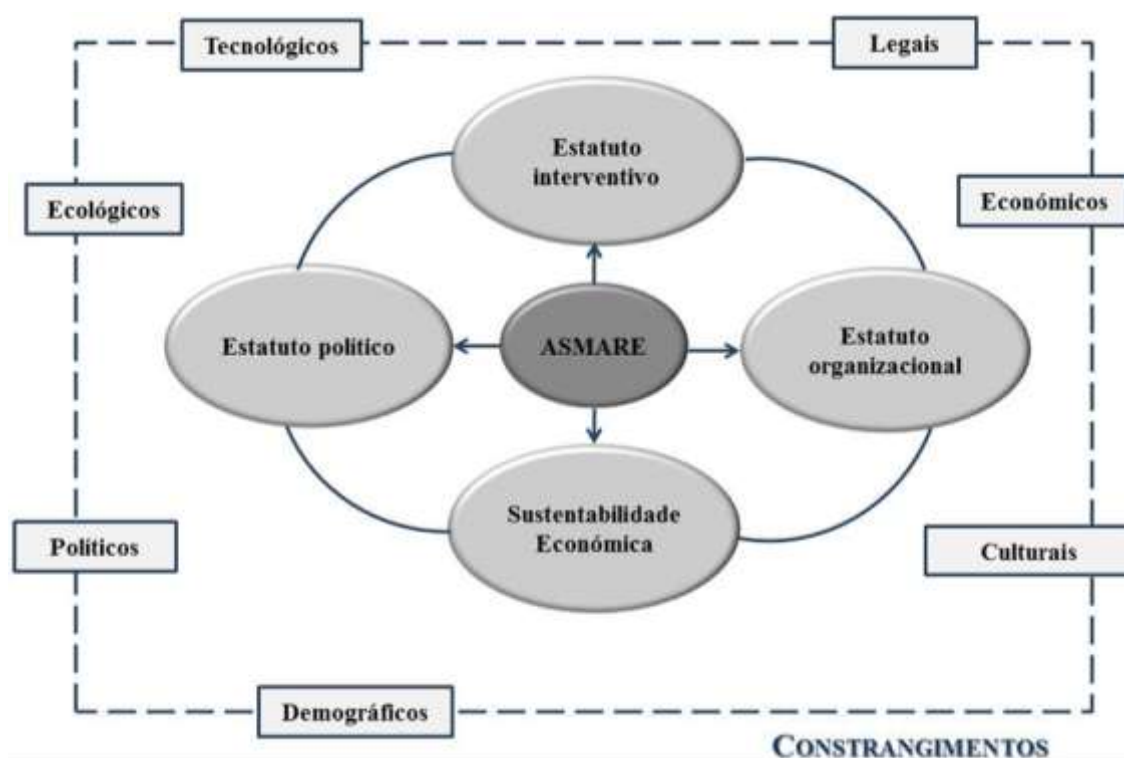
À transição dos indivíduos de uma situação de exclusão social para uma de integração está subjacente o propósito de *empowerment*, isto é, o processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, para si mesmos e para o meio envolvente (Friedmann, 1996). É uma estratégia privilegiada de combate à exclusão, através do reforço das capacidades individuais e coletivas com o intuito de potenciar melhores condições de vida e novas oportunidades sociais. O objetivo do *empowerment* é, por um lado, fortalecer em direitos e participação, grupos, pessoas ou populações sujeitas a discriminação e exclusão, e por outro lado, fiscalizar os poderes estatais e os grandes interesses económicos e também lutar contra a opressão (Friedmann, 1996.) Pretende favorecer a efetiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural e uma distribuição mais equitativa dos recursos. Para atingir este objetivo tem que haver também um processo de distribuição de poder de atuação e envolvimento nas dinâmicas que têm lugar no interior da sociedade.

Por último, a terceira pergunta indaga *qual o impacto do contexto externo na sustentabilidade económica e no estatuto político, interventivo e organizacional da ASMARE?* Conforme realça a Teoria da Contingência a estrutura e as formas de gestão das organizações são influenciadas pelo contexto. A este respeito, Woodward (1965) defende que o modo de atuação e crescimento de uma organização está dependente de condições tecnológicas, legais, políticas, económicas, demográficas, ecológicas e culturais.

A figura 2 pretende dar conta da problemática analisada para responder à terceira questão, no que se refere às diferentes variáveis analisadas e relações pressupostas entre elas.

Diante do exposto pretendemos, como está patente no quadro 3, averiguar, de que modo os fatores externos prejudicam, ou não, o funcionamento da ASMARE e/ou favorecem o seu crescimento. Focamos a influência dos organismos políticos, das transformações ecológicas, do avanço e acesso às novas tecnologias, das alterações legais, das mudanças económicas, das representações e costumes e das reposições demográficas no estatuto

Figura 2 – Constrangimentos externos no crescimento e desenvolvimento da ASMARE



político, no estatuto interventivo, no estatuto organizacional e na sustentabilidade económica da ASMARE. Baseados neste esquema apresentamos as potencialidades e limitação do empreendimento da economia solidária seleccionada para o estudo de caso.

2.4 Plano Metodológico: instrumentos e procedimentos de recolha de dados

O nosso trabalho seguirá uma metodologia de trabalho intensiva cujas finalidades assentam na compreensão de um acontecimento específico por via da recolha de dados subjetivos. O paradigma qualitativo adequa-se a pesquisas que procurem analisar de forma exaustiva significados, costumes ou até mesmo regras e procedimentos (Haguette, 1987).

Investimos numa abordagem originária da sociologia da ação social de Weber em que se privilegia o microsocial (Guerra, 2006), isto é, valoriza-se o particular e direcciona-se a análise para dinâmicas sociais emergentes a partir dos discursos dos indivíduos nelas envolvidos.

Torna-se útil quando o objetivo da investigação se centra não na generalização e confirmação estatística de hipóteses teóricas mas em casos de exploração de problemáticas que envolvem dimensões não mensuráveis (idem).

Este estudo segue os princípios do estudo de caso na medida em que se cinge a uma análise intensiva das dinâmicas de uma organização, a ASMARE. Neste sentido, dá-se primazia à holisticidade das práticas que se desenrolam e se reproduzem num determinado contexto (Coutinho, 2011). As suas finalidades assentam na observação das práticas e das representações dos conceitos, dimensões e indicadores que emergem da realidade problematizada teoricamente. Define-se pela preocupação com a singularidade dos fenómenos sociais. Com efeito, “o estudo de caso pode ser considerado um delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas de coleta de dados, como por exemplo, a observação, a entrevistas e a análise de documentos” (Gil, 2009).

O estudo de caso é um tipo de modelo de pesquisa centrado num objeto de estudo com um cunho unitário, isto quer dizer, estuda-se o fenómeno na sua totalidade (como um grupo, uma organização ou uma comunidade) na relação com o seu contexto temporal e espacial. Valoriza-se a profundidade da recolha e análise dos dados em detrimento da sua generalização. O recurso a técnicas diversificadas que permitam uma maior compreensão do caso pesquisado é também um dos focos deste tipo de estudo (idem). Tipificamos o estudo de caso por nós realizado como descritivo na medida em que se propõe a indagar sobre “o quê?” e “como?” se desenrolam determinados processos no interior da ASMARE (Gil, 2009).

Deste modo e tendo em conta o objeto de estudo, aplicamos três tipos de técnicas de recolhas de dados, nomeadamente, a pesquisa documental, a observação direta e as entrevistas semidiretivas.

A pesquisa documental serviu para recolhermos um espólio de dados acerca da ASMARE desde o percurso inicial até à sua institucionalização, passando pelo contacto com as políticas de economia solidária que vigoram no Estado de Minas Gerais e no Brasil, em geral. Esta informação servirá para descrever o contexto externo e organizacional da ASMARE com o intuito de confirmar relatos provenientes de outras fontes orais ou escritas. Alguns autores, como Yin, alertam para a necessidade de recurso a diferentes bancos de dados de forma a prevenir incongruências (*cit* por Coutinho, 2011, p. 301).

A observação direta foi aplicada de modo exploratório de modo a traçarmos uma caracterização espacial do terreno ocupado por esta organização, das relações que aí decorrem e regularidades encontradas no seu funcionamento, bem como nas interações que se verificam entre os diferentes tipos de membros. Segundo Peretz, a observação consiste em “encontrar um significado sociológico para os dados recolhidos, classificá-los e avaliar o seu grau de generalidade” (2000, p.15). À aprendizagem desta técnica estão subjacentes um conjunto de regras que permitem conhecer e analisar o funcionamento do meio estudado. Durante o processo de observação direta a investigadora esteve junto das pessoas observadas de modo a descobrir o que ocorre nesse meio com o intuito de registar e interpretar sociologicamente estes dados. Este tipo de observação no local é considerado uma observação natural que ao contrário da observação experimental não é dissimulada para provocar determinadas reações nas pessoas (Peretz, 2000, p.15). Tenta-se com a observação direta perceber quais são as regularidades e as singularidades do meio que estudamos para que sociologicamente seja possível atribuir uma interpretação a estes factos.

Porém, há que ter em conta a possível interferência que este tipo de técnica pode conferir à análise (idem). As mais contundentes críticas feitas à observação direta consideram-na subjetiva, na medida que esta contempla a possibilidade de intervenção do investigador, o que pode colocar em causa o distanciamento do mesmo em relação ao meio.

Durante a nossa permanência na ASMARE constatamos a existência de rotinas demarcadas e que regulavam o trabalho dos catadores. A nossa presença passava na maioria das vezes despercebida em resultado da procura habitual de centros de investigação e pesquisa académica e outras organizações do setor para visitas e aplicação de técnicas de recolha de informação em que a associação era também objeto de estudo empírico. Deparamo-nos igualmente com visitas de escolas nas quais era mostrado o processo de reencaminhamento dos materiais recicláveis.

As nossas deslocações à ASMARE permitiram-nos o conhecimento do espaço: observamos os cubículos de pedra em que os catadores armazenam e triam o material, o espaço onde são estacionados os camiões com cargas e descargas, o local destinado à pesagem do material já triado e pronto para ser vendido e uma pequena sala com uma mesa e cadeiras que serve também para arrumar material de Carnaval e de momentos lúdicos. Verificou-se a existência de um pequeno anexo superior composto por uma receção, uma mini cozinha, o escritório e uma sala de reuniões na qual realizamos as entrevistas e demais conversas informais.

Informamos os catadores do motivo das nossas visitas à ASMARE e realizamos diversas incursões ao local com a finalidade de os convencer a participar no nosso estudo. Residiu aí a grande dificuldade da pesquisa e explicamos porquê. O rendimento que os catadores auferem do trabalho efetuado depende diretamente da sua produtividade, havendo desde logo uma ausência de um salário base. Neste sentido, o tempo que estavam connosco em situação de entrevista representava um momento de paragem que, nas suas visões, poderia prejudicar o rendimento final. Apesar desse entrave, com a colaboração das assistentes sociais, conseguimos sensibilizar um grupo de catadores que depois se mostraram bastante disponíveis e interessados em colaborar.

As entrevistas, a técnica principal de recolha de informação deste estudo, permitiram identificar representações e opiniões acerca da integração pelo trabalho na ASMARE e do impacto de fatores externos na sua forma de organização. As entrevistas incidem no aprofundamento de determinadas questões através da interpretação de discursos proferidos pelo entrevistado na presença do entrevistador, Guerra (2006) relembra-nos que “ é pela linguagem que o social toma forma, e é pela palavra que os sujeitos se socializam e se apropriam de formas de vida social” (p.32).

Por conseguinte, a entrevista é “um método de recolha de informação que consiste em conversas orais, individuais ou grupais, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos de recolha de informações.” (Ketele; Roegiers, 1999, p. 22). Reflete pois um conjunto de resoluções que são reconvertidos em questões qualitativas e que assumem a forma de uma conversa no qual o entrevistador pergunta e o entrevistado responde.

A recolha de dados por via da aplicação da técnica da entrevista segue um guião com maior ou menor grau de estruturação que orienta o pesquisador no sentido da problemática de trabalho elaborada. Neste processo, de acordo com Haguette (1987), é necessário ter em conta as interferências provocadas pelo papel do investigador, as características do entrevistado, as condições da entrevista e o modelo do guião estruturado previamente. Como reconhece a mesma autora embora a neutralidade absoluta da produção científica seja altamente questionável, isso não significa que não se procure concretizar esse objetivo através do seguimento de procedimentos críticos e rigorosos. Devemos ser capazes de reconhecer que a recolha de dados acerca da realidade não é conseguida no seu todo, nem de modo absoluto de tal forma que quando investigamos algo apenas contactamos com um olhar possível das dimensões que observamos.

No caso do nosso estudo o guião construído na fase que antecedeu o contacto com o terreno sofreu pequenas alterações devido às dificuldades contextuais e linguísticas do meio encontrado. Ocorreram situações nas quais os entrevistados não entendiam o conteúdo da nossa pergunta pelo que foi necessário reajustá-la com um outro tipo de vocabulário que lhes fosse mais próximo. Aquando das entrevistas foi feito um esforço de clarificação de algumas perguntas, tentando fazer as questões com outras palavras, já que por vezes os entrevistados mostravam alguma dificuldade em compreender o que lhes era inquirido. A pergunta que mais sentimos dificuldades foi na que remetiam para a avaliação das potencialidades e fragilidades da ASMARE. No entanto, o conteúdo e a finalidade das perguntas permaneceu o mesmo. Recorremos a sinónimos para contornar esta situação e assim conseguimos contactar com as impressões dos associados.

Qualificamos a entrevista por nós administrada como semidirectiva ou semidirigida “no sentido que não é inteiramente aberta nem encaminhada para um grande número de perguntas precisas” (Quivy ;Champhenoud, 2008, p. 192). Não pretendemos por isso seguir de forma inflexível o guião de entrevista. Deste modo é concebida alguma margem de liberdade permitindo que o entrevistado refira tópicos que considere relevante para a compreensão da conversa, não se excluindo informações inesperadas. Apesar disso, quando conveniente o entrevistador deve encaminhar a exposição oral em curso para as finalidades previstas.

Introduzimos sempre que consideramos pertinente, perguntas que, embora não integrem o guião, nos pareçam fulcrais para a análise do discurso proferido e consequente análise dos resultados.

A opção pela entrevista semidirectiva deve-se ao seu carácter moderadamente estruturado, ou seja, embora seja definido *à priori* um conjunto de questões a colocar ao entrevistado é possível inserir perguntas que surgem espontaneamente durante essa conversa e se revelam relevantes para compreender o resto da informação obtida.

Construíram-se dois guiões de entrevistas, um destinado aos catadores de material reciclável (ver anexo II) e outro para o pessoal técnico e administrativo da ASMARE, mais precisamente às assistentes sociais (ver anexo III). Por razões linguísticas e de interpretação o guião original teve que ser readaptado às situações de entrevista, em particular nas aplicadas aos catadores de lixo que muitas vezes não estavam familiarizados com algum do vocabulário utilizado.

O guião destinado aos catadores de material reciclável inicia-se com o eixo caracterizador e contextual em que se avalia a perceção do modelo organizacional e o

contacto com a nova legislação; o eixo que se segue designado de trajetórias familiares, escolares e profissionais examina a sua história de vida, os percursos e expectativas escolares e os percursos e expectativas profissionais; por último o eixo integrador recai na inquisição da ASMARE enquanto transformador social e nas identificações e representações sociais dos próprios catadores. Para concluir, recolhe-se informações demográficas dos mesmos. O guião aplicado ao pessoal técnico e administrativo estrutura-se em três eixos, o primeiro, contextual e caracterizador, incide nas categorias de caracterização histórica e atual da ASMARE; o segundo eixo organizativo e gestor, foca-se no modelo organizacional e gestor, no recrutamento, seleção e integração, na formação \ qualificação, na avaliação e gestão do desempenho, nos benefícios e regalias e no perfil dos trabalhadores; o último eixo, integrador, apresenta como categorias de análise a integração e as oportunidades e ameaças associativas. No final procede-se à recolha de dados pessoais do entrevistado.

Optamos pela construção de uma amostra não probabilística uma vez que na pesquisa qualitativa se torna difícil definir previamente a dimensão do universo de análise. Por outras palavras, a extensão da amostra vai sendo paulatinamente definida no decorrer do levantamento de dados e depende da qualidade empírica dos mesmos. A aplicação do conceito de “amostra” a pesquisas de cariz qualitativo tem vindo a ser questionada e até substituída por outros termos como “ universo de análise”. Tal deve-se ao facto do conceito de “amostra” não ser empregue com o mesmo sentido que nas análises de carácter extensivo em que se recorre à delimitação antecipada dos elementos definidores da respetiva amostra e se procura a representatividade estatística (Guerra, 2006).

Por uma questão prática muitos autores utilizam o conceito colocado entre aspas, por um lado, cientes da sua fragilidade estatística quando usada em contexto qualitativo e por outro, para indicar que não obstante essa fragilidade são realizados esforços de controlo e verificação da população selecionada por os efeitos dos seus trabalhos (Guerra, 2006). Mesmo informados desta possibilidade, optamos por utilizar o conceito de “universo de análise” para o trabalho em curso.

Entrevistamos as assistentes sociais que integram a administração da ASMARE bem os como os catadores. Pretendemos seguir um plano metodológico alicerçado na diversidade e na saturação da amostra qualitativa. Por diversidade entende-se a inclusão de entrevistados com perfis heterógenos e cujos discursos apontem para os diferentes conteúdos possíveis no interior da população em análise, seguimos portanto a “ diversidade interna” assente no estudo de diferenças disparidades no interior de um grupo (Guerra cit Pires, 2006, p.41).

A saturação, por sua vez, consiste na paragem de recolha de dados no momento em que se começarem a repetir regularidades relativas ao fenómeno em estudo. O investigador toma a opção de suspender a aplicação das entrevistas quando o conteúdo destas se torna repetitivo e não acrescenta nada de novo à pesquisa em curso (Denzin, 1994; Guerra, 2006). Definimos como momento de saturação a repetitividade dos dados recolhidos, isto quer dizer que quando a recolha de informação evidencia regularidades já encontradas noutros discursos, finaliza-se esta fase da pesquisa. Esta opção metodológica denomina-se de saturação empírica (Guerra *cit* Pires, 2006, p. 42).

O processo de recolha de informação decorreu de março a abril de 2012 num dos galpões da ASMARE nomeadamente o que se situa na Avenida do Contorno de Belo Horizonte. A escolha deste galpão teve que ver com sugestões da própria organização que remetiam para o seu maior dinamismo e por aí se situar a sua sede. Foram entrevistados 17 indivíduos, dos quais 14 exerciam no momento de recolha de informação a atividade de catação, triagem e pesagem de material reciclável, 1 ex-catador que ocupava o cargo de gerente no *Reciclo*, um dos restaurantes da ASMARE, e 2 elementos do pessoal técnico e administrativo, as assistentes sociais.

O tratamento do material recolhido através das entrevistas foi realizado mediante a técnica de análise de conteúdo. Na definição de Bardin a análise de conteúdo constitui “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção \ receção destas mensagens” (1979, p. 42). Em específico, nas investigações de cariz intensivo a análise de conteúdo procura observar a ocorrência ou não de atributos na informação examinada. Este tipo de análise extravasa quantificação, focando-se na compreensão do significado latente dos discursos produzidos (*idem*).

No domínio da nossa pesquisa seguiremos a proposta de Guerra (2006) que tem por base os contributos de Poirier e Valladon. Esta proposta é indicada para o tratamento de “amostras” constituídas por 15 a 20 entrevistas, centrando-se numa sistematização e interpretação comparativa e orientada para a definição de tipologias. Num primeiro momento organiza-se a informação através da elaboração de sinopses em quadros que contêm os excertos das entrevistas mais relevantes para problemática em estudo e a sua respetiva interpretação. Num segundo momento transita-se para a descrição e compreensão da informação sintetizada. Para os efeitos do nosso estudo recorreremos à análise categorial temática.

Procedemos ainda à realização da história de vida de um associado que desempenhou várias funções no interior da ASMARE, passando pela atividade de catação e triagem, ao exercício de tarefas administrativas e, por último, ao cargo de gerente do restaurante desta organização. A história de vida (Ferrarotti, 1991) é um tipo de entrevista sobre a biografia ou etapas da vida de um ou vários sujeitos, consoante as finalidades metodológicas do investigador pela originalidade e sucesso que a sua história representa no sentido de capacitação e autonomização social, económica e educacional. Exhaustiva, a história de vida é o produto daquilo que os indivíduos expõem aos entrevistadores, os momentos que ficaram na sua memória e que, de forma seletiva, aceitam partilhar com um outro.

É de reforçar que na narração, os indivíduos, consciente ou inconscientemente, ocultam informações acerca da sua biografia que poderiam ser relevantes para pesquisa sociológica (Atkinson, 2002). As técnicas de recolha de dados que dependem do discurso ou de dados dos indivíduos, sejam elas quantitativas ou qualitativas, apresentam esse risco, cabendo ao investigador assumir uma posição quanto a isso. À luz dos argumentos de Ferrarotti (1991) a construção histórias de vida não deve seguir o propósito de objetividade das ciências naturais e que as ciências sociais se esforçam por seguir pois “ a especificidade do método biográfico implica ultrapassar o trabalho lógico – formal e o modelo mecanicista da epistemologia científica estabelecida” (Ferrarotti, 1991, p. 172).

O importante a reter é que a história de vida não procura a generalização, pelo contrário, valoriza o singular. Logo, é legítimo questionar-se o contributo do estudo de um único caso para o conhecimento sociológico. Afinal qual a importância de evidenciar o percurso de vida de um único ator social? Nas palavras de Firmino da Costa encontramos uma justificação:

Serão as exceções extrassociais? Ou socialmente pouco importantes? Mais genericamente: será que os aspetos específicos de cada caso individual – pessoa ou grupo, acontecimento ou processo social, instituição ou sociedade – são sociologicamente irrelevantes? Não constituíram um objeto da análise sociológica? Ou ainda: poderá a sociologia ignorar as configurações singulares que todos os fenómenos sociais assumem no espaço e no tempo? Poderá descurar a inesgotável diversidade dos contextos sociais em que esses fenómenos se geram ou irrepetível singularidade histórica dos processos sociais em que se reproduzem?

De modo nenhum.” (2003,p.48)

A sociologia não pode desvalorizar o que é raro, o que é irregular porque, na verdade, a experiência particular embrenha-se e é regulada por uma teia coletiva de condicionantes sociais e culturais. Pelas singularidades, a Sociologia não se afasta do pressuposto de Durkheim de estudar o social pela social em “ o todo não é idêntico à soma das partes e constitui algo diferente e cujas propriedades divergem daquelas que apresentam as partes de que é composto (...) A sociedade não é uma simples soma de indivíduos, e sim um sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios “ (1985, p. 89). Em suma, pelo singular a sociologia desvenda a força do coletivo, o efeito do contexto, do tempo e do espaço.

Finalmente, utilizamos a análise SWOT para uma abordagem avaliativa de caráter macro centrada nas condicionantes modeladoras da estrutura organizacional da ASMARE. A sigla SWOT é o produto da combinação das palavras anglo-saxónicas *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Este tipo de análise procura delinear o posicionamento estratégico da organização do ponto de vista interno e externo. A vantagem deste procedimento é que permite a apreciação, num determinado momento, das limitações e potencialidades de uma organização. O resultado da análise SWOT cede informação dos elementos organizacionais favoráveis, refletidos nas suas capacidades basilares, e dos elementos desfavoráveis, provocadores de desajustamento da organização face ao mercado. Deste diagnóstico poderão resultar as decisões futuras de ajustamento interno e crescimento externo (Batista; Bicho, 2006).

Reciclando vidas: a ação da ASMARE enquanto empreendimento solidário na transição da marginalidade para a integração social

Neste capítulo incidimos sobre os eventos cronológicos que marcam a formação da ASMARE e descrevemos o perfil sociodemográfico e profissional dos indivíduos que a compõem. Na discussão dos resultados, avaliamos em que medida a associação cumpre os pressupostos definidores dos empreendimentos que integram o universo da economia solidária, a sua ação de integração social pelo trabalho e as causas subjacentes às suas limitações e virtualidades. Apresentamos ainda, mediante a construção de uma história de vida, um exemplo ilustrativo do impacto da ASMARE na vida de um dos associados.

Por uma questão de simplificação e de uniformidade com a literatura vigente e com as práticas da ASMARE, denominaremos todos os associados cujas tarefas implicam o contacto com o lixo por catadores. No entanto, e na verdade, como será agora elucidado, estes indivíduos podem desempenhar de forma simultânea, ou não, atividades de triagem (as mais frequentes) e de pesagem do material (não tão habituais), estes últimos chamados de “balanceiros”. Neste mesmo sentido e com objetivos idênticos, quando nos referimos a associados estamos a aludir a todos os trabalhadores da ASMARE, incluindo os catadores, o pessoal técnico e gerencial.

3.1 Caracterização histórica da associação e dos associados

A ASMARE desenvolve um trabalho de recolha de resíduos passíveis de tratamento e reaproveitamento pelos chamados “catadores”. Os “catadores” são indivíduos que apanham lixo seco das ruas para obterem retorno financeiro.

Os catadores nesta associação trabalham de forma organizada e autogestionária. A missão organizacional da ASMARE é a de integrar na sociedade, pela força do trabalho, moradores e ex-moradores de rua mediante a recolha, triagem e reciclagem de lixo seco.

Podemos incluir na categoria de lixo seco, de acordo com a informação fornecida pela ASMARE, o papel, o plástico, o metal e vidro, excluindo-se daqui o lixo molhado e não reciclável. À separação do lixo seco do lixo molhado e posterior armazenamento num saco, atribui-se a designação de coleta seletiva. Uma pesquisa publicada em 2011 pelo Banco do

Quadro 3 – Evolução organizativa da ASMARE

	Nº Médio de associados	Coleta mensal em toneladas	Convénios	Estrutura física	Projetos	Conquistas
1993	31	9	Prefeitura de BH	Cedência de um Galpão na Avenida do Contorno	1º Curso de capacitação dos catadores	Conscientização ambiental dos catadores; Capacitação para o trabalho.
1994	156	34,5	Prefeitura de BH	Cedência de um Galpão na Curitiba	Desenvolvimento de vários cursos de capacitação	Mudanças das representações sociais dos catadores.
1995	183	60	ONU	-	Educação Infraestruturas Envolvimento social Projeto LIFE para filhos adolescentes de catadores	Criação de um escritório para operacionalização de questões administrativas; Melhoramento de condições de trabalho; Participação no desfile de samba de BH.
1996	200	160	SLU e Prefeitura de BH	-	Bolsa – Escola para filhos de catadores Alfabetização de adultos	Instituição entre os catadores e os comerciantes de um horário de recolha de material (horário da “apanha”) a partir das 16:30 horas; Melhoramento das relações entre os catadores e a comunidade; A bolsa-escola melhora os resultados escolares dos filhos dos catadores; Elevação do nível educacional dos catadores.
			Prefeitura de BH	Cedência de um Galpão no Bairro da Floresta		
1997	210	212	-	-	-	Reforço dos laços sociais entre os catadores e a população de Belo Horizonte.
2010	188	479		-	Projeto “Revitalização ASMRE 2010”	-
2011	190	450		-		-

Brasil em parceria com a World Wildlife (Found WWF) – Brasil informa que são produzidos anualmente em Belo Horizonte 283824 toneladas de material reciclável. No entanto, somente 2,65% são reencaminhados para a colecta selectiva.

Além do trabalho dos catadores, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, a ASMARE segue três tipos de coleta seletiva. No primeiro a população deposita o lixo seco em pontos específicos cabendo à Prefeitura de Belo Horizonte a sua recolha e entrega nos galpões; no segundo esses mesmos resíduos são recolhidos num sistema porta-à-porta existente já em alguns bairros da cidade; no terceiro as pessoas têm a iniciativa de levarem o lixo diretamente na associação.

A ASMARE foi criada a 1 de maio de 1990 em seguimento do apoio de vários movimentos sociais de carácter ambientalista, em particular a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), religioso e de direitos humanos. Neste âmbito teve um papel decisivo a ação da Pastoral de Rua que teve a iniciativa de aplicar um modelo de intervenção já experimentado em São Paulo. Para isso a Pastoral de Rua realiza em 1989 um levantamento de informação acerca dos catadores, verificando que a sua esmagadora maioria vivia em Belo Horizonte há pelo menos doze anos, sendo que uma parcela significativa era do interior de Minas Gerais. Conclui também que no geral são pessoas com idades compreendidas entre os 21 e 44 anos (Jacobi; Teixeira, 1997).

O quadro 3 mostra a evolução da ASMARE⁹ ao longo dos anos. Ressalvamos a manutenção constante do número de associados e o crescimento da coleta mensal em toneladas apenas com uma diminuição pouco acentuada no ano de 2011. A leitura desta quadro evidencia a importância dos espaços cedidos para a consolidação da associação e as iniciativas iniciais no âmbito da educação escolar e ambiental dos catadores e dos seus filhos. Verifica-se a intensidade das dinâmicas iniciais, algumas das quais se mantiveram, outras por sua vez, de acordo com o relato da maioria dos catadores evidenciado nos conteúdos apresentados adiante, perderam o seu fôlego inicial. Atualmente decorre na associação um projeto denominado de *Revitalização* que incide principalmente na melhoria das infraestruturas e na aquisição de materiais de trabalho que facilitem as tarefas dos catadores.

⁹ Informação retirada do documento “ Projeto Revitalização ASMARE 2010” criado e cedido pela associação e do “Relatório Técnico de 2011 dos Empreendimentos dos Catadores de Material Reciclável e da Coleta Seletiva do Município de Belo Horizonte”.

A ASMARE¹⁰, à semelhança de outras associações e cooperativas, contribui para o avanço de políticas públicas e para a emancipação profissional dos catadores. Promove as competências dos seus membros e a sua integração social recorrendo para isso a parcerias com o Estado. É graças a empreendimentos deste tipo que os catadores conquistam um lugar no mercado de trabalho e consequentemente na sociedade. No presente, a ASMARE é composta por dois galpões uma na Avenida do Contorno, onde trabalham os catadores que realizam a coleta com carrinhos, nas ruas e utilizam o galpão para separar e prensar os materiais e outro na Rua da Ituiutaba que recebe a coleta seletiva realizada, através de camiões, em vários bairros da cidade. Os catadores realizam a separação, prensagem e comercialização dos materiais. Adicionalmente, possui uma marcenaria que se encarrega da construção dos carrinhos puxados pelos catadores e pelo restauro de objetos de madeira da ASMARE. O *Reciclo* Espaço Cultural é um restaurante que integra catadores nas atividades de confeção das ementas, serviços de mesa e limpeza. O restaurante é em espaço lucrativo, decorado com materiais recicláveis que possui dinâmica cultural.

Juridicamente¹¹ a ASMARE define-se como Associação Civil sem fins lucrativos. A declaração que esclarece o seu estatuto estabelece os objetivos em torno da concretização dos interesses profissionais, laborais, culturais e cívicos dos catadores de material reciclável. O artigo 11 decreta que são “ilimitado o número de associados”. No entanto, no mesmo documento são enumerados os seguintes pré-requisitos para a aceitação ou não de membros na associação:

- i. são aceites pessoas que se dedicam à catação de papel, papelão ou material reciclável;
- ii. é interdito o acesso a indivíduos proprietários de depósitos, organizações intermediárias ou comerciantes de papel, papelão ou material reaproveitável;
- iii. os interessados devem requerer o ingresso na associação mediante o preenchimento de um documento e aceitação do salário proposto.

Este documento prevê que os catadores conheçam regulamento, respeitem as medidas tomadas, participem regular e ativamente nas decisões e honrem o pressuposto de solidariedade a ter com todos os associados. Quanto aos seus direitos, reconhece-se o direito de participação e voto nas decisões das reuniões em Assembleia Geral e usufruto em pleno

¹⁰ Informação retirada do documento “Projeto Revitalização ASMARE 2010” criado e cedido pela associação e do “Relatório Técnico de 2011 dos Empreendimentos dos Catadores de Material Reciclável e da Coleta Seletiva do Município de Belo Horizonte”.

¹¹ Informação retirada do documento relativo ao estatuto jurídico da ASMARE.

dos meios disponibilizados. Em casos de abandono espontâneo da atividade de catação ou de demissão, o associado dispõe de 30 dias para entregar uma carta ao Presidente da Associação não se prevendo qualquer tipo de obstáculo a esta decisão. A demissão poderá resultar da desobediência do estatuto legal, de comportamentos que não se coadunam com a filosofia da organização e pela recusa em desempenhar qualquer atividade.

No que se refere às Assembleias Gerais dita o Artigo 25 que “ as Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de no mínimo 50 % (cinquenta por cento) dos sócios, em primeira convocação, e não sendo alcançado este quórum, serão instaladas, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número”. As decisões que daqui resultam terão que ser aprovadas pela maioria dos presentes.

A sustentabilidade económica da ASMARE depende de donativos dos associados em bens ou dinheiro, parcerias estatais e recursos públicos. À semelhança da generalidade das organizações da economia solidária a ASMARE fica condicionada a apoios exteriores e, muitas vezes, a continuidade do seu trabalho é colocada em causa por financiamentos públicos e interesses políticos, tal como evidenciaremos no seguimento do nosso trabalho.

Do ponto de vista organizacional, a ASMARE¹² é composta por um Animador Geral, vulgo Presidente, e um sub – presidente. São seis as Comissões que a compõem: a de Educação, Cultura e Lazer, Finanças, Imprensa e Divulgação, Infraestrutura, Saúde e Meio – Ambiente.

Os catadores têm um papel central na dinamização do ativismo da ASMARE, deambulam pela cidade e são reconhecidos pelo facto de puxarem os seus de carros de madeira à procura de material reciclável. O agravamento da taxa de desemprego e a redução do número de postos de trabalho na década de 1980 favoreceram o crescimento de população a viver na rua. Muito embora a presença dos catadores em Belo Horizonte anteceda a diminuição do crescimento económico, a sua intensificação está deverás associada a esse facto.

O ambiente que se vivia nas ruas era de perseguição e preconceito, os catadores eram considerados uma parte do lixo que eles próprios recolhiam e considerados culpados pela degradação do espaço urbano. O próprio poder público, incitado pelo descontentamento popular, alimentava a visão de negatividade dos catadores, organizando rusgas policiais que tencionavam reprimir o trabalho dos catadores (Jacobi; Teixeira, 1997). Nas palavras de um das fundadoras da ASMARE:

¹² Informação retirada do documento relativo ao estatuto jurídico da ASMARE.

Ninguém ver nós como catador, viam nós como marginal. Então em meados de 80 teve uma repressão muito forte em cima dos catadores, então mandou todo o mundo descer para a beira do rio. Aqui tinha um rio que era aberto, aí aqui esta área estava desocupada, os catadores veio tudo para essa área aqui. Aqui moravam, aqui separavam o material tá? Era uma moradia e um lugar de trabalho também. Aí nós começamos é...Chegaram a alto da madrugada, botaram fogo nas barracas, queimou o carrinho, queimou tudo, fiscal com polícia, naquela época. (Ana)¹³

Os catadores eram também explorados pelos atravessadores que aproveitando-se da sua vulnerabilidade, intermediavam a venda dos materiais recolhidos nas ruas com as indústrias interessadas na sua aquisição. Só com o reconhecimento político do trabalho efetuado nas ruas e a criação de parcerias de coleta de material reciclável é que os catadores começaram, paulatinamente, a adquirir visibilidade ambiental e social. Atualmente a ação dos catadores organiza-se sob a forma do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR) e alcançou estatuto profissional no Código Brasileiro de Ocupação (CBO).

A figura do catador, praticamente desconhecida em território europeu, faz parte do imaginário urbano da população brasileira. Dados recentes apontam que um em cada mil brasileiros é catador (IBGE, 2001). A informação publicada na página oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2001) estima que existem entre trezentos mil e um milhão de catadores no Brasil.

3.2 Perfil dos entrevistados

Recolhemos informações junto de duas assistentes sociais do sexo feminino. Uma delas, que ao longo do trabalho denominamos de assistente social, com formação superior em Serviço Social e a exercer funções há dois anos na ASMARE. A outra também do sexo feminino, jovem adulta, e fazer um estágio na ASMARE há um mês e que designamos de estagiária de assistência social.

Entrevistamos 17 associados da ASMARE, dos quais 14 desempenhavam na altura de aplicação das entrevistas semidiretivas a atividade de catação e/ou triagem e/ou pesagem de material reciclável, 1 ex – catador que trabalhava como gerente num dos restaurantes da ASMARE e 2 assistentes sociais, uma delas estagiária.

¹³ Entrevistada nº1, feminino, 71 anos, 22 anos na ASMARE.

Comecemos por analisar o grupo de catadores (ver anexo VII), composto por 9 mulheres e 5 homens com uma média etária que ronda os 40 anos, sendo que o entrevistado mais novo tem 22 anos e o mais velho 71 anos. Estes trabalham em média há 13 anos na organização: o tempo mais curto de permanência são 2 anos e o mais longo (e máximo) 22 anos. Entrevistamos portanto indivíduos que fazem parte da ASMARE desde a sua formação, para além de catadores com adesão mais recente.

Regra geral, detêm baixos recursos educacionais, 12 indivíduos não possuem mais do que o equivalente ao 8º ano de escolaridade (1 deles não saber ler nem escrever). Justificam o seu percurso escolar em resultado das condições precárias de vida que vivenciaram e que consequentemente provocaram o desinteresse pelo investimento na aprendizagem formal. Muitos dos entrevistados foram obrigados a abandonar a escola por pressões económicas e familiares, como é o caso de uma jovem catadora:

[...] eu tinha que ajudar minha mãe, olhar os meu irmão porque só eu e a minha mãe. Ai eu parei de estudar para ajudar a minha mãe. (Margarida)¹⁴

Esta tendência corrobora aquilo que Barbosa (2007) destaca como regularidade dos empreendimentos da economia solidária que é o facto de empregarem trabalhadores com baixos níveis de educação e formação profissional, grupos que têm sido altamente afetados pelo desemprego e cuja alternativa muitas vezes são as organizações deste tipo. A mesma autora assinala que um dos desafios dos agentes que atuam na economia solidária é elevar a escolaridade dos seus membros através de cursos de alfabetização, formação contínua e profissional.

Ainda assim constata-se a presença de 2 catadores com recursos educacionais mais elevados, um deles concluiu o ensino secundário em contabilidade, embora nunca tenha exercido a profissão. O outro possui o 1º ano de Administração de Empresas, que não finalizou devido à envolvimento com estupefacientes e acumulação de dívidas que o levaram posteriormente a viver na rua. Como veremos adiante com maior profundidade, estes indivíduos vivenciaram a experiência da *fragilidade*, conceito preconizada por Serge Paugam (2006), e que indica a perda de estatuto social e profissional acompanhada por sentimentos de humilhação e vergonha. Após perderem tudo, os indivíduos passam a *depende*r de ajudas sociais, entram numa condição de *rutura* com a estrutura social e incorporam o estigma de excluído.

¹⁴ Entrevistada nº10, feminino, 22 anos, 8 anos na ASMARE.

Ao nível dos cargos, o universo de análise é composto pela Animadora Geral \ Sub – Presidente, 1 trabalhadora que exercia simultaneamente funções de auxiliar administrativa e ajudante limpeza e 12 catadores e /ou triadores e /ou pesadores de material reciclável. No entanto estes cargos não estão limitados de forma rígida, pelo contrário, atentamos o que nos diz a Animadora Geral:

Trio, recebo visitas [risos], dou palestra e corro atrás pela palestra para vir material para a ASMARE né? E falando nessa possibilidade que é possível né? As pessoas serem mais felizes mesmo catando pape. (Ana)¹⁵

É nítida uma fluidez na estrutura organizacional e hierárquica que vai ao encontro aos pressupostos da economia solidária patente no envolvimento da Animadora Geral nas tarefas manuais e operacionais da atividade de catação e na ausência de exclusividade da sua atuação na direção.

Genericamente podemos dividir as redes de acesso dos catadores à ASMARE em dois grupos. O primeiro, composto por 8 indivíduos, ingressaram por via da Pastoral de Rua o que mostra a força desta instituição religiosa que desde os primórdios manteve relações estreitas com a associação e continua a divulgar os seus princípios e a direcionar população com dificuldades de inserção profissional, testemunha um catador:

Através da rua que eu fui morador de rua e através da Pastoral de Rua que ela é que me trouxe para cá né? Há catorze anos atrás eu era morador de rua, eu morava num prédio aí que foi ocupado e através da Pastoral que ela me trouxe para cá para começar a trabalhar e sair das ruas. (Manuel)¹⁶

Também se averigua a influência, no caso de 8 catadores, das redes de familiares e amigos que já trabalharam ou trabalham na ASMARE e ao terem conhecimento das suas situações de vulnerabilidade divulgam a possibilidade de ingressarem na associação. Atentemos neste exemplo:

Ah não o pai do meu menino já trabalhava aqui e eu então ele trouxe eu para trabalhar com ele. Aí eu continuei. (Rita)¹⁷

¹⁵ Entrevistada nº1, feminino, 71 anos, 22 anos na ASMARE.

¹⁶ Entrevistado nº4, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE.

¹⁷ Entrevistada nº13, feminina, 26 anos, 2 anos na ASMARE.

3.3 Aproximação da ASMARE ao modelo da economia solidária

Neste subponto procuramos responder à primeira pergunta de partida que, relembrando, questiona se *a ASMARE segue princípios alternativos aos pressupostos do modelo de produção capitalista afirmando-se, do ponto de vista organizacional, enquanto empreendimento económico solidário?* Para atender a esta pergunta examinamos o cumprimento do conjunto de princípios já referidos no capítulo 2 (quadro 1), a participação dos associados no decorrer do processo decisório da organização, a perceção acerca do poder de decisão, o que pensam da abertura da associação a novos membros e que tipos de relacionamento mantêm com os colegas.

A participação dos associados nas decisões das ASMARE pode ser classificada em dois tipos antagónicos. De um lado, um grupo maioritário, composto por 10 catadores, revela participar ativamente nas resoluções, tendo consciência da sua influência nas mesmas. Este grupo percebe o efeito das suas opiniões para o bom funcionamento da organização.

*Decisões coletivas, decisões administrativas né? Problemas pessoais também dentro da associação. [...] Ó a gente tem também em conta todas as decisões que ocorre dentro da associação, por isso nós somos associados da ASMARE. A gente tem que participar de tudo. (Manuel)*¹⁸

O outro grupo, composto por 4 catadores, ao invés do primeiro revela um relativo afastamento face aos momentos em que os associados se reúnem e alguma resistência em expor as suas ideias nas reuniões, retraindo-se face ao coletivo. Esta postura que demonstra certo comodismo e apatia em relação aos assuntos que afetam a ASMARE é evidente nos discursos.

*Não dou muito não que eu não gosto disso. [...] Vou nas reuniões. Toda a reunião vou lá, eles discutem mas eu não falo nada não. (Rita)*¹⁹

A análise do poder de decisão dos associados permite-nos também atribuir dois posicionamentos distintos, um que identificamos de *poder de decisão generalizado* e outro

¹⁸ Entrevistado nº4, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE.

¹⁹ Entrevistada nº13, feminino, 26 anos, 2 anos na ASMARE.

que denominamos de *poder de decisão diferenciado*. Nos identificados como *poder de decisão generalizado* incluem-se 9 associados que afirmam prevalecer na ASMARE abertura para escutar a opinião de todos e daí chegar-se a um consenso. Assinalam ainda o diálogo sobre os diferentes pontos de vista e a discussão global sobre os assuntos tratados. No entanto, é referido algum tumulto em algumas reuniões, tumulto este que tem quer ser gerido e solucionado pelos próprios.

É as vezes há uma discussão mas acaba correndo bem. [...] Um pouquinho mais acesas, é que as vezes um não concorda com o outro quer. Mas até chegando a um consenso todos discutem. (Rosa)²⁰

Por sua vez, na categoria que definimos de *poder de opinião diferenciado* inserem-se 5 indivíduos que negam a existência de inclusão de todos os associados nos momentos destinados a debater assuntos acerca da organização. Admitem, por isso, que faltam muitas vezes às reuniões ou nem sequer participam ou têm conhecimento do que se está a passar. Observam-se discursos que indicam que os indivíduos sentem as suas opiniões menosprezadas. É nítido um desligamento e desinteresse em relação ao modelo gestor da ASMARE bem como ao seu crescimento organizacional. Atentemos dois exemplos:

Não. Não. Ah porque eu não acho, acho que não, eles não ouve muito a gente.(Margarida)²¹

Não, nada que a gente fala para eles e eles levam a sério. Tão por isso que evito até às vezes certo tipo de reunião. (Teresa)²²

Questionada sobre o que é feito para estimular uma maior participação dos associados, a assistente social contou-nos que:

Na verdade até então a gente pensou de fazer um pagamento por essas horas de planeamento mas aí como não sobra dinheiro, então a gente tem grande dificuldade e acabou por não colocar em prática né? Mas é assim nas últimas vezes que a gente reuniu a gente tem feito reuniões mais rápidas no sentido...Geralmente a gente faz um pré –

²⁰ Entrevistada nº5, feminino, 39 anos, 6 anos na ASMARE.

²¹ Entrevistada nº10, feminino, 22 anos, 8 anos na ASMARE.

²² Entrevistada nº11, feminino, 36 anos, 22 anos na ASMARE.

planejamento, né? Já deixa a coisa bem mastigada, “olha já tive essa, essa e essa ideia, o que é que vocês acham?” Né? Ai em cima dessa proposta eles vão colocando ideias e construindo isso juntos né? O planejamento desde o início a gente tem grande dificuldade em participar.

No que se refere à aceitação de novos elementos e tendo em conta as entrevistas dos associados, averigua-se o cumprimento do *princípio da porta aberta*. No entanto, de acordo com a tipologia das opiniões, esta categoria revela alguma flutuação quanto ao entendimento de abertura da organização. Por este motivo é possível categorizar tipos híbridos em torno deste princípio. O primeiro é o *princípio de porta aberta na sua forma pura*. Na sua maioria os associados, 11 no total, reconhecem a possibilidade de entrada de qualquer indivíduo que assim o deseje sem discriminação ou restrição de qualquer tipo. Os próprios membros da ASMARE ressalvam o caráter não excludente da organização:

“Aqui não tem que excluir, aqui não exclui ninguém não. Quem vem aqui, fica aqui.”
(Teresa)²³

A segunda denominamos de *princípio da porta aberta burocratizado*, apontado por 2 catadores, pois são mencionados mecanismos que devem ser cumpridos para que seja concretizada a aceitação na associação. De acordo com esta lógica são priorizados os indivíduos que vivem na rua e que através da ação da Pastoral de Rua têm conhecimento da ASMARE. Referem também o papel da Prefeitura no reencaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, ex – toxicodependentes e ex- presidiários. Tal como é passível de se observar no discurso que se segue os próprios catadores manifestam alguma confusão quanto a este princípio organizacional.

Hoje a ASMARE ela tem um critério para pôr os trabalhadores lá dentro né? Tem que ser encaminhado pela assistente social ou por um órgão da prefeitura. A população de rua a gente trabalha também com o serviço, tem, o serviço de reingresso penitenciário. Então hoje não tem limites para ser trabalhador na ASMARE. No caso tem que encaixar, tem que ter força física. (Manuel)²⁴

²³ Entrevistada nº11, feminino, 36 anos, 22 anos na ASMARE.

²⁴ Entrevistado nº4, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE.

Embora seja referida necessidade de um encaminhamento formal por parte dos serviços públicos, logo de seguida reforça-se o carácter universal de acesso à ASMARE. As palavras do próximo entrevistado reforçam a burocratização do processo e o encaminhamento institucional.

Antes era até menos complicado, hoje tem que passar pela Pastoral de Rua. Tem todo o processo para saber, para passar na assistente social para entrar na associação entendeu? Porque chega a pessoa e já está lá dentro, é a pessoa chegar começar a trabalhar e querer fazer motim, entendeu? Fazer grupinho, não aceitar as normas, o estatuto, entendeu? A gente pega, criou este processo, a pessoa passa pela Pastoral, faz todo o processo para depois se adequar ao quadro da associação. (Joaquim)²⁵

A última categoria, *princípio de porta aberta condicionado pela capacidade da organização*, é relatada por 1 catador e remete para a limitação de ingressos consoante a capacidade física da ASMARE. Este catador, ao contrário dos restantes, mostra conhecer o princípio da porta aberta e a sua aplicabilidade ao contexto associativo da ASMARE. Todavia ressalva que esse pressuposto pode não ser cumprindo quando o espaço e os meios disponibilizados não são suficientes para acolher mais associados, atentemos:

Bom...Aqui a porta é aberta num é? Mas não é certo chegar uma pessoa que vira para mim oh eu quero ser catador de papel se ele não sabe o que é isso...Tem que ter vaga porque eu não posso pegar todo o mundo e não ter condição, eu dou um bote, eu dou um banheiro, eu dou um lugar mais adequado para ele trabalhar e ele parte para um treinamento para saber, para me dizer para ele o que é a ASMARE, o que ele tem que fazer, o que ele pode fazer, o que ele não pode fazer. Lá na rua como é que ele se deve comportar. Se ele não sabe o que vai catar, o que é que vai separar, ele acha que...está acostumado a pegar um papelão, pegar um cobre e vender. Agora ele não sabe, as vezes eu dou um carrinho para ele e fica perdido chega aqui me trás mais lixo do que material. Então ele tem que passar por um processo que é o grande problema hoje em dia, que muitos aí eles não querem se adequar a uma associação, ele quer trabalhar para ele, catar, separar, vender, receber e xau.(Roberto)²⁶

²⁵ Entrevistado nº3, masculino, 38 anos, 12 anos na ASMARE.

²⁶ Entrevistado nº6, masculino, 55 anos, 14 anos na ASMARE.

Através deste discurso verificamos também a importância da familiarização dos catadores com os seus procedimentos de trabalho e a habituação a um contexto laboral onde existe um legado normativo para cumprir. Assinala-se igualmente o grande desafio que é envolver os trabalhadores no comando compartilhado dos empreendimentos económicos solidários.

É unânime que no interior da ASMARE respeita-se as crenças religiosas e espirituais dos seus associados, todos declararam não sentir qualquer tipo de discriminação a esse nível. Não obstante a criação da ASMARE ter sido impulsionada pela Pastoral de Rua, uma instituição da Igreja Católica, essa ligação parece não representar condicionalismos ou coibições de expressão religiosa.

Não, cada um tem a sua e são respeitados, isso aí é...Mesma coisa de que pó cara que troce para o Cruzeiro e Atlético, eu não posso recriminar se o cara é cruzeirense ou atleticano. [...]Então não existe isso.(Roberto)²⁷

A própria assistente social da ASMARE garante a existência de respeito acerca das crenças dos associados, muito embora esta esteja muito associada à ação da Pastoral de Rua. Em eventos de natureza espiritual há uma tentativa de unificação de todas as crenças como se verifica no discurso seguinte:

Ah sim, sim. A gente tem pessoas de várias religiões né? Apesar de que a ASMARE foi fundada pela Igreja Católica né? Então tem todo o histórico a Igreja Católica. Mas agora a questão das outras Igrejas, o crescimento das outras Igrejas, então a gente tem aqui pessoas de várias religiões. Então sempre que a gente faz alguma coisa, faz um encontro ecuménico né? Um ponto de abrigo né a todos. Sem discriminação. E a discriminação de oportunidades, quando surge alguma oportunidade seja qual for.

Colocando agora o enfoque na relação com os colegas de trabalho deparamo-nos com avaliações substancialmente positivas. O padrão das respostas assinala a interajuda, o respeito e o espírito de amizade entre os associados. Porém, e em simultâneo, denunciam-se momentos de maior conflitualidade e tensão justificados pela heterogeneidade de personalidades, histórias de vida e motivações profissionais. Apesar disso, os catadores consideram que é uma

²⁷ Entrevistado nº6, masculino, 55 anos, 14 anos na ASMARE.

situação normal e repetível em qualquer organização pois envolve a necessidade de sociabilidade e de contacto com o outro.

Todos bem. Aqui é bacana, não é ruim não. Não tem que reclamar “ ah tem fulano que eu não gosto nem de ver na cara”, não! Eu sempre dei bem, eu tou aqui há vinte e um anos, nesse negócio, eu não tenho problemas com ninguém. Aqui todo o mundo é amigo. Às vezes tem uns diferentes mas não levo nada a sério. (Luzia)²⁸

Acho legal, aqui o povo é bem unido, bem tranquilo mesmo. Cada um é de um jeito, são pessoas de índoles diferentes, são pessoas, ex – moradores de rua. É...São pessoas também que sempre tiveram sua casa e sua moradia, estuda né? É como uma empresa normal que tem pessoas diferentes. (Fátima)²⁹

A aposta na educação e formação cívica dos catadores está patente no conjunto de ações que são promovidas na ASMARE. São referidos, quer pelos catadores quer pelas assistentes sociais, a existência de iniciativas de alfabetização, cursos de artesanato, marcenaria e informática. Todavia, alguns catadores ressaltam que essas atividades perderam a antiga intensidade e que na atualidade não têm participado em formações. Ainda assim, a estagiária que entrevistamos refere que há um trabalho contínuo de consciencialização dos catadores acerca das formas de *ser* e *estar* tidas como convencionais, mesmo que isso seja realizado de forma menos formal.

Sim, em todos os módulos de capacitação a gente inclui cidadania né? Não importa, seja de gestão, um curso de informática, então em tudo a gente inclui. Como são pessoas que ainda estão num processo...Vou dar um curso de informática né? Eles tem que saber que não podem chegar com a mão suja, têm que tomar um banho. Então em tudo que a gente fala a Empreendimentos solidários e integração social pelo trabalho: o caso da ASMARE gente inclui essas essas essas atividades educativas no sentido de trabalhar a cidadania das pessoas.

Confirma-se a prevalência de parcerias entre a ASMARE e outras organizações. De entre elas destacamos aquelas que são mantidas com a Prefeitura de Belo Horizonte, Sistema

²⁸ Entrevistado nº6, masculino, 55 anos, 14 anos na ASMARE.

²⁹ Entrevistado nº12, feminino, 29 anos, 6 anos na ASMARE.

de Limpeza Urbana (SLU), Pastoral de Rua, Nenuna de Desenvolvimento Sustentável, Abrigo e instituições de ensino (Universidades e Fundação Dom Cabral).

São referidas analogamente parcerias com empresas privadas que doam material praticamente limpo, ou seja, pronto para a venda e consequente reciclagem. Com a Prefeitura de Belo Horizonte, a ASMARE possui um convénio direto, com a SLU partilha o galpão e atuam conjuntamente na recolha de lixos domésticos.

A Pastoral de Rua tem trabalhado com a ASMARE desde a sua formação atuando com pessoas que fazem da rua o seu lar. A NENUCA, por sua vez, surgiu da união de antigos técnicos da ASMARE que ambicionam promover a criação de associações semelhantes em outras cidades.

A Abrigo ao ser um projeto da Prefeitura colabora igualmente junto da ASMARE.

A Fundação Dom Cabral está a realizar o planeamento estratégico, tendo uma atuação permanente.

Em termos da visibilidade económica, a ASMARE procura garantir a sua sustentabilidade através da venda do material catado e triado. Com esse dinheiro paga aos catadores e a manutenção do espaço e infraestruturas utilizadas. Como veremos mais à frente, face às dificuldades financeiras que enfrenta com frequência beneficia de fundos estatais e privados. De qualquer modo, a sua atividade tem fins económicos que são colocados a disposição de serviço comunitário ambiental.

Estes relatos permitem-nos afirmar que a ASMARE, empreendimento da economia solidária, cumpre de forma bastante aproximada os seus pressupostos orientadores e revela-se uma boa prática de empreendedorismo social.

No capítulo anterior propúnhamo-nos a situar a ASMARE na tipologia de empreendimentos económicos de Icaza (2004). De acordo com os dados recolhidos consideramos que a ASMARE se coloca num ponto intermédio entre Empreendimento de Caracter Associativo e Empreendimento Económico de Carácter Familiar com Níveis de Solidariedade e Cooperação.

Uma das características do primeiro empreendimento consiste no facto de embora as resoluções sejam decididas coletivamente existem figuras que representam a organização, nomeadamente a Animadora Geral, o Sub – Presidente e a própria Assistente Social que são elementos tidos como imagem e referência na história da ASMARE pelas suas participações em palestras, reuniões e projetos. A outra característica em consonância é aquela que afirma que o salário dos trabalhadores advém do resultado da sua produtividade, por outras palavras,

os catadores recolhem material da rua, catam e pesam aquele que é direcionado para a reciclagem e daí recebem o valor taxado.

No que concerne às particularidades do segundo tipo aludido é assinalada a variabilidade dos padrões de democracia e solidariedade. Na ASMARE essa característica é manifesta quando os associados não exercem o seu direito de participação regular nas reuniões e decisões da organização, o que subjaz à vulnerabilidade dos seus laços de dependência. Confirma-se a fragilidade financeira e a dependência de fundos e investimentos externos que muitas vezes garantem a continuidade dos projetos em curso. De igual modo, averigua-se que os ideais de democracia sustentam-se mais nas relações de proximidade dos seus membros do que no seguimento dos princípios orientadores da economia solidária. Por último, a ASMARE, à semelhança dos restantes empreendimentos incluídos nesta categoria, agrega associados advindo de situações de pobreza e exclusão social como moradores de rua, desempregados, toxicodependentes e ex-presidiários.

De facto, aferem-se os três indicadores de pertença de um empreendimento ao universo da economia solidária propostos por Lisboa (2005) e que vão de encontro ao paradigma do desenvolvimento sustentável. No nível ambiental, a ASMARE segue procedimentos que pretendem evitar impactos maiores na natureza e na vida das populações mediante a recolha e triagem de material possível para reutilização. No domínio social, o propósito de integração de população de rua por força do exercício de uma ocupação é um dos parâmetros com maior destaque e que impulsiona oportunidades no âmbito da saúde, habitação e educação, como corroboremos com maior detalhe nos subpontos seguintes. A ausência de contratos de trabalho de assalariamento decorrente dos processos autogestionários e o envolvimento dos associados nas decisões confirmam o cumprimento das condições subjacentes a práticas económicas concordantes com os princípios de sustentabilidade previstos na tipologia de organizações solidárias.

3.4 O trabalho como mecanismo de integração social e o impacto da ASMARE na vida dos catadores de material reciclável

Procuramos neste subponto responder à segunda pergunta de partida que diz o seguinte: *a ASMARE promove a integração pelo trabalho dos catadores de material reciclável?* Para isso recorreremos à análise das formas de adaptação dos catadores ao modelo organizacional da associação, as expectativas e ações quanto ao futuro escolar e profissional e as mudanças que a integração na ASMARE operou nas suas vidas.

A análise das formas de adaptação dos catadores ao modelo organizacional da ASMARE foi agregada em cinco tipos³⁰. Na *adaptação positiva por identificação com o trabalho realizado* inserem-se 3 catadores que declaram que a familiarização com as funções desempenhadas na ASMARE aconteceu antes da sua integração na mesma. Estes indivíduos já haviam contactado com a coleta e separação de material reciclável por sua conta ou por conhecimento de pessoas que já haviam feito isso, por essas razões classificam os primeiros tempos na associação de modo satisfatório e a integração facilitada pelas suas experiências anteriores.

*Olha, desde pequeno eu já tinha mais ou menos a noção das coisas né? Eu ia para a rua catava sucata, vendia, entendeu? E aí quando eu vim para a ASMARE foi fácil aprender. Tivemos um curso, um curso de capacitação de três meses ensinando o que era reciclar, o que é que não era reciclar, entendeu? E aí eu a partir daí eu gostei do trabalho, do emprego e tou aí né? Tou levando... (Joaquim)*³¹

Na *adaptação positiva e gradual ao ambiente e tipo de trabalho* incluem-se 4 catadores cuja transição laboral para a ASMARE se processou de forma gradativa e faseada em momentos de ambientação à organização, ao grupo e ao tipo de trabalho realizado. Admitem ainda surgir dúvidas quanto ao processo de catação e quando isso acontece procuram obter esclarecimentos juntos dos colegas com maior experiência. Consideram também que se trata de uma ocupação de fácil aprendizagem e que qualquer pessoa com treino se torna apta a desempenhá-la.

*Aí a gente vai aprendendo, qualquer um aprende. É... (Maria)*³²

Em oposição ao grupo de catadores que avalia a sua integração de forma positiva em virtude da sua familiaridade com o trabalho realizado, temos um grupo que considera que a sua adaptação foi prejudicada pelo desconhecimento do tipo de tarefas efetuadas. O terceiro tipo, *adaptação dificultada pelo desconhecimento do tipo trabalho realizado*, é apontado por 2 catadores que referem a falta de conhecimentos relativos aos procedimentos de coleta,

³⁰ Os cinco tipos foram construídos tendo por base as entrevistas e são os seguintes: adaptação positiva por identificação com o trabalho, adaptação positiva e gradual ao ambiente e tipo de trabalho, adaptação dificultada pelo desconhecimento do tipo de trabalho realizado, adaptação desfavorável por vias das condições de trabalho e adaptação associada a sentimentos de vergonha.

³¹ Entrevistado nº3, masculino, 38 anos, 12 anos na ASMARE.

³² Entrevistada nº7, feminino, 40 anos, 22 anos na ASMARE.

catação e reciclagem. Fazem alusão ao processo contínuo de aprendizagem no setor e a necessidade de estarem atento a possíveis alterações.

No começo foi meio complicado, meio difícil porque até então eu nunca tinha trabalhado, eu não tinha essa concepção, não tinha conscientização ambiental, não sabia da coleta seletiva, nem... isso nunca passou pela minha cabeça. (Roberto)³³

Quatro catadores incorporam o tipo denominado de *adaptação desfavorável por vias das condições de trabalho*. Este grupo considera que a sua adaptação foi e ainda é condicionado pela debilidade das infraestruturas e, adicionalmente, da sobrelotação do espaço com material de trabalho e acumulação de material reciclagem. O período das chuvas piora as condições de trabalho, havendo fugas de água que humedecem o material, podendo mesmo danificá-lo.

Quando chove assim às vezes fica horrível, fica meio ruim de se trabalhar. Fica muito alagado, cheio de água, fica horrível de trabalhar. (Margarida)³⁴

Por último, um catador admite que os primeiros tempos no interior da ASMARE não foram fáceis devido aos sentimentos de humilhação que sentia por trabalhar com objetos que a sociedade deita fora e considera inúteis. A *adaptação associada a sentimentos de vergonha* do catador em questão revela a consciência da perda de estatuto e poder social que deteve outrora quando dirigia a sua própria empresa e frequentava o ensino superior.

A primeira semana que eu trabalhei aqui eu trabalhei chorando com vergonha de tar mexendo com lixo. Aí hoje eu estou reintegrado na sociedade novamente. Agradeço à ASMARE e hoje eu tenho orgulho da ASMARE, o que tiver que fazer pela ASMARE eu faço com o maior prazer. Faço até além do possível. Aprendi a amar a associação. Se hoje eu tenho onde morar eu agradeço à ASMARE e hoje eu tenho o conforto dentro de casa, tirado daqui. (Justino)³⁵

Passando à análise das expectativas, abordamo-las em duas dimensões: escolar e profissional. Definimos três perfis relativos às expectativas escolares dos catadores. No *perfil*

³³ Entrevistado nº6, masculino, 55 anos, 14 anos na ASMARE.

³⁴ Entrevistada nº10, feminina, 22 anos, 8 anos na ASMARE.

³⁵ Entrevistada nº14, feminino, 64 anos, 14 anos na ASMARE.

escolar desistente, composto por 5 catadores, situam-se os indivíduos que não estão a pensar investir nos seus estudos. Um deles não sabe ler nem escrever, no entanto declara que a formação escolar não será mais útil nem tampouco se julga apto para a adaptação no sistema de ensino. Há quem afirme que nesta fase da vida os seus interesses não estão voltados para a formação escolar mas para o investimento na intervenção social. Os restantes assumem não possuir predisposição mental e financeira para apostar na continuidade da sua formação escolar.

*Não entra mais nada aqui não. (Rita)*³⁶

São 8 os catadores inseridos no *perfil escolar motivado* e as suas aspirações variam entre concluir o ensino básico até ingressar no ensino superior, uma catadora revela mesmo que gostava de no futuro exercer a profissão de enfermeira. Alguns falam em cursos profissionais ou mesmo adquirir competências para abrir um negócio próprio.

*Há eu gostaria viu? É...porque é não sou é como todos precisam de um estudo né? Que as vezes eu vou olhar os serviços e a maioria dos empregos que que vi, em termos de escolaridade pelo menos a 8ª seria né? Porque é mais fácil a pessoa ter escolaridade e arrumar um serviço do que uma pessoa que não tem. (Conceição)*³⁷

Falam em pensar mais em si próprios para realizar ambições antigas que em virtude das circunstâncias da vida acabaram por adiar. Não obstante estas projeções contam que a fragilidade das suas condições económicas, a dependência de menores que têm ao seu encargo ou de idosos afeta o cumprimento desse objetivo.

*Ah eu pretendo. [...] [Silêncio] Por enquanto eu não posso porque tenho que ajudar minha mãe, porque eu tenho uma menina pequena, o meu sobrinho que minha mãe cria. (Margarida)*³⁸

Apenas uma catadora incorpora o *perfil escolar ativo*, ou seja, encontrava-se a frequentar formação escolar no momento de aplicação das entrevistas em resultado da própria

³⁶ Entrevistado nº13, feminino, 26 anos, 2 anos na ASMARE.

³⁷ Entrevistada nº8, feminino, 23 anos, 6 anos na ASMARE

³⁸ Entrevistada nº10, feminino, 22 anos, 8 anos na ASMARE.

percepção das exigências de mercado no que se refere às competências e qualificações dos trabalhadores.

Aí...É...Tive gravidez, me casei e fiquei, é preguiçosa. É...É...Não sentia que tinha tanta necessidade do estudo, né? Era jovem e tinha um marido que tinha uma renda financeira estabilizada. Então não me preocupava muito com os estudos. Aí depois quando veio os 27 anos, né? Tentei arrumar outro tipo de emprego e vi que não tem como arrumar emprego sem estudo. Aí por isso é que eu voltei a estudar. Mas não é porque eu não gosto do que eu faço mas porque eu busco algo bem melhor, entendeu?(Fátima)³⁹

Identificamos duas posições antagônicas por parte dos catadores quando questionados sobre as suas expectativas em relação ao futuro profissional. A vontade de permanência na ASMARE é mencionada por 5 trabalhadores. Justificam essa opção por via da sua idade e porque já estão demasiado habituados às tarefas que realizam e teriam que começar tudo de novo num outro contexto laboral. A forte vinculação à ASMARE, na sua maioria desde a formação da mesma, é um argumento que utilizam para não quererem trabalhar noutro lugar, mencionam que ainda têm um papel importante e que existem obstáculos para ultrapassar no reconhecimento da categoria profissional dos catadores.

Olha eu tenho 40 anos então eu tenho que fazer meu pé-de-meia. Eu tenho que trabalhar para depois ganhar minha aposentadoria. Eu gosto do que faço. É isso que quer saber né? Se eu quero ficar aqui mais? Eu gosto de ser o que sou. Não imagino a trabalhar noutro lugar, não. (Maria)⁴⁰

Expectativas distintas têm os restantes 9 catadores que perspetivam o seu futuro profissional fora da ASMARE e na ocupação de um posto de trabalho menos cansativo e melhor renumerado. Embora procurem novos empregos reconhecem que o mercado está competitivo e as suas formações insuficientes e desatualizadas. Portanto este grupo alia o desejo de obtenção de um outro emprego à necessidade de investir nos estudos. O significado de um emprego melhor varia de catador para catador. Fátima, por exemplo, ambiciona concluir os estudos e exercer uma profissão liberal ou gerir o seu próprio negócio.

Profissional? É pretendo fazer Faculdade de Letras. É pretendo fazer na UFMG porque é gratuito. É pretendo...Até uns dois anos atrás pretendia ser professora mas tenho

³⁹ Entrevistada nº12, feminino, 29 anos, 6 anos na ASMARE.

⁴⁰ Entrevistada nº 2, feminino, 40 anos, 22 anos na ASMARE.

tentado, tenho tentado ser uma mãe muito presente na vida da minha filha porque ela tem 11 anos e tá a entrar na fase da adolescência e eu acho que não quero ser mais professora porque é muita bagunça, os meninos são muito bagunceiros. Aí eu acho que vou querer ser assim é uma administradora, sabe? Ou montar o meu próprio comércio, nem que seja pequeno, começar de baixo. Mas professora eu já desisti, eles são bem bardeneiros mesmo. Nossa, é muito difícil ser professor. Achava lindo, né? Dar aulas, ter paciência com aluno. Aí depois que eu passei a ser presente na escola da minha filha, vixe⁴¹.

Já Rita trocava o trabalho de catadora por o de empregada da limpeza naquilo que considera ser um emprego num local fixo e fechado, não tendo que se deslocar pelas ruas com o carrinho.

Eu? Haa eu queria uma cosita melhor, queria. Mas como eu não tenho estudos é meio difícil né? Mas o meu final não vai ser aqui não. Deus ajuda que não. Eu quero trabalhar fechado, num serviço fechado. [...]Eu? De faxineira, aquilo que faz faxineira, era muito bom.⁴²

Com o intuito de averiguar se a ASMARE favoreceu a integração pelo trabalho dos catadores procuramos perceber que tipo de mudanças esta tinha operado nas suas vidas. Após a análise das entrevistas podemos verificar que são mencionados 4 tipos de mudanças, havendo mais do que uma mudança por cada catador.

Os entrevistados reconhecem que a ASMARE teve um impacto positivo nas suas vidas. A nível pessoal admitem ter adquirido a dignidade e respeito perdido. Aludem o aumento da sua autoestima e a projeção de novos objetivos de vida. Ana encara a ASMARE com despoletar de oportunidades na sua vida e o início de uma nova forma de viver consigo e com os outros.

Aquele lixo que as pessoas falam que é lixo na minha vida foi um tesouro. Porque eu criei os meus nove filhos catando papel, tem minha casa catando papel. E criei minha dignidade catando material. A ASMARE é uma parte da minha vida. Quando eu falo isso

⁴¹ Entrevistada nº 12, feminino, 29 anos, 6 anos na ASMARE.

⁴² Entrevistada nº 13, feminino, 26 anos, 2 anos na ASMARE.

*para as pessoas entender mesmo, um pedaço da minha vida. Que vi ela nascer, eu vi ela crescer, ajudei a construir, tou aqui até hoje.*⁴³

Socialmente, a ASMARE concedeu reconhecimento aos seus trabalhadores que com a aceitação paulatina do estatuto profissional passaram a ser admirados pela população circundante. Nota-se nos catadores o orgulho de fazerem parte da organização e o prazer em expor elementos identificativos que os associem a ela, tais como, camisolas e bonés.

A ASMARE tornou-se alvo de tudo. Cresceu tudo com ela. “ Olha você trabalha na ASMARE? Meus parabéns!” Nossa, eu só tenho que agradecer a todas as pessoas que passaram, passaram aqui. Cresci muito.(Maria)⁴⁴

A possibilidade de aquisição de bens com o rendimento auferido pelo trabalho na ASMARE remete para a dimensão económica da transformação da vida dos catadores. A integração na associação possibilitou-lhe igualmente habitação e subsídios de transporte.

Tudo...Tudo o que eu tenho está dentro da ASMARE, cheguei aqui em Belo Horizonte não tinha nada! Na rua morando de albergue como eu já falei... [...] Morando na rua...E eu hoje eu tenho minha família, tenho os meus veículos, tenho o meu ganha-pão. Tenho tudo, tenho respeito das pessoas. (Manuel)⁴⁵

O contacto com a realidade da reciclagem é uma das mudanças igualmente apontadas pelos catadores. É nítida a consciência ambiental que os associados adquiriram com o seu trabalho na ASMARE, preocupam-se com o ciclo de vida dos objetos e a possibilidade destes serem reaproveitados quando a sua utilidade para a sociedade terminou. A aquisição de conhecimento acerca da reutilização de materiais constitui uma mais – valia para as suas vidas e esse entendimento capacitou-os para as tarefas que executam.

Sim. Mudou muito, bastante. [...] Ué eu aprendi muito na ASMARE, eu não conhecia nada de reciclagem, não separava, não fazia nada entendeu? Aí eu vim para a ASMARE eu aprendi o que é reciclagem, o que é que é...Um exemplo cinquenta quilos de papel que um catador cata na rua ele, ele tá deixando de cortar uma árvore, entendeu? Tipo assim

⁴³ Entrevistada nº 1, feminino, 71 anos, 22 anos na ASMARE

⁴⁴ Entrevistada nº2, feminino, 40 anos, 22 anos na ASMARE

⁴⁵ Entrevistado nº 4, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE

*que demora quinze anos para poder crescer para poder, para poder virar papel de novo entendeu? Eu vindo para aqui eu adquiri conhecimentos, entendeu? (Joaquim)*⁴⁶

A “marginalidade conjurada” preconizada por Paugam (2006) e que foi debatida na problemática teórica dá provas de ter sido ultrapassada para dar lugar a uma nova condição de vida que não se limita à sobrevivência e se vai afastando gradualmente de comportamentos de risco. É verificado igualmente a consciência dos associados em mudarem atitudes e rotinas, ao trabalharem na ASMARE, ao participarem nas suas decisões e demais atividades, demonstrando que maioritariamente ambicionam e conseguem ter um papel na sociedade.

Denota-se que para 3 dos catadores entrevistados, a ASMARE não conduziu a nenhuma mudança nas suas vidas. Afirmam que o estilo de vida que possuíam se mantém semelhante àquele vivenciado no período que antecedeu à entrada na associação. Interessante constatar que o discurso destes catadores ao longo das entrevistas revela uma grande insatisfação com o trabalho que desempenham, o funcionamento da organização, a sua participação nas decisões e a motivação para ficar no posto de trabalho ocupado. Portanto, estas declarações podem estar influenciadas pelas suas posturas e motivações profissionais. Não estamos com isto a menosprezar a opinião dos catadores, contudo a sua perceção de mudança negativa pode estar interligada com a visão que construíram da ASMARE e com a qual manifestam pouca identificação e satisfação como se depreende dos discursos examinados.

*Mudou? Ah não, quando eu consegui minha casa tava trabalhando no depósito foi o depósito mesmo lá que me ajudou, que eu tava trabalhando no depósito lá e eu comprei minha casa. O...O dono do depósito lá me deixou, me ajudou a colocar um dinheiro no banco. Porque aqui mesmo não me ajudou em nada né? Ah é verdade tar falando que me ajudou tou mentindo né? (Paulo)*⁴⁷

⁴⁶ Entrevistado nº 3, masculino, 38 anos, 12 anos na ASMARE

⁴⁷ Entrevistado nº 9, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE

3.5 Pressões contingenciais nos processos organizativos e gestionários da ASMARE

Sob um ponto de vista de análise mais estrutural indagamos *qual o impacto do contexto externo na sustentabilidade económica e no estatuto político, interventivo e organizacional da ASMARE?* No decorrer do levantamento de dados, sondamos os entrevistados acerca daquilo que consideravam ser as maiores potencialidades e fragilidades da ASMARE. Com isto pretendíamos conjugar as informações recolhidas junto das assistentes sociais e aquelas que são assinaladas nos relatórios oficiais e que abordam, de forma mais ou menos direta, este nosso objetivo de pesquisa. A perceção dos catadores acerca dos pontos fortes e fracos da ASMARE revelou-se fundamental para a complementaridade de dados que haviam já sido reunidos e que apresentamos de seguida de modo agregado.

No que se refere às potencialidades da ASMARE, uma das catadoras envolvidas na sua criação, Ana, assinala o suporte social que a associação assume na vida dos trabalhadores, oferecendo-lhes a possibilidade de terem uma habitação, um lugar para colocar os seus filhos bebés durante o expediente e vales de transporte que garantem a sua mobilidade. Além disso, alude as condições de trabalho proporcionadas, opinião que como veremos mais à frente vai contrastar com a maioria dos catadores que falam disso como um dos seus pontos fracos. Há, contudo, que ressaltar o facto desta trabalhadora em particular desempenhar a atividade de catação muito antes da formação da ASMARE o que condiciona as suas representações sobre a qualidade das infra-estruturas. Recordemos que os catadores de Belo Horizonte no período que antecedeu a criação da associação vagueavam pelas ruas em condições precárias de trabalho e com perseguições constantes da polícia e comunidade circundante.

Os laços de amizade e solidariedade entre os associados são indicados por uma das catadoras que reforça a importância da união entre os seus membros em momentos de maior debilidade da organização. Constata-se uma apreciação da ASMARE baseada na intensidade das

Empreendimentos solidários e integração social pelo trabalho: o caso da ASMARE
sociabilidades grupais.

Através da ASMARE formou o Reciclo né? Tanto que tem até associado filho de catador trabalhando lá. [...]Haaa o que ela tem de bom é a amizade que a gente tem aqui com os catadores e são muito unidos. Aí quando tem, quando fala que vai fechar a ASMARE aí

todo o mundo reúne, faz caminhada, faz passeata, todo o mundo luta junto com a ASMARE. O ponto forte dela é esse. Todo o mundo tá junto com ela. (Rosa)⁴⁸

É interessante notar que 2 catadores apontam a visibilidade da ASMARE como uma das suas potencialidades. Para estes catadores a ASMARE é uma organização modelo, com características e finalidades dignas de ser assimiladas por outras instituições. Mencionam que o nome da ASMARE é reconhecido pela sua ação junto da população de rua e frequentemente explorado por intermediários que usam o nome da ASMARE em seu proveito. Observa-se a avaliação positiva da associação por via das suas valências de empreendimento da economia solidária.

Bom, um ponto forte, primeiramente o nome ASMARE que ela é muito forte, tem muitas pessoas que usam esse nome, sucateiro vem aqui e sugam esse nome e gente não tem o devido retorno. A minha briga aqui dentro é essa. “Gente, nós temos nome, nós temos o mais importante”. Não adianta se você tem o nome, acabou...Só que vem pessoa aqui que sugam, na hora que você pede, corda aqui, corda ali...Mas tira algum proveito...Entendeu? Então o nome, esse é muito forte esse nome, que a gente tem.” (Roberto)⁴⁹

Verifica-se que 3 catadores associam positivamente a ASMARE à sua função de integradora social. De acordo com esta percepção a ASMARE acolhe pessoas que estão numa situação de abandono e desamparo, possibilitando a oportunidade dos indivíduos reconquistarem a sua dignidade, auto-estima e valor social.

A ASMARE só tem tudo de bom, ela faz um trabalho social né? Ela resgata a cidadania dos catadores da população de rua. Não...Hoje, eu vejo com pontos só positivos. Eu não vejo ela com pontos negativos. (Manuel)⁵⁰

No entender de 6 catadores a ASMARE tem a capacidade de potenciar emprego e gerar rendimento. Patente está aqui a sua função económica causadora de relativa estabilidade e conforto. O facto de garantir um rendimento concede aos associados um meio de

⁴⁸ Entrevistada nº 5, feminino, 39 anos, 6 anos na ASMARE

⁴⁹ Entrevistado nº 6, masculino, 55 anos, 14 anos na ASMARE

⁵⁰ Entrevistado nº 4, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE

sobrevivência. Nesse sentido possibilita-lhes a oportunidade de comprarem bens que sem essa quantia estariam impedidos de adquirir.

*O que a ASMARE tem de melhor? A ASMARE tem bom que para mim eu comprei minha casa, comprei as minhas coisas, eu sustento os meus filhos. (Teresa)*⁵¹

Por sua vez a lei 12.305\2010 que promulga a Política Nacional de Resíduos Sólidos, embora não seja mencionada por nenhum dos catadores enquanto mudança positiva, conduz a uma realidade inédita na qual se dita a partilha de obrigações pelo ciclo de vida dos produtos desde os seus fabricantes até ao momento de reciclagem. Todos se tornam responsáveis pelas mercadorias, os fabricantes, os distribuidores, os importadores, os catadores, o serviço de limpeza municipal e os consumidores. Institui-se a distribuição de responsabilidade na longevidade dos produtos, tornando todos os envolvidos parte desse processo e consciencializando-os para isso. Atribui igualmente um papel específico aos catadores que são reconhecidos como elementos preponderantes do sistema de tratamento de resíduos sólidos.

Corresponde a uma norma que ainda se encontra numa fase inicial de arranque e que demorou algum tempo, mais de duas décadas, a ser ratificada. Após a sua aprovação já foi submetida a reformulações devido a incoerências da sua aplicação com a situação legal dos catadores. Para a assistente social esta lei introduz mudanças significativas no papel profissional dos catadores e na própria estrutura organizacional da associação.

Foi uma mudança na política nacional vem ajudando muito na questão da regularização da profissão, da organização, do reconhecimento do trabalho do catador, a própria questão de responsabilidade com o seu recibo, ainda está em processo de instrumentalizar e organização.

Embora nos tenha sido dito que os catadores conhecem e estão familiarizados com a lei, os dados recolhidos não corroboram essa indicação. Detetamos que 5 dos catadores não sabem a que se refere a lei 12.305\2010 e admitem não ter ouvido falar da mesma. Apenas 3 catadores fazem uma ideia daquilo que a lei promulga e quais os seus efeitos para o trabalho que realizam. Destes 3 apenas 1 está otimista com as introduções normativas desta lei.

⁵¹ Entrevistada nº 11, feminino, 36 anos, 22 anos na ASMARE

Destaca o protagonismo concedido à ASMARE no controlo de processo de catação, triagem e encaminhamento do material reciclável.

Pode melhorar porque eles tem que...Essa lei veio tipo assim para cada empresa privada ela não pode jogar o lixo dela fora, ela tem que destinar o lixo para o lugar correto, entendeu? Antes não, antes tinha muito órgão publico que eles vendiam o material reciclável entendeu? Hoje em dia eles não podem vender. Eles tem que ser destinados para a ASMARE, a ASMARE faz a coleta do material, entendeu? E eles através de isso aí, eles pedem até uma declaração para como é que fala, para poder constatar que eles estão no devido...dentro da lei eu foi restituída agora. (Joaquim)⁵²

Não obstante reconheça o melhoramento que a lei pode introduzir no trabalho dos catadores, 4 deles entendem que esta lei está mal estruturada e pode trazer consequências negativas. Criticam a possibilidade de haver um desvio do material com maior valor de mercado em proveito dos responsáveis desse encaminhamento, o que prejudica financeiramente as associações que se voltam para este tipo de serviço.

Com certeza. Oh...é uma política favorável aos catadores porém é mal elaborada né? Porque eles fazem que vão colocar os órgãos públicos e as empresas privadas. E aí o que é que acontece? Eles tem que destinar os resíduos para a associação de catadores. Só que eles ao serem obrigados a doar esse material às associações cooperativas o que é acontece? Eles doam só os resíduos porque o melhor que tem é o jornal, o papelão eles vendem. Então eles justificam o comportamento deles mandando a minoria né? E a maioria o que agrega mais valor eles vendem então tem que ser um projeto mais elaborado ainda, tem que se estudado juntamente com os catadores né? Que hoje tem uma força grande que é o movimento nacional dos catadores. Então ser elaborado esse projeto junto para se vá certificar o empreendedor, mas que se certifique sendo que ele dando o material correto, não só os resíduos. (Manuel)⁵³

Por fim, não se pode descurar o papel da ASMARE no reaproveitamento sustentável de material reciclável e a sua valorização financeira. Esta é uma atividade que engloba a tríade de um desenvolvimento sustentável ao englobar a dimensão económica através da produção de rendimento para os seus membros, a dimensão social ao ceder ao catadores

⁵² Entrevistado nº 3, masculino, 38 anos, 12 anos na ASMARE

⁵³ Entrevistado nº 4, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE

oportunidades laborais, habitacionais e educacionais e a dimensão ambiental pois contribui para a preservação do ambiente incutindo nos catadores a consciência da sua ação no todo social.

Ao invés das opiniões até agora apresentadas, 3 dos catadores não atribuem num lado positivo à ASMARE. Mais uma vez estas três respostas remetem para o grupo de catadores que temos vindo a mencionar, indicando que estes indivíduos se destacam dos restantes devido ao seu posicionamento demissionário face à ASMARE.

As fragilidades da ASMARE são de vários tipos e as respostas revelam-se mais elaboradas e extensas. A precaridade das infraestruturas é uma limitação apontada com frequência. Critica-se as condições dos espaços e a sua antiguidade que exige, para os catadores, uma reforma urgente. A precariedade e ausência de planeamento dos galpões representa um condicionalismo ao trabalho dos catadores que realizam as suas funções em pequenos cubículos de pedra onde depositam o material catado para fazer a triagem. Com reduzida luminosidade e conforto, os catadores ficam ali durante horas a cumprir as suas tarefas.

Muitos queixam-se da humidade e da entrada de chuva no inverno que danifica o material e afetam o desempenho e a motivação dos trabalhadores. A presença de um camião na associação para cargas e descargas frequentes dificulta a passagem dos catadores nas deslocações de entrada e saída do recinto. Esta falta de espaço impede a acumulação e reserva de material fazendo com que este tenha que ser vendido imediatamente e ao preço de mercado atual. A acrescentar a isso, o facto de em 2014 o Mundial de futebol ser realizado no Brasil pressiona a rapidez com que se devem processar as reparações no espaço físico da ASMARE, como se verifica no discurso seguinte:

Precisamos de infraestruturas no caso lá precisamos de arrumar o galpão entendeu? A gente agora...Por exemplo vem aí a Copa agora e a gente tá fragilizada para arrumar a infraestrutura toda e adequar porque se não tiver adequado direitinho a gente pode correr o risco de ter que fechar a associação né? Aí a gente tem que se adequar. A gente vê fragilidade lá no...Entre os próprios associados na área de limpeza, o pessoal assim. Mas conversando internamente a gente pode resolver. (Joaquim)⁵⁴

Alguns condenam a insuficiente aplicação de recursos tecnológicos no processo produtivo da ASMARE e consequente desgaste físico que a ausência de máquinas mais

⁵⁴ Entrevistado nº 3, masculino, 38 anos, 12 anos na ASMARE

avanzadas tem sobre os catadores. O trabalho desenvolvido pelos catadores é iminentemente físico, encarregues de carregar os carrinhos de madeira pelas ruas da cidade, suportam o peso do material que se vai acumulando. Depois disso, fazem a triagem de material reciclável uma vez que este vem misturado, não raras vezes, com dejetos impossíveis de retratamento. No final, espera-lhes a organização desse material para pesagem. Trata-se de uma ocupação que exige força e destreza física.

Hoje infelizmente ela está sucateada, não só a ASMARE mas várias outras associações porque as pessoas pensam só em criar associações mas esqueceu do principal que nós estamos no século XX, XII, XII não sei e temos várias tecnológicas que não implementadas para minimizar o trabalho dessas pessoas que trabalham hoje em dia com a coleta seletiva. Ele continua ainda no tempo passado que é pegar, separar, catar, prensar, vender e esqueceu-se de criar uma alternativa para amenizar o trabalho de quê? Como fica um catador de papel no final do dia depois dele puxar um carrinho de setecentos, oitocentos quilos, ninguém pensa nisso...Como é que tá a condição física dessa pessoa? Uma pessoa que tem mais de cinquenta, sessenta anos puxando um carrinho de oitocentos, mil quilo. Como é que é? Como é que é um prensista, para prensar para fazer um fardo de trezentos quilos, ninguém parou para pensar quantas vezes ele levanta e abaixa para pegar o papel para jogar dentro da prensa para fazer. Como é que está a coluna desse cara? Como é que, como é que é a saúde dessa pessoa daqui a dez, vinte anos? E as tecnologias tão aí! Mas ninguém...Só que várias associações hoje em dia, não só em Minas mas no Brasil, aqui dentro a gente está sucateada e isso é as alternativas para amenizar e melhorar isso.” (Roberto)⁵⁵

Em termos da sua sustentabilidade a ASMARE depende do material que recolhe e que depois é processado. A coleta realizada pelos catadores e a doação de material por parte de organizações faz com que estes empreendimentos possuam mais material para processar do que a Prefeitura de Belo Horizonte⁵⁶. Todavia existem elevados índices de rejeitos, ou seja, material não reaproveitável o que inviabiliza o trabalho dos catadores e ocupa desnecessariamente espaço nos galpões.

A acrescentar a esse facto há a hegemonia de mercado dos chamado “atravessadores”, indivíduos que servem de intermediários na compra e revenda do material reciclável, obtendo

⁵⁵ Entrevistado nº 6, feminino, 55 anos, 14 anos na ASMARE

⁵⁶ Informação retirada do relatório técnico de 2011 dos empreendimentos dos catadores de material reciclável e da coleta seletiva do município de Belo Horizonte.

margens de lucro avultadas (Rocha, Bunchaft, 2008). O valor dos bens vendidos é marcado por estes indivíduos que regulam as dinâmicas nas quais se processam estas transações. A força dos atravessadores deve-se à fragilidade jurídica e legislativa dos catadores que sem apoios institucionais e com urgências financeira não conseguem fazer frente a esta situação. Vejamos o que diz a cartilha de Direitos dos Catadores de Reciclável: “assim, nós catadores somos alvo direto da ação dos atravessadores que fornecem o produto para a empresa recicladora, explorando e até mesmo humilhando os catadores enquanto ganham lucros altíssimos” (p. 7). Parte do lucro gerado pela exploração dos atravessadores junto aos catadores é repassado a preços mais baixos para a indústria recicladora. Assim, a indústria recicladora se apropria também de parte deste lucro e é também responsável por este processo de exploração, ainda mais quando conta com uma ajuda de fornecedores composta em sua maior parte por estes atravessadores (idem: p. 7).

Nos discursos dos catadores apuramos a consciência da dependência e fragilidade financeira da associação que colocam em causa a sua continuidade. Os catadores queixam-se da falta de apoios e a insuficiência de investimentos públicos e privados capazes de favorecerem o crescimento da ASMARE. As preocupações em torno do controle externo dos atravessadores são por várias vezes referidas e tidas como uma ameaça ao seu desenvolvimento. Juntamente com isso fala-se da instabilidade do valor de mercado do material reciclável que prejudica o valor monetária auferido pelos trabalhadores. A informação que recolhemos juntos dos catadores demonstra essa realidade.

Então hoje além de sucateada a ASMARE hoje infelizmente ela passa por uma situação financeira muito crítica, muito, problema muito sério. Porque vieram várias sugaram, sugaram bastante, levaram o modelo ASMARE, travaram os locais e ela ficou... Então o que eu produzo eu pago, por causa de quê nós estamos na mão de atravessadores, que sugam os catadores, porque o catador mesmo não vê a cor do dinheiro. Quem vê são aqueles que vêm aqui na porta me comprar e isso sim é dinheiro. Agora o catador que tá ralando mesmo, ele não vê. No dia em que tiver uma indústria de papel com incentivo de Governo e essas coisas, aí o catador começa a ver a cor do dinheiro, começa a ganhar, porque aí eu tenho para onde escoar, enquanto eu tou na mão de atravessadores é meio complicado. (Roberto)⁵⁷

⁵⁷ Entrevistado nº 6, masculino, 55 anos, 14 anos na ASMARE

Um ponto fraco...Não acho...[...] O pior é a queda de material. É quando cai aí o dinheiro cai também. (Rosa)⁵⁸

O proprietário ganancioso poderia aplicar no pessoal da rua e teria hoje o papel e o papelão a oito centavos, sai na rua bate um carrinho de oitocentos quilos, chega aqui você separa tudo para ganhar vinte reais, vinte e cinco. Deste modo não sobra nada para juntar. E a sociedade vê o catador de papel como trabalhador e apoia a gente. (Justino)⁵⁹

Para contrabalançar estas limitações ressalva-se a capacidade produtiva da ASMARE que é substancialmente superior àquela produzida pela Prefeitura de Belo Horizonte⁶⁰. A ASMARE em 2008 foi responsável pelo processamento de, em média, 500 toneladas de lixo por mês, o que revela a eficiência dos catadores.

Em paralelo, recorre-se a outras três fontes de captação de recursos que passamos a referir de seguida:

i) os concursos e ajudas públicas.

A Prefeitura de Belo Horizonte é tida como um dos maiores financiadores e responsável em simultâneo, admitem os entrevistados, pelo fechamento por falta de verbas que muitas vezes a ASMARE enfrenta. Salienta-se, entre os outros, o financiamento de camiões terciarizados que se encarregam de fazer as deslocações às organizações que praticam doações e levam o material pronto para reciclagem e pelo pagamento de vales de transporte para os catadores;

ii) os patrocínios e iniciativas privadas.

A ASMARE recebe convites para participar em eventos com a finalidade de tratar da separação dos materiais aí utilizados. A título exemplificativo, no momento de aplicação de entrevistas foi-nos contado que os catadores iriam participar num evento musical com cerca de 40 mil pessoas na qual tratariam da triagem de material reciclável com direito a um salário pré-determinado em função do serviço prestado.

iii) as atividades e oficinas pensadas juntamente com a fundação Dom Cabral e que procuram criar mais-valia. Aqui incluem-se as oficinas de artesanato e reaproveitamento entre os quais o *atelier*.

⁵⁸ Entrevistada nº 5, feminino, 39 anos, 6 anos na ASMARE

⁵⁹ Entrevistado nº 14, masculino, 64 anos, 14 anos na ASMARE

⁶⁰ Informação retirada do “Relatório Técnico de 2011 dos Empreendimentos dos Catadores de Material Reciclável e da Coleta Seletiva do Município de Belo Horizonte”

A respeito da fragilidade financeira da ASMARE, é apontada a necessidade de investimento de *capital de giro*, ou seja liquidez, para uma manutenção mais equilibrada das contas quotidianas da associação.

Na vertente das questões sociais e pessoais, ao catadores apontam a diminuição dos laços de amizade e de solidariedade e a diminuição das iniciativas espirituais. Em causa está o crescimento da associação e a rotatividade dos seus trabalhadores que causam maior distanciamento entre si. Juntando a esta ocorrência está a diminuição de atividades grupais que implicam a junção dos catadores em momentos de partilha, lazer e aprendizagem.

É a falta de união...Amor...As pessoas não têm amor. Tá faltando união, amor ao próximo, menos briga, preocupar mais com o que está acontecendo com a gente. Ouvir-se né? Cada um ouvir-se, rezar. Aqui antigamente a gente era muito religioso, sabia? Vinha aqui um padre...uma madre, era uma madre...A gente chorava junto. Cada um, cada pessoa em si...Agora parecem canibais, achando “ eu posso”, “ eu mando”. Antigamente era bom. Agora não, a pessoa não aceita a mudança. Eu lembro do padre Marcelo [pausa] acho que é Marcelo o nome dele. A gente rezava, nossa....Pedia pela comunidade, pela nossa família. A antigamente a gente não tinha sossego a Prefeitura de Belo Horizonte perseguia a gente. A gente ia a luta, rezava, pedia. Não era fácil e aí a gente orava junto. (Maria)⁶¹

Para terminar, indica-se a coexistência de pessoas com percursos e histórias de vida distintos que geram, por vezes, alguma conflitualidade interna. Ainda assim estas tensões são relativizadas e assumidas como normais no interior de qualquer tipo de organização.

Oh...Se começar a falar pelo mau eu acho que aonde se tem um espaço onde se agrega população de rua né? O sistema penitenciário tudo aqui a gente pode falar que é mau...Então tem as suas divergências lá dentro e tudo...[...] Os pontos negativos é um briga interna lá dentro, né? Uma discussão, mas onde existe mais de dois pessoa sempre vai ter uma discórdia e aí a gente resolve lá dentro mesmo. (Manuel)⁶²

A análise swot que revelamos de seguida no quadro 4 sintetiza os pontos fortes e fracos da ASMARE a sua formulação teve de base os testemunhos dos catadores e das assistentes sociais entrevistadas, que acabamos de descrever, e os relatórios disponibilizados pela associação.

⁶¹ Entrevistada nº 2, feminino, 40 anos, 22 anos na ASMARE

⁶² Entrevistado nº 4, masculino, 40 anos, 15 anos na ASMARE

Internamente a ASMARE conseguiu criar uma imagem positiva do seu trabalho junto da sociedade e dos organismos estatais e privados, sendo uma associação de referências para outras do setor de tal modo que está representada assiduamente em eventos promotores da economia solidária. O facto de trabalharem com materiais que *a priori* não teriam qualquer utilidade confere-lhe respeito e empatia por parte de uma sociedade cada vez mais alertada para a urgência da reutilização dos objetos. A par disso, é um projeto que tem como missão a para integração social ao ceder oportunidades de trabalho a uma população com um perfil que para o mercado é *inempregável*.

Quadro 4 - Análise Swot da ASMARE

Na conquista do objetivo		
	Ajuda	Impede
Origem do fator	Interna (Organização) Visibilidade Modelo para outras associações do género Coleta de material reciclável Integração de população de rua	Modelo de autogestão Absentismo e nível de rotatividade dos trabalhadores Precariedade das instalações Insuficiente suporte tecnológico
	Externa (Ambiente) Redefinição do estatuto do catador de material reciclável Lei nº12.305/2010 Novos projetos da Prefeitura de Belo Horizonte Interesse crescente da Sociedade Civil pela temática da preservação do ambiente Estudos de caso de âmbito académico	Não garante a sua sustentabilidade económica Fragilidade dos convénios Pressão legislativa provocada pelo Mundial de 2014

Contudo, é analogamente no seu interior que se evidenciam fraquezas limitativas do seu desenvolvimento a começar pelas fragilidades das estratégias gestionárias já referenciadas em 2000 por Silva aquando de um estudo sobre o modelo de gestão da SLU e da ASMARE e a as suas relações decorrentes da parceria instituída entre ambas. Analogamente, o absentismo e rotatividade dos trabalhadores referidos pelas assistentes sociais provocam alguns transtornos à organização. As causas das elevadas faltas de comparência dos catadores estão

ligadas ao alcoolismo e à ausência de um contrato e salário base que estabeleça a obrigatoriedade diária.

A rotatividade, por definição, agrega os movimentos de entrada e saída de uma organização (Chiavenato, 2004) é um indicador estatístico usado em contexto organizacional e que mede a relação percentual entre trabalhadores admitidos e demitidos (Alves; Ozaki, 1999). Embora não haja, em rigor, esse valor calculado de forma estatística, os relatos e as observações apontam nesse sentido pelo que esta constatação deve ser pesquisada com maior detalhe. Os catadores confessaram já ter saído da associação na ilusão de propostas de emprego mais favoráveis e depois ter reentrado por essas tentativas terem falhado. No momento de aplicação de entrevistas confirmamos essa regularidade quando fomos confrontados com a necessidade metodológica de certificar alguns dados e uma das entrevistadas estava ausente por se encontrar em experiência noutro tipo de trabalho, algo que acontece com regularidade, revelou a assistente social.

Outros dois fatores prejudiciais ao crescimento qualitativo e quantitativo da ASMARE são a debilidade das suas estruturas físicas e o atraso tecnológico, ambos prejudiciais ao bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores. A esse respeito, procuram-se adquirir financiamentos para ultrapassar o mais rápido possível esses entraves que não são somente origem de desmotivação dos seus associados como também passam uma imagem de degradação da associação e intimidam o seu prosseguimento.

Externamente, a ASMARE beneficia do reconhecimento da CBO, representando uma conquista assinável no percurso que os catadores tiveram até que a sociedade, após um passado de perseguição e negação do seu valor, legitimasse o seu estatuto profissional. De igual modo, os projetos financiados pela Prefeitura de Belo Horizonte são uma possibilidade da associação melhorar as suas estruturas físicas, incentivar os catadores em iniciativas educacionais e culturais e participar em ações temporárias.

Destaca-se o impacto que a afirmação da “causa verde” no final da década de 80 do século XX (Yearley, 1992) assumiu na formação da ASMARE criada nesse mesmo período. Este tema alcança um lugar de destaque com o despertar de uma “onda verde” de preocupações. Colocam-se questões relativas ao impacto da ação humana no planeta Terra surgindo, de igual modo, receios e dúvidas referentes ao modo como os comportamentos presentes podem afetar as gerações futuras (idem). A ASMARE torna-se por isso também uma organização de vanguarda ambiental. No seu conjunto, todas as especificidades da associação tornam-na em interesse de pesquisa de vários domínios científicos.

As pressões exteriores mais proeminentes são a sua debilidade financeira. Colocamos este atributo nesta categoria pois esta situação põe em risco a sua durabilidade, sendo uma ameaça constante a ser enfrentada pelos associados, passando a resolução deste problema pelo controle de organismos externos. No que diz respeito aos convênios, por vezes, não são renovados ou são vítimas das mudanças de governo estatal ou federal e têm que ser reajustados ou, em caso extremo, suprimidos. O mundial de futebol de 2014 exige o cumprimento de requisitos dos quais a ASMARE se insere, com principal incidência, nas suas infraestruturas pelo que terão que ser operadas alterações rápidas.

No que concerne à lei 12.305/ 2010 tudo indica que a sua aprovação facilitará os procedimentos organizacionais e gestionários das associações de material reciclável (Andrade, 2012). A ASMARE cumpre já a indicação de não alojar nos galpões catadores. Todavia estes continuam a circular pelas ruas com os carrinhos de madeira com o intuito de recolher resíduos sólidos passíveis de tratamento. Ao retirar os catadores da rua, a lei reforça o seu contributo na partilha de responsabilidade entre o Estado, empresas e população. Até 2014 os lixões devem ser erradicados. Prevê-se a nível nacional a aposta em máquinas, educação ambiental e conscientização da comunidade. A lei está aprovada resta que as cooperativas sejam auxiliadas a colocar as suas regulamentações em prática.

3.6 Da catação as para a gerência: a história de vida de um ex-catador

No decorrer do trabalho de campo constatamos com percursos de vida similares. Observa-se que as experiências que antecederem a entrada dos catadores na ASMARE são marcadas, na sua maioria, por vivências de rua, toxicodependência, alcoolismo, problemas familiares e financeiros. No entanto, no que se refere às experiências biográficas posteriores à integração na associação, destaca-se a trajetória de um dos associados. O caso deste indivíduo é um exemplo das oportunidades que a ASMARE pode despoletar na vida de população social e economicamente excluída. Ilustra, por isso, o cumprimento da sua missão de integração social pelo trabalho e a possibilidade de capacitar os associados para novos caminhos e expectativas escolares e profissionais. Apresentamos de seguida a história de vida de Bruno, um ex-catador que no presente é gestor do restaurante da ASMARE.

Sentados numa mesa do piso inferior do Restaurante *Reciclo*, no período da manhã, explicamos a Bruno os propósitos do estudo e a importância da sua participação. O espaço estava vazio à exceção da nossa presença o que facilitou a fluidez e privacidade da conversa.

Bruno tem 30 anos e encontra-se a concluir o curso superior de Administração ao mesmo tempo que ocupa o cargo de gerente do restaurante. Mas nem sempre foi assim, o que nos leva a recuar ao tempo em que o jovem morava no interior de Minas Gerais. Aí trabalhou na *roça*, o equivalente em Portugal a uma propriedade campestre na qual se exerce tarefas que exigem a força física. Depois na siderurgia e, posteriormente, na Prefeitura da sua terra natal, emprego que conseguiu por via de concurso público. Todavia o valor salarial parecia-lhe insuficiente, o que o fez rumar à capital para junto da irmã que já aí estava estabelecida há uns anos.

Quando chegou a Belo Horizonte as suas expectativas não se coadunavam com a realidade. Relata que:

“o mercado de trabalho em Belo Horizonte estava muito ruim. Então, para você ter uma ideia nem para servente de pedreiro naquela época você conseguia. Estava bem diferente de hoje. Hoje você chega na empresa, aqui em Belo Horizonte, eles estão precisando de servente de pedreiro. Naquela época não. Tentei como servente de pedreiro, carregador, ajudante de supermercado, nada. O Brasil naquela época estava passando por uma situação de economia não tão boa, então.”

Associado a estes fatores de estagnação económica que dificultavam a obtenção de emprego estavam as suas características pessoais. Conta que na altura era uma pessoa bastante tímida, com dificuldades em se relacionar com outras pessoas e ingénuo em relação ao estilo de vida de grande cidade.

Porque eu não sabia conversar direito, não sabia me relacionar com as pessoas. Aquela pessoa do interior que é meio boba, não tem noção do que é a capital, do que é a cidade grande.

Perante esta situação a irmã falou-lhe da ASMARE, associação que já tinha trabalhado em tempos. Procurou informação junto da Pastoral de Rua que o reencaminhou para lá. Classifica de fácil a sua integração ao sistema laboral e organizativo da ASMARE, isento de burocracias e formalismo típicos de outros postos de trabalho e com contacto imediato com as funções a ocupar. De início exerceu atividades de triador e depois de pesador de material.

Na época em que foi catador sentiu o que muitos dos antigos colegas assinalaram no decorrer das entrevistas, a discriminação e humilhação que vivenciaram nas ruas de Belo Horizonte. Esta atitude da sociedade perante os catadores tem vindo a ser examinada e referida em vários estudos de caso. Embora a intensidade da discriminação tenha diminuído

as pessoas ainda associam os catadores à marginalidade. As representações sociais construídas em torno dos catadores de material reciclável provocam sentimentos de vergonha e de fragilidade identitária (Cambara *et al*, 2011; Oliveira *et al*, 2012).

Bruno, confirma esse facto quando relata o preconceito em torno das tarefas dos catadores, um trabalho sujo, que ninguém quer fazer. O contacto diário com objetos considerados socialmente inúteis deixa marcas no corpo dos catadores. O cheiro e a sujidade que as atividades exigem afasta as pessoas e torna os catadores repugnantes.

Muita, muita, muita, muita [discriminação]. Ah você anda suja então ninguém quer uma pessoa suja dentro de um restaurante, dentro do comércio. Então...Fica muito complicado. É, mexer com material reciclável que é praticamente, por algumas, por uma parte da sociedade que é considerada como lixo, então vocês se trabalhar com lixo, você suja todo, o seu cheiro não é muito bom, então, essa...Aí vem a discriminação. Entra uma pessoa malcheirosa no restaurante aqui, é meio...É totalmente discriminado. Então...No ônibus, você entrar do jeito que você trabalha no ônibus, o cheiro é horrível. Então existe uma discriminação, sim. E o catador não preocupa, pelo menos o homem, não se preocupa muito com a estética que está a passar não. Para quê? Alguns, sim. Existe aquelas exceções, a maioria não. E eu também não preocupava muito não, então...É o que existe, é preconceito.

Com a gradual visibilidade da ASMARE e a familiaridade dos cidadãos com o trabalho dos catadores, processou-se uma mudança nas representações sociais sobre os indivíduos que puxavam carrinho de madeira pelas ruas e recolhiam objetos já inutilizados. Porém essa discriminação no caso dos trabalhadores da ASMARE ainda existe mesmo que em menor grau.

Na verdade é não a ASMARE conseguiu, acho que as próprias, as ações com a parceria da ASMARE com os órgãos públicos tá mudando essa visão da sociedade. Mas isso, precisa mudar muito ainda, acho. Que há uma aceitação maior do que de antes mas ainda existe essa discriminação. Então, mudou assim, em percentagem, deve ter mudado uns 20%. Deve tar com uma aceitação maior, não discrimina mais ou catadores mas mesmo assim ainda há.

A formação escolar de Bruno não foi ininterrupta. Até ao momento de entrada na ASMARE detinha o 8º ano, reiniciando os estudos por essa altura. Concluiu o 2º grau e depois tirou um curso técnico de Administração. Este curso valeu-lhe um estágio obrigatório que optou, após aprovação da gerência, por concretiza-lo na ASMARE. Transitou

imediatamente de diarista a estágio. Ficou responsável pela atualização da base de dados dos indicadores de produção. Sucedeu-se a função de gerente no *Reciclo*, onde está responsável pela direção de uma média de 15 trabalhadores, do controle das atividades do restaurante e das questões operacionais, logísticas, burocráticas, e econômicas.

No presente está a finalizar o curso de Administração, uma área de estudos que enveredou por força da experiência e envolvimento nesse setor na associação. Contudo, deseja inscrever-se num futuro próximo num curso de engenharia mecatrónica, o seu verdadeiro sonho. Conta-nos que:

Na verdade eu sempre quis fazer engenharia, engenharia mecatrónica. Eu sempre fui bom em matemática então achava que poderia dar certo fazer engenharia. Só que aí foi passando o tempo. As áreas que eu estou trabalhando sempre voltadas para administração, então acabou que foi consequência eu fazer administração. Mas não faço o que eu gosto, administração. Faço porque surgiu a oportunidade de eu fazer administração. Então se eu disser para você assim “ ah eu sempre quis”, não, nunca quis fazer administração. Não esperava fazer administração. Então acho tanto que uns 4 anos vou fazer engenharia. Mas...Porque na época eu entrei na ASMARE no setor administrativo, que era muito, o setor administrativo, e por consequência por eu ter feito o curso de técnico de administração, falei assim “não, vou-me aperfeiçoar mais”. E a única forma de eu me aperfeiçoar seria curso superior. Foi o que me levou a fazer curso superior de Administração.

Constata-se no discurso de Bruno a sua prematura consciência acerca dos possíveis benefícios do investimento na formação escolar o que reflete a sua motivação para prosseguir no melhoramento das suas qualificações e competências. O investimento escolar de Bruno contrasta com as regularidades estatísticas encontradas para os catadores uma vez que várias pesquisas apontam para níveis reduzidos de escolaridade deste grupo (Medeiros, Macedo, 2006; Riberio *et al*, 2011; Lima *et al*, 2012).

Se você, se vai catar papel, se você vai administrar alguma coisa, se você vai vender, aí não sei. Aí você nunca sabe. Vai depender da sua formação. Se você tiver uma boa formação, você vai pegar os melhores empregos, vai ter uma vantagem em relação às outras pessoas. Agora se você vem sem formação nenhuma, o único trabalho que você conhece é o trabalho braçal, então aí você vai encontrar um pouco de dificuldades, foi a dificuldade que eu encontrei [Quando chegou a Belo Horizonte].”

Quanto ao futuro, Bruno não tem dúvidas, ele não passa mais pela ASMARE. O trajeto acadêmico e profissional que ambiciona concretizar não se coaduna com a missão organizacional da ass

ociação. Por isso, prospectiva que a sua saída é algo praticamente certo no sentido que deseja seguir novos desafios na qual a ASMARE não se inclui.

Olha quando eu penso no futuro eu fico triste pelo seguinte porque é...Toda a vez que eu penso no futuro, o meu futuro não tá na ASMARE mais. Talvez em algum momento vou ter que sair. Porque ah o seguimento que eu tou indo é totalmente diferente do seguimento da ASMARE, o seguimento da ASMARE é mais na questão social, na questão voltada é, ambiental e social mesmo. Tem...Mas não é uma área eu quero me especializar, me aprofundar, então...

Somando ao sonho da engenharia está a vontade de especializar-se primeiro em Administração e Gestão Pública, o que exige mais formação universitária e consequente candidatura ao cargo.

Em semelhança ao que aconteceu com os catadores, questionamos Bruno sobre as mudanças operadas pela ASMARE na sua trajetória de vida. Para ele é inegável o efeito que a integração na organização teve no modo como conduziu as suas ambições e realizações pessoais. No passado ambicionava apenas com trabalhos manuais pesados nos quais as suas reduzidas qualificações encaixavam. Todavia, as oportunidades que surgiram com o aumento do nível de escolaridade e as oportunidades que se despoletaram no interior da ASMARE transformaram todas as expectativas anteriores.

Ha eu acho que mudou tudo. Basicamente tudo. Eu quando cheguei a Belo Horizonte não tinha perspectivas nenhuma de futuro. Eu pensava, vamos dizer assim, concluir o ensino médio para arrumar um emprego melhor. Deixar de pegar pesado o tempo todo. Eu, quando ia procurar emprego na empresa, se tivesse serviços pesados eu iria. Eu saberia que tinha uma função para mim, um serviço braçal, aí eu iria. Se fosse um emprego num escritório de engenharia, num escritório de consultoria, não tinha uma área que eu poderia encaixar ali. Não haveria o que eu poderia fazer. Hoje tanto em qualquer emprego, em qualquer mercado que eu quiser trabalhar hoje eu posso entrar que eu tenho qualificação e competência para isso. Não vamos dizer que eu não tinha competências antes mas eu não tinha qualificações, não tinha como entrar. E a partir do momento em que eu entrei na ASMARE tudo surgiu para mim. Surgiu oportunidades, aí naquela parte que ela surgiu eu agarrei

ela. Mas se não fosse a ASMARE nada disso teria acontecido. Talvez sim, não sei. Mas eu acho que o facto da ASMARE ter surgido na minha vida que isso tudo aconteceu.

Para terminar a entrevista interrogamos Bruno acerca do conhecimento de mais casos semelhantes ao seu. Declarou que desconhecia histórias idênticas. Se bem que foram dadas iguais oportunidades a outros catadores que acabaram por não serem aproveitadas e por essa razão não despoletarem a capacitação dos envolvidos na fase inicial do projeto.

Olha, é...Eu conheci vários catadores que passaram, foram é...Catador, catador, não. Não. Eu conheci pessoas que entrou na função diferente do cargo de catador e consegui se dar bem mas fora da ASMARE. Eu não vi o processo deles dentro da ASMARE. Fora da ASMARE já vi vários, filhos de catador, é algum parente próximo de catador, via na ASMARE trabalhava lá dois, três dias, assim eu via...Agora catador mesmo, que eu conheça, um caso semelhante ao meu, sou o único. Na verdade a oportunidade vários catadores já tiveram, porque a mesma bolsa que eu ganhei, a ASMARE ganhou dez.

A trajetória de vida de Bruno comum à maioria dos catadores até ao momento de entrada na associação retrata e serve de exemplo ilustrativo das condições de precaridade que estes indivíduos experimentaram. À semelhança dos seus colegas, o ex-catador exerceu funções em trabalhos mal renumerados e instáveis que os estimularam a rumar até à capital à procura de melhores condições de vida. A ASMARE foi uma alternativa para integração na sociedade. Esta história, em particular, difere das restantes ao assumir-se enquanto caso máximo de sucesso de *empowerment* nas três dimensões propostas por Friedmann (1996). A aquisição de recursos que garantem a sua sobrevivência e autonomia económica possibilitam o acesso a saberes e habilidades, ou seja, o poder social, reflete o investimento escolar que realizou após entrar na ASMARE. A obtenção de poder político comprova-se nos direitos de participação democrática na associação e no acesso de ocupação a cargos de direção e chefia de maior responsabilidade. Por fim, a autoconfiança e autoestima resultantes destes dois poderes anteriores estimulam o poder psicológico.

Reflexões conclusivas

A presente investigação procurou contribuir para o debate teórico acerca das débeis fronteiras conceptuais da multiplicidade de organizações que atuam de forma alternativa ao sistema capitalista, mas que se integram no seu seio. No meio desta heterogeneidade traçamos alguns princípios que são transversais a todas a elas e que permitem a sua agregação no terceiro setor ou no setor não lucrativo e solidário. Trata-se de uma tarefa difícil e não unânime porque os parâmetros definidores de cada conceito variam consoante o contexto espacial e temporal onde se afirmam e absorvem especificidades decorrentes da atuação prática.

Incidimos o nosso estudo num empreendimento brasileiro da economia solidária. A importância deste setor é bastante significativa para o país, defende Singer (2004), uma vez que o sistema económico brasileiro não pode ser considerado plenamente capitalista pois o grosso da população brasileira não exerce atividades em organizações orientadas apenas para a maximização do lucro. Ao invés disso averigua-se uma concentração da população em trabalhos da economia informal, aqui entendidos enquanto ocupações que não estão ao abrigo do cumprimento de normas legais nem de benefícios sociais, atividades agrícolas e familiares. Neste sentido é cabível a defesa de modalidades alternativas e que incluam o trabalho solidário. Apesar disso, é o próprio autor a rejeitar a ideia segundo a qual o cooperativismo irá substituir em representatividade o modo de produção e gestão capitalista. Na sua perspetiva isso não seria exequível na medida em que é importante o prevalecimento de alternativas, mesmo que seja o capitalismo.

Se é apenas uma alternativa aos paradoxos do sistema capitalista, a expansão da economia solidária atenuar-se-á nos próximos tempos. Pode mesmo correr o risco de se constituir como um modelo incapaz de se impor face ao sistema hegemónico. Logo, a economia solidária só se afirmaria de forma vinculada se o capitalismo entrasse numa profunda crise.

Todavia, para Singer, a economia solidária possui potencialidades de ir além de uma solução temporária às crises do capitalismo se incluir nos seus processos todos aqueles que desejam integrar o mercado de trabalho. “ Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (p. 114). A Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) que constituiu nosso objeto empírico, enquadra-se nos ideais transformadores do sistema económico vigente ao integrar pelo trabalho da população de rua, altamente marginalizada e com trajetórias de vida

marcadas pelo abandono escolar, estruturas familiares precárias, violência doméstica, toxicodependência, alcoolismo e criminalidade. Esta associação possibilita que os indivíduos cujo valor o capitalismo não aprecia e exclui, um meio de fazerem parte da sociedade não apenas economicamente mas igualmente do ponto de vista social e cultural. Concede-lhes ainda instrumentos de valorização identitária.

Assim, ao falar nesta superioridade Singer não se refere aos ganhos económicos e lucrativos mas à capacidade da economia solidária em proporcionar às pessoas uma vida melhor no que se refere a: sociabilidades, liberdade, autonomia, participação, solidariedade e integração.

Através desta pesquisa constatamos que a ASMARE pratica, *grosso modo*, os pressupostos definidores da economia solidária. Em rigor é possível posicioná-la, seguindo a tipologia de Icaza (2004), nas características de dois empreendimentos modelo. Um deles é o Empreendimento de Caráter Associativo nos quais se aplica a democracia participativa apoiada na figura de um presidente e sub-presidente e a atribuição de salários com base na produção, ambos os critérios foram observados aquando da análise do modelo gestor e organizativo da ASMARE. Encaixa-se em simultâneo no Empreendimento Económico de Caráter Familiar com Níveis de Solidariedade e Cooperação devido ao volume da participação dos associados nas reuniões e decisões da associação, à instabilidade económica que a torna sujeita à aprovação de projetos e financiamentos externos e ao facto de possibilitar condições de integração pelo trabalho de população excluída social e economicamente.

Detemos portanto informações suficientes para responder à primeira pergunta de partida formulada no capítulo referente ao modelo de análise. A ASMARE cumpre os princípios alternativos do modelo de produção capitalista e constitui-se, organizacionalmente, como um empreendimento da economia solidária, o que corrobora as nossas primeiras incursões exploratórias no terreno que indicavam já essa possibilidade.

A integração social pelo trabalho enquanto missão primordial da ASMARE, expõe evidências que indicam o seu cumprimento. Embora alguns catadores relatem algumas resistências iniciais no processo de adaptação ao modelo de trabalho e de gestão da ASMARE, averigua-se casos bem-sucedidos e com avaliação satisfatória. O tempo é um fator importante na familiarização dos indivíduos nas tarefas de catar e separar material (quando estas representam uma novidade) ou na assimilação de normas e rotinas que fazem parte de qualquer organização e da qual não estavam acostumados a cumprir.

Regra geral, os catadores mais jovens mostram vontade de prosseguir a sua formação escolar e nesse seguimento conseguir um novo emprego. Perspetivam a experiência laboral na

ASMARE como uma espécie de rito de passagem fundamental para a aprendizagem ou ressocialização de determinadas condutas relacionais, da assimilação de comportamentos de “saber ser” e “saber fazer”, da aquisição de recursos que os capacitaram para projetarem novas experiências e adquirirem algum poder económico que os permita adquirir bens essenciais. Por oposição, o grupo de catadores desmotivado para prosseguir os estudos é aquele que inclui indivíduos mais velhos e com maior tempo de permanência na associação e que por esse motivo mostram menor interesse pela aquisição de novas competências e maior resistência em sair da ASMARE para assumir funções noutra local.

Tomando em consideração as respostas facultadas pelos catadores pensamos ter condições de afirmar que a ASMARE despoletou transformações significativas na vida dos indivíduos mediante a integração pelo trabalho nas atividades de catação. Está formulada assim a resposta à segunda de partida. Os catadores na sua generalidade afirmam que a ASMARE cedeu-lhes a possibilidade de reconquistarem dignidade e autoestima. Além de um meio de sobrevivência económica abriu-lhes caminho para fruírem de condições de ação social cedidas pela ASMARE em parceria com outras instituições. Contactaram com noções e procedimentos ligados à reciclagem, formaram novas amizades e muitos reconstituíram os seus laços familiares. Detetamos que uma minoria de catadores não admite que as suas vidas se tenham alterado por força da sua inserção na ASMARE. Ao longo do trabalho mostramos que este grupo de catadores mantém-se constante na negatividade com que falam deste e de outros tópico relativos à associação de catadores. Esta é outra das regularidades encontradas.

A força de mudança da ASMARE na vida dos catadores é explícita na trajetória de vida de Bruno em que a sua experiência na associação foi um trampolim para a ocupação, primeiro, de funções com maior responsabilidade no galpão e depois com o cargo de gerente do restaurante *Reciclo*, uma iniciativa lucrativa deste empreendimento. A estas conquistas está associado um forte investimento académico que faz com que o ex-catador ambicione abandonar brevemente a associação. A sua eventual saída representa uma perda pois embora dote os associados com instrumentos que os capacita a gerir autonomamente os processos que aí se desenrolam a ASMARE não consegue incentiva-los a ficar e abdicar de pessoal externo para auxiliar na gestão do trabalho. Contudo, com a história de Bruno este empreendimento da economia solidária mostra que consegue ser um mecanismo de *empowerment* para população que desprovida de recursos dos mais variados níveis, alcança estatutos profissionais altamente qualificados que lhe permitem mobilidades sociais ascendentes.

Há, portanto, um efeito duplo e contraditório no processo de integração social pelo trabalho de Bruno. Se, por um lado, a capacitação que conquistou no interior da ASMARE

permite-lhe investir em novos desafios académicos e profissionais, por outro, a força dessa integração afasta-o das áreas de abrangência da associação, retirando-lhe mão de obra informada e qualificada, possível potenciadora de uma revitalização da sua ação. Ainda assim, este é um indicador que responde positivamente à avaliação do impacto deste empreendimento da economia solidária na vida dos associados. Com isto consideramos que a ASMARE cumpre a sua missão de integração social pelo trabalho, uma das linhas de pesquisa orientadora deste trabalho.

No decorrer de levantamento de dados empíricos verificamos que os constrangimentos externos a que a ASMARE está sujeita afetam de forma tendencialmente negativa a sua sustentabilidade económica e o estatuto político, interventivo e organizacional. A variabilidade do valor do material para reciclar, o controlo dos atravessadores, a precariedade das parcerias e apoios financeiros nem sempre garantidos colocam não raras vezes a ASMARE em situação de fragilidade económica. De igual modo, o controlo político e os acordos feitos com organizações privadas sujeitam a associação a certas normas que lhe retiram uma certa autonomia. Apesar disso algumas pressões propiciam a necessidade desta se reformular a nível das infraestruturas tal como acontecerá com a realização do Mundial de Futebol de 2014 no Brasil que exige o cumprimento normativo de certos parâmetros a que a ASMARE já foi alertada.

Posto isto, qual será o futuro dos empreendimentos da economia solidária em contexto brasileiro? Mais uma vez recorremos aos contributos de Singer que advoga dois trajetos possíveis da economia solidária. O primeiro é o isolamento, marcado pela sua sustentabilidade, afastada das lógicas de competição capitalistas e com objetivos de produção fortemente demarcados, a isto denomina-se consumo solidário / comércio justo. O consumo solidário ao ter que ver com a obtenção de produtos que respeitam o bem – estar da comunidade refletido na conservação dos seus postos de trabalho, na proteção da natureza, por exemplo, incentiva as pessoas a consumirem estes produtos. São as condições em que foram produzidas e o perfil de trabalhadores envolvidos no seu processo de fabrico que lhes dá poder de concorrência no mercado. No entanto, o consumo solidário não pode se restringir a pessoas solidárias e com maiores recursos económicos nem tao pouco as próprias comunidades produtoras. Neste sentido, Singer postula que “ os empreendimentos solidários precisariam vender o grosso de suas mercadorias a consumidores que não vão lhes dar preferência por solidariedade “ (p. 119). Daí que o autor considere que “ ao proteger pequenas unidades solidárias de produção, o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar

tecnicamente, levando-as a se acomodar a uma situação de inferioridade, em que ficam vegetando.” (p.119).

A outra via possível é a integração baseada na competição. Não obstante poder assumir formas de consumo solidário deve especializar-se de forma eficaz e eficiente no fabrico dos seus produtos para deste modo ocupar um lugar nas trocas comerciais. Esta proposta de Singer aplicada ao contexto organizativo da ASMARE, implica, por exemplo, o reforço sistemático e inovador da venda de objetos fabricados pelos associados a partir de material reciclável em semelhança àqueles que são usados e expostos no restaurante *Reclico*.

A pesquisa efetuada na ASMARE representa para nós um ponto de partida no estudo de empreendimentos da economia solidária. O contacto com a realidade brasileira despertou o interesse de investir em trabalhos no âmbito do setor social em Portugal na tentativa de traçar paralelismo e discrepâncias. Na nossa perspetiva Portugal tem muito a aprender com a realidade brasileira, mais solidificada e reconhecida juridicamente há mais anos. De facto, a economia solidária no Brasil já conta com um percurso de 3 décadas em que se sobressaem as redes de políticas públicas, associações estaduais e nacionais de associações e cooperativas, fóruns académicas regulares e iniciativas locais frequentes.

Importa-nos no futuro indagar sobre organizações que nos mesmos moldes da ASMARE têm como missão a integração social pelo trabalho, saber o que tem sido feito e o que ainda há fazer. Investigar o modelo de gestão e organização do trabalho em que se inserem, como se afirmam no mercado e que relações aí desenvolvem. Verificar também os papéis que têm na vida das pessoas que enfrentam situações de exclusão. No fundo, seguir a abordagem empírica deste trabalho aplicada a realidade portuguesa.

Bibliografia

- ALVES, Lilian; OZAKI, Yaeko (2009) – Em busca da gestão estratégica da rotatividade de pessoal: estudo realizado na empresa A. Rela S/A. *Revista de Ciências Gerenciais*. ISSN 1415-6571. 18 (2009) 163 – 176.
- ANDRADE, Sérgio (2012) – *Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei e Prática*. Compromisso Empresarial para a Reciclagem. São Paulo: Jd. Paulista.
- ATKINSON, Robert (2002) - The Life Story Interview. IN Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*: Thousand Oaks, Sage, 121-140.
- BARBOSA, Rosangela (2007) – *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora. ISBN 978-85-1314-3.
- BARDIN, Laurance (2004) – *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-0898-1.
- BATISTA, S.; BICHO, L. (2006) – *Modelo de Porter e Análise Swot: Estratégias de Negócio*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- BORNSTEIN, David (2007). *Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias*. Alfragide: Estrela Polar Editora. ISBN: 978-972-8929-79-4.
- BOSCHEE, J.; MCCLURG, J. (2003). *Towards a better understanding of social entrepreneurship: some important distinctions*. [Em linha] [Consul. 27 de maio] Disponível em: <http://www.caledonia.org.uk>
- Castel, Robert (1990) - *Extreme Cases of Marginalisation, from Vulnerability to Desaffiliation*. Comunicação apresentada no *European Seminar on Social Exclusion*, realizado em Alghero (Itália), em abril de 1990.
- CAPUCHA, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta.
- CAMBARA, Cleverson; Oliveira, Márcio; SPANCESKI, Janice (2010) – Discriminação socioeconômica: um estudo de caso com os catadores de material reciclável do município de Foz do Iguaçu – Paraná. INIGUAÇU: Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu. [Em linha]. INIGUAÇU: Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu. [Consul. 15 de junho 2012]. Disponível: http://www.faesi.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=245:discriminacao-socio-economica-um-estudo-de-caso-com-os-catadores-de-material-reciclavel-do-municipio&catid=75:portal-do-saber&Itemid=222
- CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes. ISBN 85-326-1954-1.

- CHAVEZ, Rafael; MONZÓN, José (2007). *The Social Economy in the European Union. Working paper CIRIEC*. ISSN 2070-8289. 2088/02 (2007).
- CHIAVENATO, Idalberto (2004) – *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier. ISBN 85-352-1448-8.
- COSTA, António Firmino da (2003) - *Sociologia. O que é*. Coimbra: Quimera Editores, Lda. ISBN 972-589-117-1.
- COSTA, Bruto da (1998) – *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações. ISBN 972-662-612-9.
- COSTA, João (1996) - A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós- 88. *Revista São Paulo em Perspetiva*. São Paulo: Fund. SEADE. ISSN 0102-8839 10 (1996) 113 – 118.
- COUTINHO, Clara Pereira (2001) – *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humana. Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina, S.A. ISBN 978-972-40-4487-3.
- CULTI, Maria; KOYAMA, Mitti; TRINDADE, Marcelo (2010) – *Economia Solidária no Brasil. Tipologias dos Empreendimentos Econômicos Solidários*. Fundação Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre o Trabalho – UNITRABALHO. ISBN 978- 85-60853-09-0.
- DAGNINO, Renato, orgs. (2010) – *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. São Paulo: Komedi. ISBN 978-85-7582-564-8.
- DAIN, Sulamis; SOARES, Laura (1998) – Reforma do Estado e políticas públicas: relações intergovernamentais e descentralização desde 1988. IN OLIVEIRA, Marco Antonio, org (1998) – *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. São Paulo: UNICAMP. ISBN 85-86215-14-7.
- DEES, Gregory; ANDERSON, Beth (2006) – Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought. *Business*. 1553 – 5827. 1 (2006) 39-66.
- DEES, Gregory (2008) - *Origin and Future of Social Entrepreneurship*. MIT Press Journals.
- DEFOURNY, Jacques, org (2001). *Économie Sociale - enjeux conceptuels, insertion par le travail et services de proximité*. Bruxelles: Editions De Boeck & Larcier, s.a. ISBN 2-8041-3689-2.
- DEFOURNY, Jacques; NYSENS, Marthe (2010) - Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*. ISSN 2043-8257. 1 (2010) 32-53.
- DENZI, Norman (1994) – *Handbook of qualitative research*. California: Sage Publications. ISBN 0-803-4679-1.

DIAS, Sónia (2002) – *Construindo a Cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE*. Belo Horizonte: UFMG (tese de mestrado).

DONZELOT, Jacques (1995) - *Face à L'Exclusion*. Paris: Seuil.

DUBAR, Claude (1997) – *A socialização. Construção de identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-31124-5.

DURKHEIM, Émile (1977) – *A divisão social do trabalho*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença.

DURKHEIM, Émile (1895) - *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional.

DURKHEIM, Émile (2001) – *O Suicídio. Um estudo Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 978-972-23-1472-5.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, OUTRA ECONOMIA ACONTECE: CATILHA DE CAMPANHA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL (2007). Brasília: MTE, SENAES, FBES.

ESTIVILL, Jordi (2008) – *A articulação das estratégias de emprego e inclusão social: um casamento virtual ou virtuoso?* Projeto Bridges for Inclusion. Porto: REAPN – Rede Anti – Pobreza Portugal.

EVERS, Adalbert; LAVILLE, Jean-Louis (2004). Defining the third setor in Europe. In A. Evers & L. Jean-Louis (Eds.), *The third setor in Europe* (pp. 11-42). UK: Edward Elgar.

FERNANDES, César (1994) *Privado Porém Público: o Terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

FERRAROTTI, Franco (1991) – Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. (1991) 171 – 177.

FERREIRA, Sílvia (2009) – A invenção estratégica do terceiro setor como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico – conceptual. IN *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 84 (2009) 169 – 192.

FILHO, Genauto (2002) - Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia análise e dados*. Salvador: SEI/Governo da Bahia. ISSN 0103 8117. 12 (2002) 9-19.

FILHO, Genauto (2007) – Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. 7 (2007) 155-174.

FRANCO, Augusto de (2003) – *Terceiro setor. A nova sociedade civil e o seu papel estratégico para o desenvolvimento*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento. ISBN 85-88699-20-6.

- FRANCO, Raquel; SOKOLOWSKI, S.; HAIREL, Eillen; SALAMON, Lester (2005) - *O setor não-lucrativo português numa perspetiva comparada*. Lisboa/Baltimore: Universidade Católica Portuguesa / Johns Hopkins University.
- GAIGER, Luiz (2009) – Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica das Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 84 (2009) 81-99.
- GAIGER, Luiz; CORRÊA, Andressa (2011) – O diferencial do empreendedorismo solidário. *Ciências Sociais Unisinos*. ISSN 2177-6229. 47 (2011) 34-43.
- GIL, António Carlos (2009) – *Estudo de Caso*. São Paulo: Editora Altas S.A. ISBN 978-85-224-5532-4.
- GOMES, Fábio Guedes (2006) – Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*. ISSN 0034-7612. 40 (2006) 201-236.
- GUERRA, Isabel (2006) – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia. ISBN 972-8818-66-1.
- HAGUETTE, Teresa (1987) – *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 11.^a ed. Rio de Janeiro: Vozes. ISBN 978-85-326-08854-3.
- HENRIQUE, Wilnês (1998) – Crise econômica e ajuste social no Brasil. IN OLIVEIRA, Marco Antonio,org (1998) – *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. São Paulo: UNICAMP. ISBN 85-86215-14-7.
- ICAZA, Ana (2004) - *Solidariedade, Autogestão e Cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- JACOBI, Pedro; TEIXEIRA, Marco (1997) – Criação do capital social: o caso da ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*. ISSN 1806-2261. 2 (1997).
- KETELE; Jean-Marie; ROEGIERS; Xavier (1999) – *Metodologia da Recolha de Dados. Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudos de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-771-074-3.
- LECHAT, Noelle (2002) – Economia social, economia solidária, terceiro setor: de que se trata? Civitas – *Revista de Ciências Sociais*. ISSN 1519-6089. 1 (2002) 123-140.
- LIMA, Ana; JUSTEN, Gelciomar; LUPPI, Lierge; GALINDO; Viviane (2012) – Análise de Atividade de catadores de resíduos sólidos em Aripuna – MT. *Atas do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão*. ISSN 1984 -9354. [Em linha] [Consul. 9 de agosto de 2012]. Disponível:
http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg8/anais/T12_0477_2512.pdf

LIMA, Jacob (2005) – Novos espaços produtivos e novas – velhas formas de organização do trabalho: As experiências com cooperativas do trabalho no Nordeste Brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 73 (2005) 91-110.

LISBOA, Arnando (2005) – Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de administração de empresas*. ISSN 0034-7590. 45 (2005) 109 – 115.

MARCONI; Marina; LAKATOS, Eva (2001) – *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora Atlas, S.A. ISBN 85-224-299-X.

MARTIN, Roger; OSBERG, Sally (2007) - Social Entrepreneurship: The Case for Definition. *Social Innovation Review*. ISSN 1542-7099. 5 (2007) 27-39.

MARX, Karl (1992) – *O Capital*. Edições Avante: Lisboa. ISBN 972-550-195-0.

MEDEIROS, Luiza; Macêdo, Kátia (2006) – Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*. ISSN 1807-0310. 18 (2006) 62-71. [Em linha] [Consul. 17 de julho DE 2012] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>

Nicholls, Alex (2006). *Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press.

OLIVEIRA, Jairo; FERNANDES, Sheyla; ALMEIDA, Saulo (2012) – Análise das representações sociais dos catadores de lixo de Sergipe acerca da sua realidade social. *Psico*. ISSN 1980 – 8623. 43 (2012) 55-68. [Em linha] [Consul. 17 de julho de 2012].Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/11099/7619>.

PARENTE, Cristina; COSTA, Daniel; SANTOS, Mónica; CHAVES, Rosário (2011) - *Empreendedorismo social: contributos teóricos param a sua definição*. Comunicação apresentada no XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise da regulação à hegemonia da globalização, Lisboa. [Em linha] [Consul. 17 de julho DE 2012] Disponível em: <http://web3.letras.up.pt/empso/index.php/produtos/category/12-apresentacoes>.

PAUGAM, Serge (2006) – *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-34856-2.

PERETZ, Henri (2000) – *Métodos em sociologia: a observação*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 972-759-216-3.

PERISTA, Heloísa; NOGUEIRA, Susana (2004) – Empresas sociais em Portugal: Uma breve análise com base em estudos de caso. Atas do V Congresso Português em Sociologia. [Em

linha] [Consul. 15 de maio de 2012]. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616dcd72e64e_1.pdf

PINTO, José Madureira (1991) – Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 32 (1991) 217 – 231.

PINTO, João (2006) – *Economia Solidária. De volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. ISBN 85-7025-858-5.

QUINTÃO, Carlota (2004) – Terceiro setor – elementos para a referenciação teórica e conceptual. *Atas do V Congresso Português de Sociologia*. [Em linha] Porto: Repositório Aberto. [Consul. 15 de novembro 2011]. Disponível: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54377/2/ISWP52004000122487.pdf>

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2003) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-662-275-1.

RIBEIRO, António de Lima (2006) – *Gestão de Pessoas*. São Paulo: Editora Saraiva. ISBN 85-02-04985-2.

RIBEIRO, LÍlian; SILVA, Mónica; LEITE, Valderi; SILVA, Humberto (2011) - Educação Ambiental como instrumento de organização de catadores de materiais recicláveis na comunidade Nossa Senhora Aparecida, Campina Grande – PB. *Revista de Biologia e Farmácia*. ISSN1983-4209. 2 (2011) 59-72. [Em linha] [Consul. 15 de junho 2012]. Disponível em:http://eduep.uepb.edu.br/biofar/v5n2/EDUCACAO_AMBIENTAL_COMO_INSTRUMENTO_DE_ORGANIZACAO_DE_CATADORES.pdf

ROCHA, Roberto; BUNCHRAFT, Antonio (2008) – *Os Direitos Humanos e os catadores de material reciclável. Cartilha de Formação*. Brasil: PANGAEA.

SAINSAULIEU, Renaud (1997) – *Sociologia da Empresa. Organização, Cultura e Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-771-370-X.

SANTOS, Boaventura Sousa (1986) – Introdução à Sociologia da Administração da Justiça. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 21 (1986) 11 – 44.

SCHINDLER, Anamaria; NAIGEBORIN, Vivianne (2004) - Empreendedorismo social e desenvolvimento. IN VOLTOLINI, Ricardo (Org.). *Terceiro setor: planejamento e gestão*. São Paulo: Senac. ISBN 978-857-359-565-9.

SCHUMPETER, Joseph (1996) - *Ensaio: empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*. Oeiras: Celta Ed. ISBN: 972-802-752-4.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina (2006) – A Economia Social no Brasil: Panorama de um campo em transformação. IN URALDE, José, coord (2006) - *La Economía Social en*

Iberoamérica. Un acercamiento a su realidade. Fundación Iberoamericana de la Economía Social. Madrid: Gráficas Papallona. ISBN 978-84-934817-2-8.

SILVA, Maiara; SANTOS, Adriana (2012) - *Comunicação Organizacional e Terceiro setor: um Olhar Sobre a Comunicação Externa do Centro de Convivência dos Idosos do Tocantins.* [Em linha] [Consult. 10 de julho de 2012] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-santos-comunicacao-organizacional-e-terceiro-setor.pdf>

SILVA, Wanderley (2000) – *O modelo de Gestão de Resíduos Sólidos e a Geração de Emprego e Renda: A Experiência da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: FCE – UFMG (tese de mestrado).

SINGER, Paul (2004) – *Introdução à Economia Solidária.* 4.^a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. ISBN 85-86469-51-3.

VALA, Jorge (1987) – A análise de conteúdo. IN SILVA, Augusto Santos; Pinto, José Madureira (orgs.) – *Metodologia das Ciências Sociais.* Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0503-1.

VALENTIM, Igor (2009) – Confiança, Economia Solidária no Brasil e a Construção de Novos Mundos. *Revista de Economia Solidária: Apresentação do Conceito.* ISSN 1647-5968. 1 (2009) 87 – 110.

VOLTOLINI, Ricardo, org (2004) – *Terceiro setor. Planeamento e Gestão.* São Paulo: Editora Senac. ISBN 85-7359-257-1.

WOODWARD, Joan (1965) – *Industrial Organization: theory and practice.* London: Oxford Unity Press.

YOUNG, Rowena (2006) - For what it is worth: Social value and the future of social entrepreneurship. IN NICHOLLS, A., org - *Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change* (pp. 56-73) Oxford: Oxford University Press.

Legislação brasileira

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (5 de Out. de 1988).

LEI nº 12.305/ 2010 (10 Ago. de 2010).

Legislação europeia

PROJECTO DE LEI nº 68/XII. D.R.A. *Série A*. Nº. 31/XII (19 Set.2011), p.25-29.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROEU nº 104 250 (INI) (19 de Fev. de 2009).

Sites

PASTORAL DE RUA [Em linha] Disponível em :
<http://www.arquidiocesebh.org.br/site/atuacao.php?id=91>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [Em linha] Disponível em :
<http://www.ibge.gov.br>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME [Em linha]
Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO [Em linha] Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL [Em linha]
Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/>

ROTA DA RECICLAGEM [Em linha] Disponível em:
<http://www.rotadareciclagem.com.br/cooperativa/1742>

Índice de anexos

	Páginas
Anexo I - Grelha de observação Directa.....	111
Anexo II - Guião de Entrevista aplicado aos catadores, triadores e pesadores de material reciclável.....	112
Anexo III – Guião de Entrevista aplicado às Assistentes Sociais da ASMARE...	116
Anexo IV - Grelha de análise de conteúdo horizontal das entrevistas aplicadas aos catadores, triadores e pesadores de material reciclável.....	123
Anexo V - Grelha de análise de conteúdo horizontal das entrevistas aplicadas às Assistentes Sociais da ASMARE.....	126
Anexo VI- Perfil dos entrevistados catadores.....	129

Anexo I | Grelha de observação Direta

Local		
Data		
Hora		
Duração		
Número de Observações		
Posicionamento do observador face ao cenário de observação		
Observações		
Características do local		
Atores Sociais	Perfil Tipo	
	Modos de Apresentação	
	Modalidades de Interação	
	Linguagem Cinética	
	Relação com o espaço físico e com o tipo de atividades	

Anexo II | Guião de Entrevista aplicado aos catadores, triadores e pesadores de material reciclável

A presente entrevista foi construída no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O projeto em curso centra-se na temática “Empreendimentos Solidários e a integração social pelo trabalho” e ambiciona conhecer, por um lado, as dinâmicas organizacionais da ASMARE e por outro, a sua relação com a integração dos seus trabalhadores. A sua participação revela-se fundamental. A agradecemos desde já a colaboração garantindo a confidencialidade e anonimato das informações disponibilizadas.

Eixo	Categorias	Questões	Objetivos
<u>Contextual e caracterizador</u>	A.Perceção do modelo organizacional	1. Como teve conhecimento da ASMARE?	Saber quais as redes de acesso (familiares, amigos, colegas, Estado, etc.) ao trabalho na ASMARE.
		2. De que modo correu a sua integração? Adaptou-se bem ou sentiu algumas dificuldades?	Avaliar o modo de adaptação laboral dos catadores.
		3. Em que consistiu o seu trabalho desde o momento de entrada até à atualidade? Que tipo de tarefas realiza?	Descrição de funções e tarefas
		Como descreve a relação com os seus colegas de trabalho e com o pessoal técnico?	Contactar com as redes de sociabilidade no interior da organização.
		5. Em que tipo de decisões costuma participar (do seu trabalho, do trabalho de colegas, da ASMARE em geral)?	Investigar se a ASMARE segue os princípios básicos da economia solidária.
		Acha que na ASMARE têm todos o mesmo direito de	

		decisão?	
		No que diz respeito ao acesso dos trabalhadores à ASMARE, acha é aceite qualquer pessoa que mostre intenções de aqui trabalhar?	
		8. Sente-se respeitado nas suas opções políticas, religiosas e sexuais?	
		Para si quais são as potencialidades e problemas da ASMARE?	Verificar se os catadores têm consciência dos pontos fortes e fracos da ASMARE.
	B.Conhecimento da nova legislação	9. Já ouviu falar da nova Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS – Lei nº 12.305/ 2010? E por quem?	Apurar se os pressupostos da nova lei são do conhecimento dos inquiridos.
		10. Acha que deveria haver maior informação e esclarecimento acerca dessa lei?	Saber a opinião dos catadores acerca da forma como as regras da nova lei têm sido disseminadas.
		11. De que modo acha que a nova lei poderá afetar o seu trabalho?	Contactar com as percepções dos catadores acerca da nova lei e os impactos que podem ter na sua atividade profissional.
<u>Trajetórias familiares, escolares e profissionais</u>	C.História de Vida	C. Fala-me da sua família. Como a caracteriza? Refira, por favor, entre outros aspetos, com quem vivia em criança e com quem vive atualmente.	Perceber o meio social e familiar onde os indivíduos cresceram. Saber qual a composição atual do seu agregado familiar
	D.Percursos e expectativas	D. Frequentou a escola? Se sim? Qual o seu nível de escolaridade? Se não, quais os	Conhecer as habilitações escolares, o tempo de permanência no sistema de ensino e eventuais obstáculos que impediram o acesso à

	escolares	motivos que o impediram de frequentar o sistema de ensino?	educação.
		E. Pensa investir na sua formação escolar?	Contactar com intenções e projetos futuros.
	E.Percursos e expectativas profissionais	F. Fale-me do seu percurso profissional, desde o primeiro trabalho até à entrada na ASMARE.	Verificar os percursos profissionais dos catadores. Que tipos de mobilidade (ascendente, descendente ou estagnante) vivenciaram?
		G. Como imagina o seu futuro profissional?	Conhecer perspetivas e expectativas futuras dos catadores.
<u>Integrador</u>	F.A ASMARE enquanto transformador social	H. Se pudesse descrever a ASMARE numa palavra, qual seria?	Entender qual o sentido direto que os entrevistados atribuem quando pensam na ASMARE.
		I. Gosta de trabalhar na ASMARE? Porquê?	Observar se os catadores apreciam o trabalho que realizam na ASMARE.
		J. Na sua opinião o facto de trabalhar na ASMARE alterou alguma coisa na sua vida? Porquê e o quê?	Verificar possibilidades de transformação na vida dos catadores em resultado da sua integração pelo trabalho neste empreendimento da economia solidária.
		K. Que tipo de atividades costuma desenvolver na ASMARE além do cumprimento da sua atividade profissional?	Descrição de atividades realizadas no interior da ASMARE fora o horário de trabalho.
		L. Diga-me algumas atividades (sociais, culturais e económicas) que gostava	Recolher sugestões que os entrevistados considerem importantes para um maior

		que fossem desenvolvidas nesta organização?	envolvimento com a associação.
	G. Identificações e representações sociais	M. Gosta do que faz? Sente-se bem em ser catador?	Examinar a identificação profissional dos entrevistados.
		Sente algum tipo de preconceito ou discriminação das pessoas acerca da sua profissão?	Analisar as representações que os catadores consideram que a sociedade constrói acerca deles.
		De que forma acha que a ASMARE contribui para a imagem que a sociedade tem sobre os catadores?	Entender se os catadores acham que a ASMARE favorece ou prejudica a imagem que a sociedade tem sobre estes profissionais.

Perfil do entrevistado

Sexo: Idade: Habilitações escolares: Cargo: Tempo de permanência na organização:
--

Anexo III | Guião de Entrevista aplicado às Assistentes Sociais da ASMARE

A presente entrevista foi construída no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O projeto em curso centra-se na temática “Empreendimentos Solidários e a Integração Social pelo Trabalho” e ambiciona conhecer, por um lado, as dinâmicas organizacionais da ASMARE e por outro, a sua relação com a integração dos seus trabalhadores. A sua participação revela-se fundamental. A agradecemos desde já a colaboração garantindo a confidencialidade e anonimato das informações disponibilizadas.

Eixo	Categorias	Questões	Objetivos
<u>Contextual e caracterizador</u>	A.Descrição histórica e atual da ASMARE	Gostaria que começasse por explicar em que contexto surge a ASMARE?	Conhecer as preocupações e constrangimentos que despoletaram a criação desta organização.
		Pode mencionar quais os objetivos iniciais da organização?	Saber em quais as finalidades inerentes à formação da ASMARE.
		Esses objetivos mantêm-se? Se não, o que mudou?	Proceder a uma comparação temporal e averiguar se existem mudanças. Se sim que tipos de mudanças aconteceram neste domínio.
		Se pudesse definir a ASMARE numa palavra, qual escolheria?	Entender qual o sentido direto que os entrevistados atribuem quando pensam na ASMARE.
<u>Organizacional e gestor</u>		Quais são as principais atividades e serviços prestados?	Ter a perceção do tipo de trabalho que é desenvolvido. Conhecer a missão da ASMARE.
		Indique, por favor, como é composta a estrutura hierárquica da ASMARE	Perceber a composição estrutural e organizativa desta associação.

<u>Organizacional e gestionário</u>	B.Modelo organizacional e gestionário	em termos de relações de poder?	
		Na sua opinião, existe uma divisão clara dos cargos e da responsabilidade de cada trabalhador? Como e porquê?	Verificar possíveis disparidades quanto ao modo como os cargos se encontram atribuídos. Perceber até que ponto há uma associação entre cargo e função desempenhada.
		Algum tipo de serviço (s) é executado por pessoas \ equipas externas à organização? Se sim, como avalia essas parcerias?	Constatar possíveis parcerias económicas ou estratégicas. Verificar a autonomia da organização.
		Como caracteriza o diálogo existente entre o pessoal técnico e gerencial e os trabalhadores manuais?	Compreender o modelo comunicacional entre diferentes posições hierárquicas.
		Como circula internamente a informação da organização? Acha que é um bom veículo de circulação de informação?	Classificar de que modo circula a informação dentro da organização (oralmente? reuniões? circulares?)
		Na sua perspetiva, de que modo a informação que é passada para a comunidade influencia a perceção que esta possui acerca da ASMARE?	Compreender que relação os entrevistados fazem com a imagem que é veiculada para o exterior e a representação que a comunidade tem acerca da associação.
		No interior da ASMARE todos os seus trabalhadores possuem direito de decisão igualitário?	
		Na existência de algum tipo de benefícios ou	

<u>Organizacional e gestionário</u>	B.Modelo organizacional e gestionário	regalias elas são alargadas a todos os trabalhadores independentemente do seu tempo de permanência na organização?	Verificar se a ASMARE segue os princípios básicos da economia solidária.
		Como são distribuídas as sobras de capital investido?	
		De que forma financiam as atividades em curso? Recorrem a crédito, financiamento público?	
		Na ASMARE existe algum tipo de práticas e mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades e o respeito das preferências políticas e religiosas dos trabalhadores? Se sim, quais? Se não como se garante isto?	
	C.Recrutamento e Seleção	Como se processa e estrutura o recrutamento dos catadores?	Perceber as formas através das quais se divulga o trabalho de catação, se por anúncios, centros de emprego ou mesmo auto – proposta. Contactar com as noções de recrutamentos dos entrevistados.
		No que diz respeito ao acesso dos trabalhadores à ASMARE, é aceite qualquer pessoa que mostre intenções de aqui trabalhar?	Analisar se existem requisitos obrigatórios no acesso dos catadores e se há um limite de número de pessoas a integrar na organização.
		Existem requisitos	Conhecer se existem e

<u>Organizacional e</u> <u>gestionário</u>	C.Recrutamento e Seleção	necessários para quem quer ocupar esta função? Se não, que requisitos considera serem fundamentais?	quais são as condições exigidas para o desempenho desta função.
		Costumam realizar entrevistas com as pessoas que se mostram disponíveis para desempenhar a função de catadores?	Pretende-se averiguar se é realizada triagem dos candidatos e de que forma.
		Que tipo de obrigações e vínculos os catadores têm com a ASMARE?	Contactar com a relação formal que os catadores mantêm com a ASMARE de modo a caracterizar os seus vínculos. Para isso precisamos também de saber as deveres a que os trabalhadores estão sujeitos.
		Como se processa o acolhimento dos catadores na ASMARE?	Queremos conhecer como são os catadores integrados no interior da ASMARE, se existem práticas de apresentação da missão da organização, orientações e familiarização com o trabalho a realizar.
	D.Formação \ Qualificação	São realizadas iniciativas voltadas para a elevação dos níveis de educação dos catadores? Sim, porquê e quais? Se não, porquê?	Observar que relevância é atribuída à aprendizagem contínua.
		E iniciativas orientadas informais nomeadamente sessões de cidadania, grupos de debate ou exposição?	Perceber se existem práticas de cidadania e educação social.

C.Recrutamento e Seleção		Na sua opinião, qual a relevância das ações de formação para a melhoria do trabalho dos catadores?	Reconhecer diferentes opiniões sobre a realização de formações específicas para os trabalhadores.
	E.Avaliação e Gestão do Desempenho	Há alguma preocupação com a avaliação de desempenho dos catadores?	Averiguar mecanismos de avaliação dos trabalhadores.
		Como é que fazem esta avaliação?	Contactar com os juízos e perceções dos indivíduos acerca do sistema de avaliação.
		Considera que os catadores estão satisfeitos com o método de avaliação a que estão sujeitos?	Verificar se os entrevistados têm conhecimento da posição dos catadores acerca do sistema de avaliação vigente.
	F.Benefícios e regalias	De que modo se processa o pagamento do trabalho dos catadores? Há um salário fixo ou é variável?	Conhecer o valor salarial dos catadores e como é calculado.
		Existe algum tipo de benefícios sociais? Quais? (habitacional, de saúde, educação)	
<u>Integrador</u>	G.Integração	31.Qual a importância que considera que a ASMARE tem para os catadores?	Saber de que modo ASMARE mudou, na ótica dos entrevistados, a vida dos catadores.
		Como avalia o reconhecimento dos catadores enquanto categoria profissional?	Contactar com as apreciações relativas ao processo de reconhecimento dos catadores como categoria profissional.

<u>Integrador</u>		De acordo com o seu conhecimento, considera que existem mudanças na vida dos catadores operadas pela sua integração na ASMARE? Se sim, quais?	Averiguar a possibilidade de existência de mudanças na vida dos catadores em detrimento da sua integração pelo trabalho na ASMARE
		Na sua opinião quais as oportunidades que a ASMARE despoleta na vida dos trabalhadores?	Verifica se a ASMARE abre novos percursos profissionais para os seus trabalhadores. Grosso modo, queremos saber se os catadores permanecem na ASMARE ou através das oportunidades que esta lhe concede iniciam novos percursos profissionais.
	H.Oportunidades e ameaças	Enumere, por favor, o que considera serem as potencialidades e fragilidades desta organização.	Complementar a informação que dispomos acerca desta lei.
		Quais considera serem os impactos da Lei da Política Nacional do Resíduos Sólidos PNRS – Lei número 12.305/2010?	Avaliar a perceção sobre os impactos desta lei no funcionamento da ASMARE e no trabalho dos catadores.

Perfil do entrevistado

Sexo:

Idade:

Habilitações escolares:

Cargo:

Tempo de permanência na organização:

Anexo IV | Grelha de análise de conteúdo horizontal das entrevistas aplicadas aos catadores, triadores e pesadores de material reciclável

Eixo	Categoria	Dimensão	Nome	Síntese interpretativa	Discurso do Entrevistado
Contextual e caracterizador	A.Percepção do modelo organizacional	1. Redes de acesso à ASMARE			
		2. Avaliação da Integração na ASMARE			
		3. Tipo de tarefas realizadas desde à sua entrada até ao momento atual			
		4. Descrição da relação com os colegas de trabalho e com o pessoal técnico			
		5. Tipo decisões participadas			
		6. Opinião acerca do direito de opinião na ASMARE			
		7. Opinião acerca da facilidade de acesso à ASMARE			
		8. Opinião à cerca da liberdade religiosa no interior da ASMARE			
		9. Percepção das potencialidades e limitações da ASMARE			
	B.Contacto com a nova legislação	10. Conhecimento da nova Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS – Lei nº 12.305/ 2010			
		11. Apreciação da divulgação da nova Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS – Lei nº 12.305/ 2010			
		12. Compreensão do impacto dessa			

		da nova Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS – Lei nº 12.305/ 2010 no trabalho de catação			
Trajetórias familiares, escolares e profissionais	C.História de vida	13. Percorso familiar, experiências na infância e agregado familiar atual			
	D.Percursos e expectativas escolares	14. Trajetória escolar			
		15. Expectativas em relação ao futuro escolar			
	E.Percursos e expectativas profissionais	16. Percorso profissional até ao momento de entrada na associação			
		17. Projeções sobre o percurso profissional			
Integrador	F.A ASMARE enquanto transformador social	18. Descrição da ASMARE em uma palavra			
		19. Satisfação face ao trabalho na ASMARE			
		20. Mudanças na vida provocadas pela integração na ASMAE			
		21. Participação em atividades extralaborais			
		22. Sugestão de atividades a realizar na ASMARE			
	G.Identificações e representações sociais	23. Satisfação com a profissão de catador			
		24. Perceção de atitudes de discriminação \ preconceito devido à profissão exercida			
		25. Contributo da ASMARE para a			

		imagem que a sociedade tem dos catadores			
--	--	--	--	--	--

Anexo V | Grelha de análise de conteúdo horizontal das entrevistas aplicadas às Assistentes Sociais da ASMARE

Eixo	Categoria	Dimensão	Nome do Entrevistado	Síntese interpretativa	Discurso do Entrevistado
Contextual e caracterizador	A. Descrição histórica e atual da ASMARE	1. Contextualização do surgimento da ASMARE			
		2. Objetivos iniciais da organização			
		3. Continuidade e \ Descontinuidade desses objetivos			
		4. Definição da ASMARE em uma palavra			
Organizativo e gestor	B. Modelo organizacional e gestor	5. Principais atividades e serviços prestados da ASMARE			
		6. Estrutura hierárquica da ASMARE			
		7. Divisão dos cargos e responsabilidades dos trabalhadores			
		8. Execução dos serviços por pessoas \ empresas externas			
		9. Caracterização do diálogo existente entre o pessoal técnico e gerencial e os trabalhadores manuais			
		10. Circulação da informação no interior da ASMARE			
		11. Influência da informação que é passada para a comunidade na percepção acerca da ASMARE			

Organizativo e gestonário		12. Avaliação da prática de democracia participativa			
		13. Abrangência das regalias e benefícios sociais			
		14. Distribuição das sobras de capital			
		15. Fontes de financiamento das atividades			
		16. Práticas de igualdade de oportunidades e de respeito pela liberdade individual			
	C. Recrutamento e Seleção	17. Cumprimento do <i>princípio da porta - aberta</i>			
		18. Requisitos para trabalhar na ASMARE			
		19. Realização de entrevistas			
		20. Obrigações e vínculos dos catadores			
		21. Forma de acolhimento dos catadores			
	D. Formação e Qualificação	22. Iniciativas educativas e de aprendizagem contínua			
		23. Iniciativas de educação social			
		24. Opinião da relevância dessas iniciativas			
	E. Avaliação e gestão do desempenho	25. Práticas de avaliação do desempenho			
		26. Procedimentos de avaliação			
		27. Satisfação dos catadores face ao modelo de avaliação			
	F. Benefícios e regalias	28. Processamento dos pagamentos dos catadores			

		29. Presença de benefícios sociais			
<u>Integrador</u>	G. Integração	30. Importância da ASMARE na vida dos catadores			
		31. Avaliação dos catadores enquanto categoria profissional			
		32. Mudanças na vida dos catadores provocadas pela integração na ASMARE			
		33. Oportunidades que a ASMARE despoleta na vida dos catadores			
	H. Oportunidades e ameaças	34. Potencialidade e a fragilidades da ASMARE			
		35. Impactos da Política Nacional do Resíduos Sólidos PNRS – Lei número 12.305/2010			

Anexo VII | Perfil dos entrevistados catadores

	Sexo	Idade	Habilitações escolares *	Cargo	Tempo de permanência na ASMARE (em anos)
Ana	Feminino	72	Não sabe ler nem escrever	Animador Geral e triadora	22
Maria	Feminino	40	8º ano	Catadora e triadora	22
Joaquim	Masculino	38	8º ano	Catador e triador	12
Manuel	Masculino	40	8º ano	Catador e triador	15
Rosa	Feminino	39	2º ano	Auxiliar de serviços gerais	6 anos
Roberto	Masculino	55	7º ano	Vice-presidente e triador	14 anos
Luzia	Feminino	40	8º ano	Catadora e triadora	22 anos
Conseição	Feminino	23	8º ano	Catadora e triadora	6 anos
Paulo	Masculino	40	8º ano	Catador e triador	15
Margarida	Feminino	22	7º ano	Catadora e triadora	8
Teresa	Feminino	36	6ºano	Catadora e triadora	22
Fátima	Feminino	29	8ºano	Catadora e triadora	6
Rita	Feminino	26	7ºano	Catadora e triadora	2
Justino	Masculino	64	3º Ciclo Completo, 1º ano de licenciatura em Administração de Empresas	Pesador	14

*Habilitações escolares aferidas de acordo com a tipologia portuguesa dos graus de escolaridade

